



Relatório e Contas

Banco de Fomento Angola 2010



Relatório

Índice

RELATÓRIO

O BFA	4
Principais indicadores	5
Órgãos sociais	6
Marcos históricos	8
Principais acontecimentos em 2010	10
Canais de distribuição	11
Recursos humanos	13
Tecnologia	15
Marca	16
Responsabilidade social	19

ENQUADRAMENTO

Enquadramento da actividade	22
Cronograma de principais eventos	28

ACTIVIDADE COMERCIAL

Mercado bancário em Angola e o BFA	32
Banca de Particulares e Negócios	35
Banca de Empresas	37
Unidade de Business Development	39

GESTÃO DOS RISCOS

Risco de crédito	42
Risco cambial	43
Risco operacional	44

ANÁLISE FINANCEIRA

Introdução	46
Balanço	48
Demonstração de resultados	52
Gestão do capital	56
Proposta de aplicação dos resultados	57

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

Demonstrações financeiras	61
Notas às demonstrações financeiras	65
Relatório de Auditoria	106
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	108

ANEXOS

Contactos do BFA	111
------------------	-----

O BFA

Em 2010, o BFA prosseguiu, inequivocamente a estratégia de reforço da sua presença em todas as áreas da actividade financeira: o número de Colaboradores subiu 11%, para um total de 2 038 pessoas, a rede comercial aumentou em 14 unidades, para um total de 143 pontos de venda, que acrescentaram 105 mil novos Clientes a um total que ultrapassa hoje os 800 mil.

Segundo um estudo da Markttest Angola, o BFA obteve quotas de 33% na captação de Clientes e de 35% como banco principal, as melhores do mercado angolano.

O Banco consolidou também a sua posição de liderança nos canais e meios de pagamento electrónicos, com quotas de mercado que variaram entre 20 e 35% no parque de terminais POS e ATM e nos cartões de crédito e débito activos, que são mais de 400 mil, enquanto o BFA Net regista, por seu turno, um total de 135 mil aderentes.

Os recursos de Clientes subiram 9.4%, o que permitiu obter uma quota de 19% nos depósitos, a segunda do mercado, como em 2009. Em contrapartida, a carteira de crédito caiu 9.7% em dólares, fazendo com que o Banco terminasse o ano com uma quota de mercado de 13%, o que reflecte uma política de avaliação de riscos muito exigente e rigorosa.

O Banco apresentou globalmente indicadores de solidez muito fortes, com um rácio de transformação de 28% e um índice de provisionamento de crédito de 186%.



Principais indicadores

Principais indicadores	Valores em milhões de USD		
	2009	2010	Δ%
Activo total	5 896.9	6 450.3	9.4%
Crédito a Clientes	1 743.5	1 575.0	(9.7%)
Recursos de Clientes	5 093.9	5 566.4	9.3%
Situação líquida	554.7	655.6	18.2%
Produto bancário	463.5	424.0	(8.5%)
Custos de estrutura ¹	136.1	141.3	3.8%
Resultado de exploração	354.7	303.4	(14.4%)
Lucro líquido	250.2	261.8	4.6%
Cash flow líquido ²	325.5	313.5	(3.7%)
Rendibilidade do activo total [ROA]	4.1%	4.2%	0.1%
Rendibilidade dos fundos próprios [ROE]	44.8%	43.3%	(1.5%)
Custos de estrutura / produto bancário	28.4%	33.1%	4.7%
Rácio de solvabilidade	23.5%	30.9%	7.4%
Crédito a Clientes vencido em % do crédito a Clientes	2.5%	4.0%	1.5%
Cobertura do crédito vencido por provisões de crédito	219.0%	156.9%	(62.2%)
Cobertura do crédito por provisões de crédito	5.5%	6.5%	1.0%
Número de balcões ³	129	143	14
Número de Colaboradores	1 838	2 038	200

1) Inclui custos com pessoal, fornecimento e serviços de terceiros, outros custos de exploração e depreciações e amortizações.

2) Calcula-se somando ao resultado líquido do exercício as provisões e as depreciações e amortizações.

3) Inclui agências, centros de empresa, centros de investimento e postos de atendimento bancário.

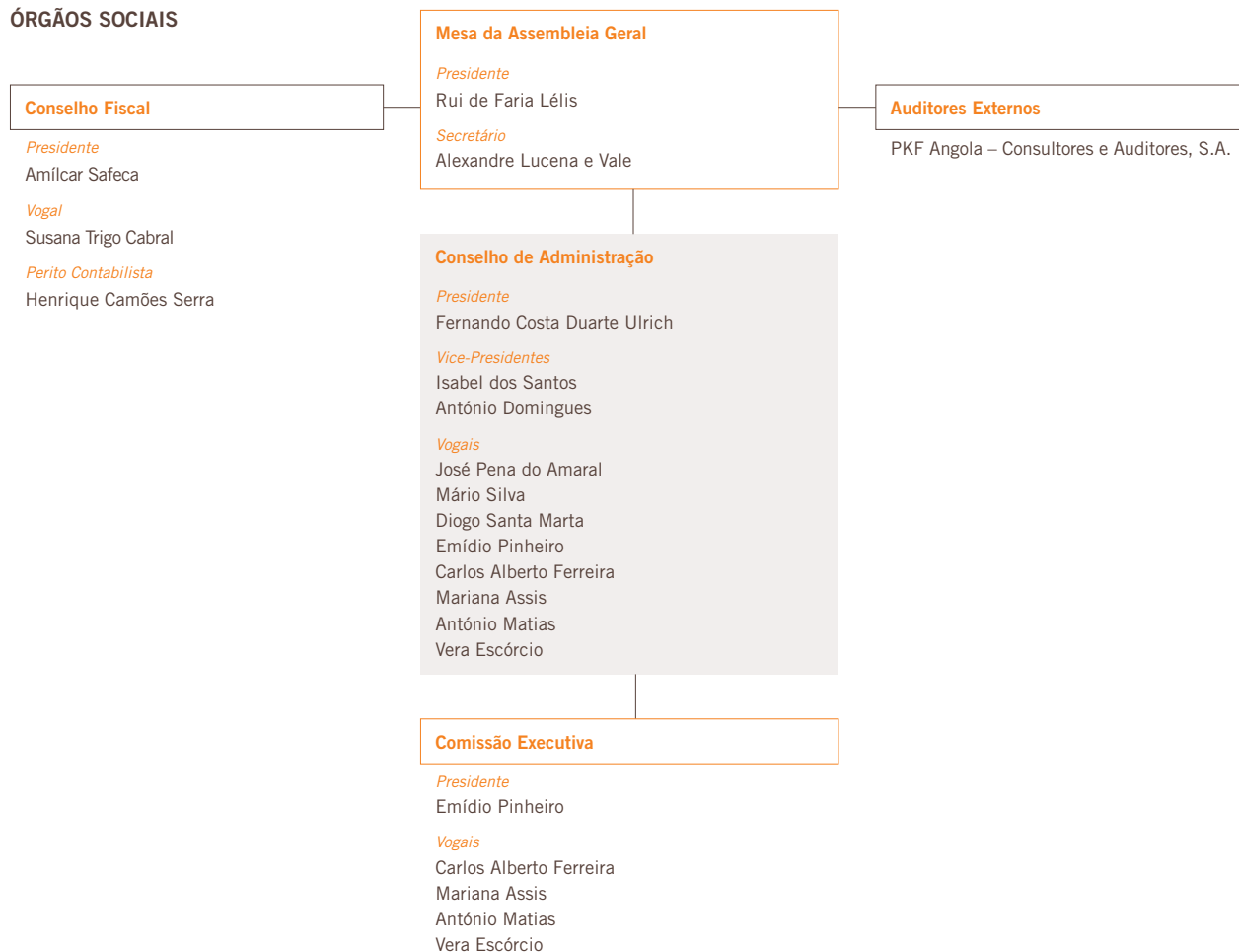
Quadro 1

Órgãos sociais

ESTRUTURA ACCIONISTA

Accionistas	% capital
Banco BPI	50.1% ¹
UNITEL S.A.	49.9%

ÓRGÃOS SOCIAIS



1) Banco BPI e entidades por ele detidas na sua totalidade.

Principais áreas de responsabilidade dos membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração do BFA

Presidente



Carlos Ferreira

- Operações
- Sistemas de Informação
- Recursos Humanos
- Organização e Formação
- Auditoria
- Aprovisionamento
- Instalações e Património



Mariana Assis

- Contabilidade e Planeamento



Emídio Pinheiro

- Marketing
- Banca de Empresas
- Jurídica
- Risco Crédito de Empresas



Vera Escórcio

- Financeira e Internacional



António Matias

- Banca de Particulares e Negócios
- Crédito a Particulares e Negócios
- Unidade de Novas Agências

Marcos históricos

- 1990** Abertura de um escritório de representação do antigo Banco de Fomento Exterior – BFE, em Luanda.
- 1993** Em Julho de 1993, esta presença foi reforçada com a abertura da sucursal do BFE, também em Luanda, que iniciou a actividade de banca comercial universal a partir de um capital equivalente a 4 M.US\$.
- 1996** Aquisição do BFE pelo Grupo BPI, em Agosto de 1996, dando-se inicio a uma forte expansão do Grupo em Angola.
- 2002** Em Julho de 2002, é constituído o BFA – Banco de Fomento Angola com o estatuto de entidade autónoma de direito angolano, na sequência da transformação da sucursal anteriormente existente. O Banco é dotado com um capital equivalente a 30 M.US\$ detido a 100% pelo BPI.
- 2003** Em Julho foi inaugurada a sua nova sede em Luanda, ponto alto da afirmação da marca BFA no mercado angolano e uma referência no plano de expansão da Rede Comercial do Banco por concentrar os Serviços Centrais num único espaço.
- 2004** Em Maio, iniciou-se o processo de segmentação da Rede Comercial com a abertura dos três primeiros Centros de Empresas, vocacionados para o atendimento especializado a Clientes do segmento Empresas.
- 2005** Em Abril de 2005, foi criado um Fundo Social com o objectivo de apoiar financeiramente iniciativas nos domínios da educação, saúde e solidariedade social, dando corpo a uma política de Responsabilidade Social e a um compromisso do BFA com a sociedade, as instituições e os cidadãos angolanos.

Em Junho de 2005, o BFA lançou o Cartão VISA BFA Gold, passando deste modo a disponibilizar o primeiro Cartão de Crédito para o mercado Angolano.

- 2006** Em Maio de 2006 ocorreu a inauguração do primeiro Centro de Investimento – unidade especializada na oferta de serviços financeiros personalizados aos Clientes particulares do segmento alto – assim se aprofundando a segmentação da rede de particulares.

Introdução de um novo *layout* nos balcões, cujos traços principais são a modernização da imagem, a valorização do atendimento personalizado e a criação de uma zona automática.

Ainda em 2006, o BFA iniciou o projecto de internacionalização da rede de pagamentos e de *acquiring* VISA, tendo obtido o estatuto de Membro Principal VISA.

2007 Em parceria com a VISA e a EMIS, o BFA é o primeiro Banco a lançar o serviço de levantamento de dinheiro através de Cartões de Crédito e Débito VISA, na totalidade das caixas automáticos da sua rede.

Lançamento de um novo Cartão de Crédito, o Cartão VISA BFA Classic, que complementou a oferta do Cartão VISA BFA Gold.

2008 Abertura do capital do BFA com a venda de 49.9% à UNITEL, pelo que Grupo BPI passou a deter uma posição de 50.1%.

Alargamento da rede de Centros de Investimento para a Província de Benguela com a abertura do primeiro Centro de Investimento no Lobito.

Lançamento dos Cartões de Crédito VISA BFA Mwangolé Classic e VISA BFA Mwangolé Gold, os primeiros Cartões de Crédito do BFA denominados em moeda nacional.

Assinatura de um protocolo com as Forças Armadas Angolanas, ao abrigo do qual o BFA disponibiliza o acesso a produtos de crédito em condições privilegiadas a mais de 60 000 militares.

2009 Lançamento do produto Plano de Poupança BFA, uma oferta inovadora no mercado angolano, porquanto tem associado um Plano de Entregas Periódicas automáticas.

Lançamento do serviço de transferências para o estrangeiro, Western Union, disponível para Clientes com conta e sem conta no BFA.

Atribuição do prémio “Melhor Banco em Angola” pela revista EMEA Finance, uma publicação de referência na área financeira que distingue as melhores instituições financeiras na Europa, África e Médio Oriente.

Principais acontecimentos em 2010

- Expansão da Rede Comercial para um total de 143 Balcões:

■ Agências	120
■ Centros de Empresas	12
■ Centro de Grandes Empresas	1
■ Centros de Investimento	6
■ Postos de Atendimento	4

- Abertura de um Centro de Empresas e de um Centro de Investimento na cidade de Benguela.

- Abertura do Centro de Grandes Empresas em Luanda.

- Abertura do primeiro Balcão do BFA na província do Kwanza-Norte, tornando assim efectiva a expansão da Rede Comercial do Banco em todas as províncias do país.

- Conclusão da 2ª fase do Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (Contif), que concerne o envio dos *reports* contabilísticos de actividade, de acordo com as especificações técnicas requeridas.

- Publicação do *Instrutivo n.º 03 / 2010*, que alterou o regime de cálculo das Reservas Obrigatórias, no qual a coeficiente sobre os depósitos em Moeda Nacional passou a ser de 25% e a dos depósitos em Moeda Estrangeira de 15%.

- Conclusão do projecto da Central de Risco de Crédito (CIRC) através do qual são reportadas ao BNA as situações de crédito de Clientes, possibilitando a cada Banco o acesso à posição individual de risco no sistema bancário.

- Criação de um novo espaço para Arquivo Central, contemplando o desenvolvimento de procedimentos suportados numa solução informática própria para a gestão e controlo do mesmo.

- Atribuição do prémio “The Most Innovative Bank in Angola” pela revista EMEA Finance, que distingue as melhores instituições financeiras na Europa, África e Médio Oriente.

- O BFA foi distinguido pelo 8.º ano consecutivo pelo Deutsche Bank Trust Company com o prémio *Straight Through Process Excellence Award*, pelo elevado índice de processamento automático das operações sobre o estrangeiro.

- Assinatura de um protocolo com o Governo Angolano para a adesão ao Sistema de Pagamentos da Remuneração dos Funcionários Públicos (SRAP).

Canais de distribuição

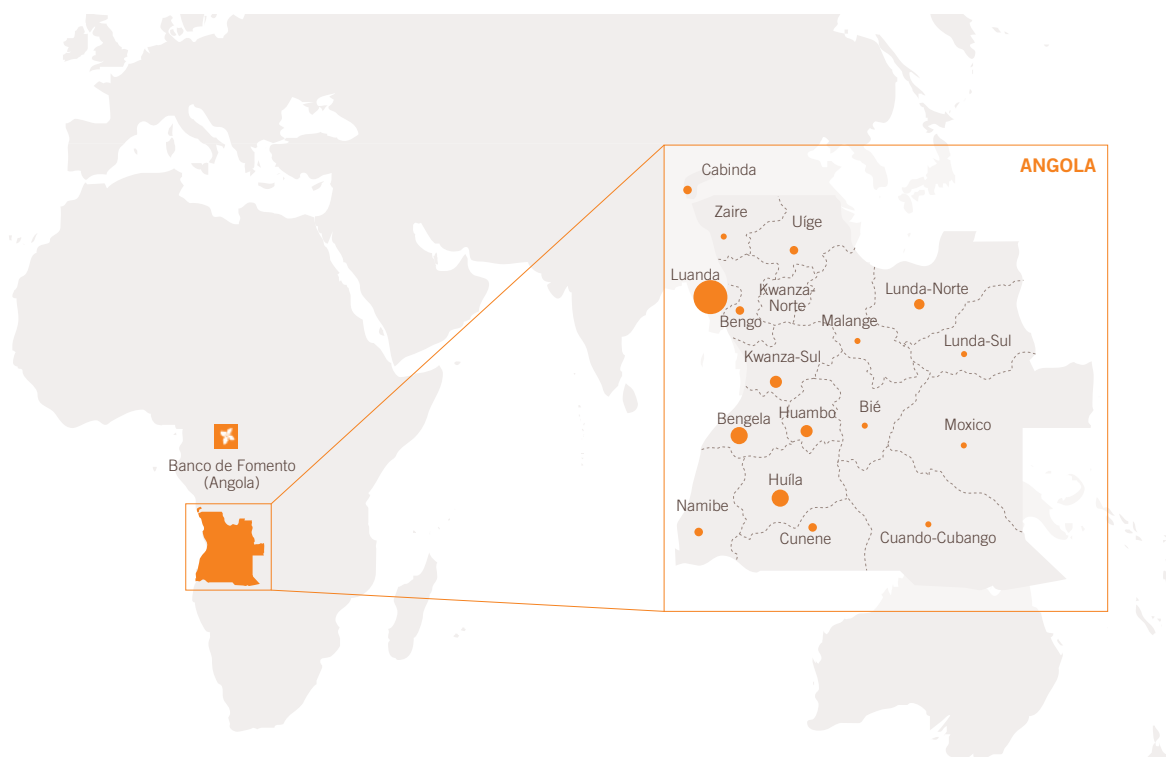
REDE DE BALCÕES

O BFA manteve a estratégia de alargamento da rede comercial a todo o país. Em 2010, a rede balcões do BFA cresceu 12%, tendo sido abertos 16 novos Balcões, nas províncias de Luanda, Benguela, Huambo, Kuanza-Norte, Kuanza-Sul e Cabinda.

No final do ano de 2010, a rede comercial do BFA era composta por 143 Balcões, sendo 120 Agências, 6 Centros de Investimento, 12 Centros de Empresas, 1 Centro de Grandes Empresas e 4 Postos de Atendimento.

A rede comercial do BFA correspondia a 16.6% do total da rede do sistema bancário em Angola, sendo de realçar que o Banco continuou a liderar a rede comercial de Balcões em Luanda, com 69 Balcões.

Rede de distribuição do BFA



Principais indicadores da rede de distribuição do BFA

	2009	2010	Δ%
Agência e Postos de Atendimento	114	124	8.8%
Centros de Investimento	5	6	20.0%
Centros de Empresas	10	13	30.0%
Banca Automática (ATM)	241	262	8.7%
Quota de mercado ATM (%)	27.0%	22.3%	(17.4%)
Terminais de pagamento automático (TPA)	1 123	2 018	79.7%
Quota de mercado TPA (%)	31.1%	32.8%	5.5%
Homebanking			
Particulares com BFA Net (n.º)	80 576	132 181	64.0%
Empresas com BFA Net (n.º)	4 072	5 131	26.0%

Quadro 2

ATM

O Banco tem investido fortemente no desenvolvimento dos canais remotos de que resulta o aumento das operações efectuadas, com especial destaque nas operações de levantamento de dinheiro e consulta de saldo.

O BFA reforçou a liderança da rede de ATM's com a instalação de 23 novas máquinas tendo sido dada prioridade ao reforço do parque nos Balcões com maior afluência de Clientes.

No final de 2010, a quota de mercado de ATM's do BFA era de 22.0% (1.º lugar no mercado) o que correspondia a um total de 262 ATM's em funcionamento.

TERMINAIS DE PAGAMENTO AUTOMÁTICO

O BFA através dos Terminais de Pagamento Automático (TPA's) proporciona aos seus Clientes do segmento de Negócios e de Empresas um meio de pagamento com maior segurança, comodidade, rapidez e redução de fraude.

Em 2010 o BFA continuou a dinamizar a sua oferta de TPA's, com a instalação de 1 471 novas máquinas, a que corresponde um crescimento de 79%, que permitiu conquistar 2% de quota de mercado (de 31% em 2009 para 33%).

No final de 2010 o parque de TPA's do BFA era de 2 018 unidades.

Banca automática (ATM)

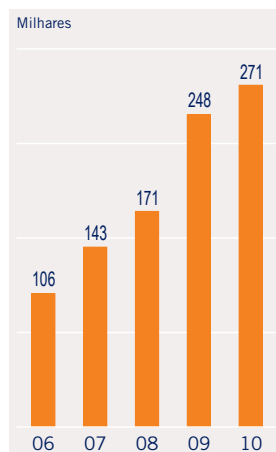


Gráfico 2

Terminais de Pagamento Automático (TPA)

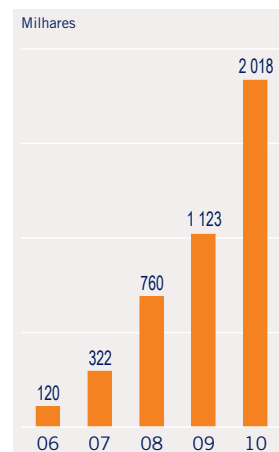


Gráfico 3

HOME BANKING

O BFA disponibiliza aos seus Clientes os seguintes serviços de *homebanking*: BFA Net para o segmento de Particulares e Negócios e BFA Net Empresas, para o segmento de Empresas. Com a adesão a estes serviços, os Clientes podem efectuar algumas das principais operações bancárias comodamente sem a necessidade de deslocação aos Balcões.

A crescente adesão dos Clientes aos serviços de *homebanking* permite uma progressiva transferência da actividade transaccional dos Balcões para estes canais, libertando a Rede Comercial para funções de maior valor acrescentado, nomeadamente o relacionamento comercial com os Clientes, traduzindo-se na melhoria da Qualidade de Serviço.

O objectivo do BFA é continuar a promover a utilização deste serviço para satisfazer as necessidades dos seus Clientes. De salientar que, em 2010, 107 empresas efectuaram o processamento de salários via BFA Net Empresas.

Em 2010, 52 664 Clientes aderiram ao serviço de *homebanking* do BFA, representando um crescimento de 62% face a 2009.

Recursos humanos

GESTÃO DE PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2010 faziam parte do quadro do BFA 2 038 Colaboradores, registando-se um aumento de 200 Colaboradores no ano, o que representa um acréscimo de 11%.

A actividade prioritária da Direcção de Recursos Humanos do BFA manteve-se orientada para a execução da estratégia de selecção e recrutamento de pessoal, no âmbito do crescimento orgânico do Banco, tendo sido implementado um vasto processo de recrutamento de pessoal que resultou na admissão de 435 novos Colaboradores.

Esta tarefa assentou num programa de análise curricular dos candidatos, testes psicotécnicos de aptidão profissional e finalmente entrevistas individuais, no sentido de se assegurar uma rigorosa e criteriosa selecção dos candidatos para deste modo integrarem o quadro de pessoal do BFA.

Do total de 2 038 Colaboradores existentes em 2010, 1 103 eram do sexo masculino e 935 do sexo feminino.

A estrutura etária dos Colaboradores do Banco revela os efeitos do recrutamento realizado ao longo dos anos e uma clara aposta em jovens com potencial de progressão na carreira: cerca de 86% do efectivo tem menos de

35 anos de idade, sendo a idade média do quadro de Colaboradores de 29 anos.

Escalão etário

	Total	%
<26	567	27.8%
26-30	636	31.2%
30-35	558	27.4%
35-40	165	8.1%
40-45	63	3.1%
45-50	24	1.2%
50-55	13	0.6%
>55	12	0.6%
Total	2 038	100.0%

Quadro 3

Tendo em consideração o forte crescimento do Banco nos últimos anos, a maioria do efectivo está concentrada no escalão de antiguidade inferior a 2 anos de serviço.

Antiguidade

	Total	%
<=2	793	38.9%
3-5	767	37.6%
6-8	305	15.0%
9-11	84	4.1%
>11	89	4.4%
Total	2 038	100.0%

Quadro 4

Colaboradores do BFA

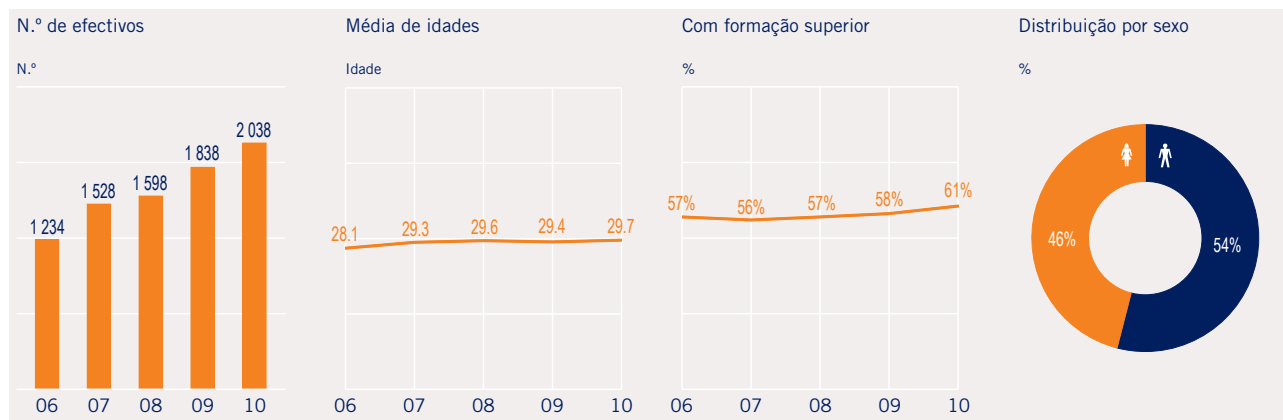


Gráfico 4

Em termos de habilitações literárias, 60.6% do quadro de Colaboradores do BFA tem licenciatura ou frequência universitária.

Habilitações literárias

	Total	%
Ensino médio	736	36.1%
Ensino superior	198	9.7%
Frequência universitária	1 036	50.8%
Indiferenciados	68	3.3%
Total	2 038	100.0%

Quadro 5

Formação

No decorrer de 2010, o BFA continuou a investir na formação dos seus Colaboradores, tendo por base as seguintes linhas de orientação e princípios:

- dar continuidade aos programas de formações de base já existentes;
- criar um conjunto de novas acções de menor duração e centradas em temas específicos.

Em 2010 o BFA realizou 309 acções de formação com um total de 2 808 participantes (respectivamente mais 43% e 11% do que em 2009).

A nível da Rede Comercial, com os objectivos de melhoria da qualidade de atendimento, incremento de conhecimentos técnicos e do bom funcionamento das Equipas Comerciais, foram executadas as seguintes acções:

- revisão do programa de acolhimento de novos Colaboradores garantindo uma acção de formação prévia ao início do exercício de funções na Rede;
- desenvolvimento de um curso de Liderança de Equipas para a Gerência, centrada no processo de gestão e apoio / formação das Equipas do Balcão;

- início do processo de desenvolvimento de novos cursos, mais modulares, focando questões técnicas específicas (Cheques, Tesouraria);

- continuação dos cursos técnicos já existentes.

O Banco apostou igualmente na criação de uma acção de formação de base para todas os Responsáveis e Equipas dos Serviços Centrais orientada com o objectivo de melhorar as práticas de atendimento ao Cliente interno e externo. Esta acção visou o estabelecimento de um conjunto de procedimentos uniformes de práticas de atendimento, resolução de reclamações e comunicação interna, com vista à melhoria do serviço prestado pela Banco.

O Banco realizou ainda uma acção de Formação para Monitores Internos apostando no alargamento da sua Equipa interna de formadores, com experiência técnica e conhecimento do Banco, para o apoio no desenvolvimento e realização de novas acções.

PLANO DE PENSÕES

Em 2005 foi criado um Plano de Pensões de Contribuição Definida para todos os Colaboradores do Banco. O Banco realiza uma contribuição mensal correspondente a 10% do salário pensionável para a Segurança Social. Trata-se de um importante instrumento de gestão de recursos humanos, que visa melhorar as condições de vida dos Colaboradores do Banco em situação de reforma por idade ou invalidez; em caso de morte, assegura também benefícios de sobrevivência para o cônjuge e descendentes.

Durante o ano de 2010, o total de contribuições realizadas para Colaboradores em funções foi de 4 M.US\$ e os rendimentos obtidos com o investimento das aplicações foi de 776 mil.

Tecnologia

ACTIVIDADE EM 2010

Em 2010, a actividade da área de sistemas de informação foi focada em dois aspectos:

- crescimento orgânico do Banco;
- implementação de processos mais automatizados e aperfeiçoamento dos mecanismos de controlo, de forma a mitigar o risco operacional.

APOIO AO NEGÓCIO

No âmbito da abertura de 16 novos pontos de venda, a área Direcção de Sistemas de Informação garantiu a instalação da infra-estrutura técnica, informática e de comunicações. Durante o ano de 2010 foram também renovados, a nível tecnológico, 7 Balcões já existentes.

Adicionalmente, efectuou-se o aumento de largura de banda em 31 Balcões de forma a possibilitar uma maior rapidez do fluxo de transmissão de informação aumentando a eficácia nas consultas a aplicativos de informação de gestão e noutros aplicativos de gestão criados para gestão de processos.

No âmbito aplicacional salientam-se as seguintes acções:

- instalação em 24 Balcões do serviço de transferências Western Union;
- finalização do projecto de descentralização do processo de pagamento de salários da função pública (Bancarização dos Funcionários Públicos);
- melhorias em diversos aplicativos com vista a obter, não só, ganhos de produtividade decorrentes da automatização de processos mas também a mitigação do risco operacional pela redução da intervenção manual nas diversas etapas dos fluxos operacionais;

- introduzidos controlos adicionais no sistema de requisição de divisas;
- desenvolvimento de funcionalidades em sistemas vocacionados para a modernização administrativa, nomeadamente para requisições de serviços, de equipamentos e de economato;
- finalização do projecto de reforço da infra-estrutura do pólo central de comunicações, instalando-se equipamentos mais actualizados e software de monitorização centralizada da rede de comunicações, propiciando diagnósticos mais rápidos e fiáveis de problemas que ocorram.

OPTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS E SEGURANÇA

Implementaram-se diversas alterações em transacções com o objectivo de melhorar os processos de controlo e seguimento da actividade operacional.

Foi efectuada uma auditoria técnica aos sistemas, através da qual foram identificadas oportunidades de melhoria em alguns componentes, tendo sido iniciado um processo de correcção das deficiências identificadas.

Com a recente publicação de legislação relativa ao Branqueamento de Capitais foram iniciadas acções de identificação dos sistemas que terão de ser adaptados com vista à transposição da lei.

Marca

Em 2010, o BFA manteve a política de comunicação seguida nos anos anteriores. O Banco manteve o seu posicionamento de imagem enquanto banco focalizado na qualidade e inovação da sua oferta e que está presente nos momentos mais importantes dos Angolanos.

O desempenho do BFA continuou a merecer o reconhecimento público em diversas categorias e áreas relevantes da actividade financeira, de acordo com a avaliação de diferentes entidades independentes nacionais e internacionais. Entre outras distinções atribuídas ao BFA, em 2010, merecem especial destaque as seguintes:

Straight Through Processing Excellence Award, atribuído pela oitava vez consecutiva pelo Deutsche Bank, reconhecendo o facto de 99.1% das ordens de pagamento emitidas pelo BFA terem sido processadas de forma automática.

Marca de Excelência 2009 / 2010 – Superbrands Angola, distinção das marcas presentes no mercado angolano, resultado de uma análise que considera cinco critérios: Familiaridade, Relevância, Satisfação, Lealdade e Comprometimento.

“The Most Innovative Bank In Angola 2010” pela revista Inglesa EMEA Finance, que valorizou a performance inovadora do banco.

COMUNICAÇÃO

Durante o ano de 2010 o BFA manteve o investimento em comunicação com forte presença nos vários meios e suportes, com o objectivo de posicionar a marca BFA como instituição que apoia o desenvolvimento de Angola de forma transversal.

No sector financeiro, o BFA ocupou o 1.º lugar no *ranking* de investimento publicitário.

Ao longo do ano 2010, o BFA realizou 5 grandes campanhas de comunicação com destaque para as seguintes:

Crescemos com Angola

Com esta campanha o BFA pretendeu realçar o seu papel preponderante no desenvolvimento de Angola, em todos os seus domínios.

A mensagem foi vinculada através de um anúncio de televisão que retratava a história do crescimento de um cidadão, evidenciando a presença do BFA em todos os principais momentos da sua vida (nascimento; poupança; aniversário; aquisição de casa, entre outros). De salientar, o reforço do anúncio através de duas imagens (utilizadas em outdoors e imprensa) protagonizadas por duas figuras públicas angolanas – Paulo Flores (músico) e Lesliana Pereira (apresentadora de televisão).



Angola 35 Anos

No dia 11 de Novembro, Angola comemorou 35 anos de independência sob o lema “Independência, Paz e Desenvolvimento”.

O BFA participou nos festejos através desta campanha que enalteceu um dos mais importantes factos da história Angolana.

Soluções Funcionário Público

O BFA foi um dos primeiros bancos privados a assinar o protocolo com o Governo Angolano para a adesão ao Sistema de Pagamentos da Remuneração dos Funcionários Públicos (SRAP). O banco participou activamente no projecto e nos grupos de trabalho criados com vista à bancarização e descentralização do processamento dos salários dos funcionários públicos. Para o apoiar esta importante iniciativa o BFA lançou uma campanha com três objectivos: bancarização dos funcionários públicos, captação de Clientes do segmento e domiciliação dos respectivos salários.

PATROCÍNIOS

O BFA deu continuidade à política de patrocínios a eventos com impacto social, com especial destaque para os eventos culturais e desportivos, entre os quais se destacam:

Festas Nossa Senhora do Monte

No mês de Agosto a cidade do Lubango comemora o seu aniversário e homenageia a sua padroeira – a Nossa Senhora do Monte. Este é o acontecimento mais importante da cidade culminando em vários eventos, destacando-se o concurso Miss Huíla, a Huíla Fashion, a Expo Huíla e a Corrida de 10 km do Lubango.

Carnaval de Luanda

O desfile de Carnaval, realizado na marginal de Luanda, é um dos principais eventos anuais, em que são evidenciados importantes símbolos da cultura tradicional como o vestuário, a música, e dança. O desfile de Carnaval é um importante pilar na preservação e difusão das tradições angolanas.

13.º Festival da Canção de Luanda

Desde 1998, que a emissora Luanda Antena Comercial, promove um concurso anual designado, “Festival da Canção” que visa promover novos talentos da música angolana que consigam criar uma simbiose entre o tradicional angolano e o moderno universal.

Concerto Unidos Pela Voz

No âmbito da visita oficial do Presidente da República de Portugal a Angola, foi promovido um concerto musical (com a participação de artistas portugueses e angolanos) cujas receitas reverteram a favor do Hospital Pediátrico de Luanda.



55.ª Corrida de São Silvestre

Em 2010, realizou-se a 55.ª edição da prova de atletismo mais importante de Angola, a Corrida de São Silvestre, que contou com a participação de aproximadamente 1 500 atletas e com o enorme apoio popular de nas ruas da cidade Luanda.

Clube Desportivo 1.º de Agosto

Assinatura de acordo ente o BFA e o Clube 1.º de Agosto, tornando o BFA no patrocinador exclusivo da equipa de futebol. Este acordo permitiu uma associação a uma equipa de futebol angolana, com um dos melhores palmarés de títulos e com maior número de adeptos a nível nacional.

FEIRAS

No âmbito promocional da marca BFA junto do tecido empresarial, o Banco marcou presença nas principais Feiras, garantindo a proximidade da marca junto dos seus actuais e potenciais Clientes:

Expo Huíla

Feira anual realizada no mês de Agosto no âmbito das Festas da Nossa Senhora do Monte, na cidade do Lubango, Província da Huíla. Esta feira é considerada a maior bolsa comercial do Sul de Angola, por congregar expositores das Províncias da Huíla, Namibe, Cunene, Kuando – Kubango, Benguela e Huambo.

Filda

A Feira Internacional de Luanda (FILDA) é considerada a maior bolsa de negócios de Angola, e constitui uma oportunidade para empresários nacionais e estrangeiros apresentarem os seus produtos e serviços e promoverem os seus negócios e a imagem das suas marcas num espaço físico comum.

Export Home Angola

Feira sectorial do ramo mobiliário, organizada pela Exponor (Feira Internacional do Porto, Portugal), em parceria com a Feira Internacional de Luanda (FIL), constituindo assim uma porta de acesso ao mercado angolano para as empresas portuguesas do sector.

Responsabilidade social

O BFA assume um conjunto de deveres e obrigações em relação à comunidade onde está integrado e aos grupos de interesse (*stakeholders*) que dependem directa ou indirectamente da sua actividade.

Nesta perspectiva, em 2005 foi criado um Fundo Social, ao qual se decidiu afectar anualmente 5% do resultado líquido de cada exercício, por um período de 5 anos, com o objectivo de apoiar financeiramente iniciativas nos domínios da educação, saúde e solidariedade social, dando corpo a uma política sustentável de Responsabilidade Social.

No final de 2010, o valor do Fundo Social era de 19.6 M.US\$.

Em 2010, as acções do Fundo tiveram como principal foco a área da Educação, alinhando a estratégia do Banco aos esforços do Governo Angolano para melhorar este importante sector da vida nacional.

O BFA apoiou a realização de Cursos de Pós-graduação em Angola e Portugal, bem como projectos de pesquisa de carácter histórico e didáctico, tendo também apoiado a publicação de manuais de matemática para o ensino de base. Neste âmbito, o Banco tem colaborado com instituições de prestígio tais como:

Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola no Projecto de Pesquisa sobre História Económica de Angola do séc. XIX à 1975. O principal objectivo é o de criar uma área de pesquisa e proporcionar aos investigadores e estudantes bases para a realização de trabalhos sobre o assunto.

Instituto de Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa que há mais de 5 anos promove Cursos de Pós-Graduação em coordenação com a Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto. Em Fevereiro de 2010 foi realizado o Curso de Pós-Graduação em Direito Bancário.

Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto na realização do Curso de Pós-Graduação em Direito das Sociedades Comerciais.

Fundação Cidade de Lisboa na concessão de 5 bolsas de estudo a jovens estudantes africanos do Colégio Universitário “Nuno Krus Abecasis”.

Destaca-se ainda o apoio ao Projecto de Teatro nas Escolas do Grupo de Teatro Oprimido, cujas peças continham mensagens sobre o VIH / Sida, Violência e Delinquência Juvenil.

A par da Educação, a Solidariedade Social e a Saúde foram outras áreas de envolvimento do Fundo Social, que obedeceram igualmente a um programa estruturado de acções.

Ao nível da Solidariedade Social, privilegiaram-se instituições que têm como principal eixo de actuação o trabalho com pessoas desfavorecidas:

Casa do Gaiato em Benguela. Fundada em 1962 é uma instituição não governamental que tem como objectivo acolher, educar e reintegrar socialmente crianças e jovens privadas do ambiente e harmonia familiar.

Kimbo Liombembwa, uma organização não governamental criada em 2001 em parceria com a ONG alemã Friendsdorf International, apoiando o envio de crianças doentes e sem recursos para tratamento na Alemanha.

Kandimbas de Santa Cecília da Arquidiocese do Lubango (Huíla) na realização do Natal de crianças doentes no Hospital Pediátrico do Lubango.

Na área de Saúde, salienta-se o apoio à Fundação Calouste Gulbenkian para a criação de um Centro de Investigação de Saúde na Província do Bengo. O apoio contemplou igualmente a estadia de investigadores portugueses nesta localidade.

A prioridade do Fundo Social continua a ser o apoio a projectos estruturantes que possam ter resultados visíveis em benefício das populações e comunidades alvo.

Enquadramento da actividade

Enquadramento da actividade

ECONOMIA INTERNACIONAL

A actividade económica global registou um ritmo de expansão significativo em 2010, 5% segundo a estimativa do Fundo Monetário Internacional (FMI). Depois da acentuada contracção no ano anterior, este dinamismo foi em parte induzido pelo ciclo de reposição de *stocks* e políticas económicas de estímulo, de combate à recessão de 2009, cujos efeitos se fizeram sentir ainda na primeira metade do ano.

O ano de 2010 foi também marcado pela diversidade de comportamentos regionais. Destacou-se favoravelmente o grupo de economias emergentes, em particular da região Asiática (China e Índia), da América Latina (Brasil e México), países que tiraram partido de políticas económicas acertadas no passado e do robustecimento progressivo da procura interna. Destaque também para os países da região da África Subsariana, com crescimento de 5% depois de uma expansão tímida, de 2.8%, no ano anterior. O regresso da actividade económica a ritmos semelhantes ao período anterior à crise, assentou sobretudo no funcionamento dos estabilizadores automáticos, expansão do investimento público e de despesas sociais, bem como na adopção de políticas monetárias acomodatórias. As ligações comerciais crescentes com a região Asiática, nomeadamente através do mercado de commodities, justificam também a crescente resistência da região. No que diz respeito ao grupo de países que integram a SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral – o FMI estima que depois de uma ligeira contracção do PIB em 2009 (-0.4%), tenham registado uma expansão na ordem dos 3.9% em 2010. Neste grupo, com as performances mais positivas, na sua maior parte relacionadas com a reanimação do mercado de commodities, destacam-se o Botswana, a Zâmbia, a Tanzânia e Moçambique, com taxas de crescimento reais acima de 6%. Em contrapartida, a África do Sul, maior economia da região, registou uma recuperação moderada, inferior a 3%. A persistência de níveis de endividamento elevados das famílias, o desemprego alto e a queda significativa do investimento estão na base desta *performance*.

Entre os países desenvolvidos, destacaram-se, por um lado, aqueles onde as políticas económicas de suporte se mantiveram mais activas, nomeadamente os EUA e o Japão; e também as economias mais interconectadas com os países emergentes, que beneficiaram da recuperação do comércio internacional, evidenciando-se o Japão e a Alemanha.

MERCADO MONETÁRIO E OBRIGAÇÕES

Ao longo de 2010 assistiu-se à progressiva normalização do mercado monetário interbancário para os países do centro europeu, reflectindo-se na tendência de aumento progressivo das taxas de juro de curto prazo. A Euribor 3 meses iniciou 2010 em 0.69% e terminou o ano em torno de 1%, igualando a taxa principal de refinanciamento. No mercado norte-americano, as taxas de juro de curto prazo registaram maior volatilidade. De facto, o optimismo do primeiro semestre – as taxas de juro de 3 meses subiram de 0.25% em Janeiro para 0.53 em Junho – desvaneceu-se, retrocedendo as taxas de juro de curto prazo do dólar para 0.3%, nível em que estabilizaram até final do ano. O reforço das medidas de carácter quantitativo pela Reserva Federal, receios de deflação e a ausência de melhorias claras no mercado de trabalho e imobiliário estiveram na base desta evolução.

Durante os primeiros nove meses do ano, o mercado de dívida pública foi condicionado de novo pela procura de refúgio face ao recrudescimento das tensões nos mercados da periferia. Perante a incerteza em torno da situação nos países visados e mesmo relativamente ao futuro da própria União Monetária, predominaram movimentos de recomposição de carteiras privilegiando activos de menor risco. Neste período, beneficiaram os *US Treasuries* e a dívida pública alemã – *Bunds* – tendo as *yields* dos respectivos *benchmarks* de 10 anos passado de 3.8% em Janeiro para 2.4% em Outubro e, no caso da dívida alemã, de 3.4% para 2.1% em Setembro.

Contudo, nos últimos meses do ano, ocorreu uma nítida alteração do sentimento dominante no mercado. Por um lado, concretizou-se a ajuda financeira à Irlanda e as autoridades europeias mostraram maior determinação em encontrar uma solução sustentada, de médio prazo, para a resolução da crise de dívida soberana, conferindo credibilidade ao projecto europeu. Por outro lado, nos EUA, o anúncio do reforço das medidas quantitativas pela Reserva Federal, procurando afectar as expectativas de inflação, e de um novo pacote de medidas fiscal pela Administração Obama pesou de forma significativa sobre o sentimento de mercado. O cenário macroeconómico dominante para 2011 melhorou e, em simultâneo, regressaram receios acerca da ausência de sinais de consolidação fiscal nos EUA, pressionando as taxas de juro de longo prazo. Neste enquadramento, a inclinação das curvas de rendimentos caiu durante a maior parte do ano, invertendo posteriormente a tendência por incorporação da expectativa de normalização mais rápida das políticas monetárias.

Curva de rendimento
Em 31 de Dezembro de 2010

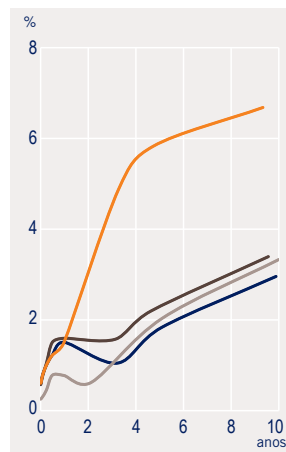


Gráfico 5

— Portugal
— Alemanha
— Reino Unido
— EUA

Fonte: BPI, Reuters.

Dívida soberana a 10 anos
Taxas de juro em 2010



Gráfico 6

— Portugal
— Alemanha
— Espanha
— EUA

Fonte: Reuters.

MERCADO CAMBIAL E COMMODITIES

2010 foi um ano marcado por alguma volatilidade no mercado cambial e de commodities. No caso do petróleo, ao optimismo relativamente ao cenário macroeconómico que caracterizou o início do ano, conduzindo a cotação do WTI para valores em torno dos 85 dólares por barril (USD / brl) em Março, seguiu-se uma correcção expressiva em Abril / Maio, reflectindo a alteração de expectativas e o pessimismo na altura relativamente ao futuro do euro, da União Económica e Monetária e resolução da crise de dívida soberana nos países periféricos, factores com consequências potencialmente desfavoráveis globalmente em caso de uma solução de ruptura. Todavia, depois da concretização do pedido de auxílio pela Grécia, em Maio, o clima de maior aversão ao risco esbateu-se, contribuindo para a reapreciação das perspectivas globais. O segundo semestre de 2010 foi, assim, marcado por uma acentuada pressão ascendente sobre os preços das principais commodities nos mercados internacionais, nomeadamente as energéticas, facto para o qual contribuiu também a persistência de uma situação de ampla liquidez nos mercados financeiros internacionais. Neste contexto, a cotação do WTI encerrou 2010 num patamar superior a 90 USD / brl.

Em 2011, a dinâmica de subida dos preços das matérias-primas e bens energéticos mantém-se intacta, assente na evidência de suporte da procura (com destaque para a China) mas também em novos factores de ordem política e geoestratégica, que têm afectado particularmente o mercado petrolífero. No actual contexto, face às vulnerabilidades e desequilíbrios que persistem em alguma das maiores economias do mundo desenvolvido, o risco é de que possa ocorrer um eventual retrocesso na trajectória de recuperação, começando a ser já evidente o impacto ao nível dos preços praticados ao consumidor.

No mercado cambial, a cotação do EUR / USD foi também condicionada pelos factores descritos. No contexto de alguma instabilidade durante o primeiro semestre, a moeda norte-americana funcionou como activo de refúgio, registando uma acentuada valorização relativamente ao euro, de 1.43 em Janeiro para 1.1948 em meados de Junho. A concretização do auxílio financeiro à Grécia em Maio e a diluição dos maiores receios relativamente à possibilidade de arrefecimento nos EUA, justificaram a inversão de tendência na segunda metade do ano. De facto, a Reserva Federal reafirmou a sua postura acomodatória no âmbito de política monetária, reforçando os montantes de compra de dívida pública em Novembro; e a Administração Obama introduziu novos estímulos fiscais, assegurando o dinamismo da maior economia mundial, pelo menos no imediato.

Os factores condicionantes da evolução das principais divisas no mercado cambial ao longo de 2011 apontam para a persistência de alguma indefinição de tendências e volatilidade elevada. Os diferenciais de crescimento, os progressos de consolidação orçamental e de resolução da crise de dívida soberana na Europa, e eventuais alterações às políticas económicas francamente acomodatórias nos EUA, são factores de mercado, com potencial impacto sobre a cotação da moeda. Neste cenário de alguma indefinição de tendência, o EUR / USD poderá evoluir entre 1.28 e 1.38 ao longo do ano.

Cotação EUR / USD em 2010



Gráfico 7

Preço do petróleo em 2010

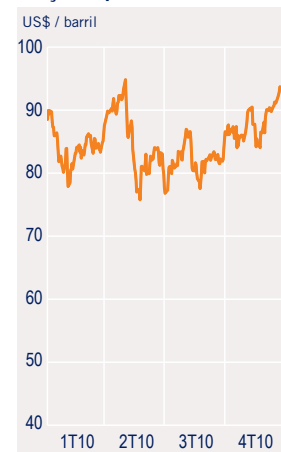


Gráfico 8

Fonte: Reuters, BPI.

ECONOMIA ANGOLANA

ACTIVIDADE ECONÓMICA

Após, em 2009, a economia angolana ter evitado a recessão, evidenciando resistência a choques externos; em 2010, o crescimento económico acelerou, embora atingindo patamares inferiores aos observados no passado recente (4.5% segundo o governo que compara com 2.3% do Fundo Monetário Internacional – FMI). O sector petrolífero voltou a expandir-se, mas foram, sobretudo, os sectores não-petrolíferos, os responsáveis pelo incremento do produto angolano. Na medida em que a exploração petrolífera em Angola se encontra próximo do seu potencial, acréscimos do produto tendem a radicar crescentemente em actividades não-extractivas. Sectorialmente, destaque para a expansão dos sectores da Agricultura e Indústria Transformadora que mais que compensou a retracção dos sectores da Construção e do Comércio.

Projeções económicas para Angola¹

	2007	2008	2009 ^E	2010 ^E	2011 ^P
Crescimento real do PIB (tvh,%)	23.3	13.8	2.4	4.5	7.6
Sector petrolífero	20.4	12.3	(5.1)	2.7	2.3
Sector não-petrolífero	25.7	20.5	8.3	5.7	11.2
Inflação (tvh, %)	11.8	13.2	14.0	15.3	12.0
Preço do petróleo angolano (USD / brl)	72.4	97.1	60.9	74.4	68.0
Câmbio médio (AKZ / USD)	75	75.03	79.2	91.9	-

Fonte: Ministério das Finanças (OGE 2011).
E – estimado; P – previsional.

Quadro 6

A despeito do contributo crescente dos sectores não-petrolíferos para o produto, a importância da exploração petrolífera revela-se determinante, quer por via directa, quer indirectamente. Na medida em que a concretização do programa de investimento público e a evolução do rendimento nacional estão condicionados pelo fluxo de receitas provenientes da exportação de petróleo, a consolidação do esforço de diversificação económica vai permanecer devedora da evolução do preço internacional do petróleo, na medida em que a capacidade produtiva instalada está relativamente estabilizada.

Para 2011, as perspectivas apontam para aceleração da actividade económica, beneficiando da subida do preço do petróleo, da recuperação de níveis de exploração petrolífera e do pagamento de dívidas pelo Estado. Este último factor favorece o fortalecimento dos sectores não-petrolíferos e o dinamismo do investimento privado. Segundo o FMI, de um total de pagamentos em atraso de 6.8 mil milhões de dólares, as autoridades angolanas regularizaram na segunda metade de 2010 cerca de 3.6 mil milhões de dólares, devendo este processo estar concluído no final do primeiro trimestre de 2011.

Crescimento real do PIB em Angola

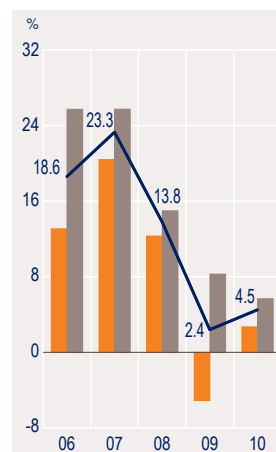


Gráfico 9

Estrutura sectorial do PIB

Em 31 de Dezembro de 2010

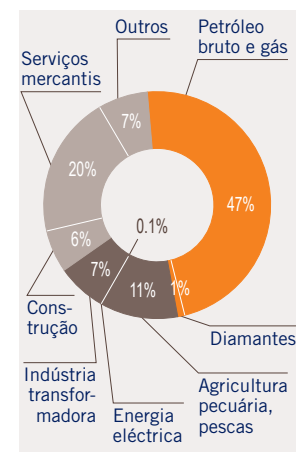


Gráfico 10

- Petrolífero
- Não petrolífero
- Total

Fontes: Banco Nacional de Angola (BNA), Fundo Monetário Internacional (FMI), Governo Angolano, BPI.

No que se refere às contas públicas, em 2010, constata-se avanços significativos com a observação de um excedente orçamental de cerca de 7.5% do PIB (face a 1.5% do PIB orçamentados), que compara com um défice de -8.6% do PIB no ano anterior. Este desempenho explica-se pelo aumento da receita petrolífera associada a preços internacionais superiores à

estimativa consignada no Orçamento de Estado de 2010 e maior prudência na execução do programa de investimentos públicos. Para 2011, o governo espera um excedente orçamental de 4.5% do PIB, considerando projecções conservadoras para o preço do petróleo (68 USD / brl). O programa de investimentos públicos tenderá a avançar mais lentamente que no passado, permanecendo inferior ao nível observado em 2009 (22.3% do PIB que compara com projecções do FMI de 16.8% do PIB em 2011) favorecendo o controlo da procura interna, de modo a evitar pressão adicional sobre a balança corrente.

Para o reforço da actividade económica no sector privado em Angola, o Fundo preconiza a aceleração da reforma tributária, possibilitando o alargamento da base colectável e, sobretudo, reduzir a dependência das receitas petrolíferas e da sensibilidade dos seus ciclos de preço. Em linha com as recomendações do FMI, as autoridades já submeteram propostas legislativas de alteração tributária à Assembleia Nacional. Adicionalmente, têm intensificado o combate à evasão fiscal, sobretudo em Luanda, mas antevêm os primeiros resultados apenas depois de 2011.

SECTOR EXTERNO

A produção petrolífera em 2010 atingiu níveis ligeiramente inferiores à previsão inicial das autoridades, fixando-se abaixo de 1.9 milhões de barris / dia. A menor produção foi largamente compensada pela subida do preço internacional do petróleo, a qual possibilitou a redução do défice corrente e a acumulação de reservas. Segundo estimativas oficiais, o saldo da balança corrente terá melhorado significativamente, passando de -7.5 mil milhões de USD em 2009 para -0.6 mil milhões de USD em 2010. Entretanto, as reservas cambiais, ao longo do último ano, terão subido de 12 mil milhões de USD em Janeiro para 17.5 mil milhões de USD em Dezembro. Este progresso beneficiou não só da correcção do défice comercial, mas igualmente da entrada de fundos associados ao acordo celebrado com o FMI. De um total de 1.4 mil milhões de USD, ao longo de 2010 foram

libertados cerca de 0.89 mil milhões. Contudo, as reservas permanecem num patamar inferior ao registado antes da crise e ainda não asseguram uma almofada confortável a choques externos, sobretudo com origem no mercado petrolífero. Assim, as autoridades deverão manter a orientação da política orçamental, cambial e monetária no sentido de fortalecer o nível de reservas.

A evolução das reservas condicionou a política cambial, na medida em que as autoridades continuaram a recorrer à desvalorização como variável de correcção da procura interna, evitando a intensificação de desequilíbrios externos. Assim, em 2010, o kwanza desvalorizou face ao dólar norte-americano entre Janeiro e Abril, período em que as reservas cambiais cresceram apenas marginalmente, e, posteriormente, depois de Setembro. Em Outubro, as reservas caíram, recuperando somente em Dezembro. Para 2011, não se antecipa alteração da orientação da política cambial. Contudo, a subida do preço internacional do petróleo deverá facilitar a recomposição das reservas cambiais, em linha com as projecções de excedente corrente de 1.9% do PIB (fonte: FMI).

Evolução do Kwanza em relação ao Dólar

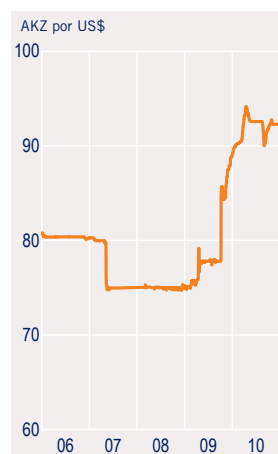


Gráfico 11

Evolução da taxa de inflação média em Angola

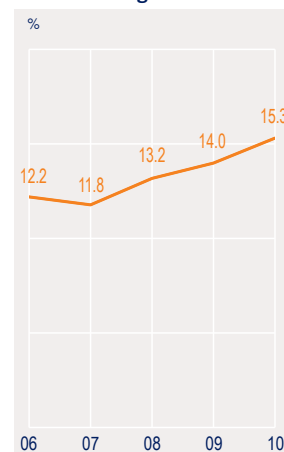


Gráfico 12

Fonte: Bloomberg.

INFLAÇÃO

A inflação fixou-se em 15.3% em Dezembro, superando a meta oficial estabelecida em 13%. Os preços continuaram a revelar forte resistência à queda por via da existência de importantes constrangimentos estruturais na satisfação da procura, sobretudo no que respeita à logística e à mobilidade de bens. A alteração na política de subsídios aos combustíveis foi responsável pela aceleração da inflação na segunda metade do ano. Efectivamente, sob sugestão do FMI, as autoridades angolanas iniciaram o processo de eliminação da subsídio aos combustíveis, a qual chegou a corresponder a 50% do preço no consumidor.

Muito embora as autoridades tenham definido a meta de inflação para 2011 em 12%, consideramos que o previsível abrandamento do ritmo de subida dos preços não será suficiente para o objectivo oficial ser cumprido, tanto mais que não se assiste a progressos notáveis ao nível da remoção dos obstáculos estruturais à inflação.

CRÉDITO

Desde início do ano até Setembro (últimos dados disponíveis), o crédito ao sector privado cresceu, em termos médios, a um ritmo relativamente estável de 50%. Todavia, por virtude do abrandamento do crédito ao sector público, em termos globais, a expansão creditícia perdeu fulgor na segunda metade do ano. Sectorialmente, os empréstimos a particulares, sobretudo para aquisição de habitação, bem como para actividades imobiliárias, comércio e construção continuam a destacar-se. Assistiu-se, igualmente, a uma deterioração da carteira creditícia, tendo o rácio de incumprimento subido de 2.6% em 2009 para 7.1% em Setembro de 2011 (fonte: FMI), reflectindo, pelo menos em parte, as dificuldades de liquidez das empresas e os atrasos nos pagamentos pelo Estado.

Para 2011, a elevação do preço do petróleo, a regularização de dívidas pelo Estado a fornecedores e retoma de projectos públicos deverá reanimar a actividade económica do sector privado. Segundo o FMI, o crescimento do crédito à economia em Angola situar-se-á em cerca de 30%.

DEPÓSITOS

Nos doze meses até Setembro, os depósitos em Angola cresceram 23%. A evolução dos depósitos encontra-se intimamente relacionada com a regularização de dívidas do Estado. Com efeito, no primeiro semestre do ano, o acréscimo dos depósitos foi praticamente nulo. Porém, o início dos pagamentos por parte das autoridades implicou um considerável incremento deste agregado. Para os próximos meses, na medida em que as autoridades anunciaram intenção de liquidar as dívidas até final do primeiro trimestre de 2011, dever-se-á continuar a assistir a um incremento dos depósitos. Para 2011, o FMI considera um crescimento médio em doze meses de cerca de 23%.

Evolução do crédito

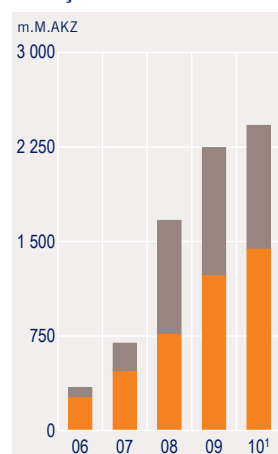


Gráfico 13

Evolução dos depósitos

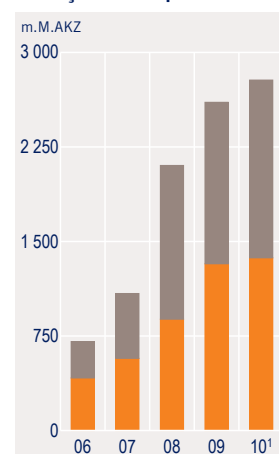


Gráfico 14

■ Crédito interno total
■ Crédito ao sector privado

■ Depósitos em moeda nacional
■ Depósitos em moeda estrangeira

Fonte: Banco Nacional de Angola (BNA).

CRONOGRAMA DE PRINCIPAIS EVENTOS EM 2010

Data	Evento
Janeiro	Aprovação da nova Constituição da República de Angola (Política Interna) Aprovada, para entrada em vigor a 5 de Fevereiro de 2010 a nova Constituição da República de Angola, revogando a anterior Constituição de 1991.
	Suspensão da Emissão de BT (Política Monetária) O BNA passou a efectuar leilões semanais de TBC, tendo a taxa de colocação atingido os 25% nos diferentes prazos.
Fevereiro	Novo Governo Angolano (Política Interna) Tomada de posse do Governo que define como prioridades a boa governação e maior eficácia na gestão pública.
Março	Aumento do limite máximo de isenção para o licenciamento das operações de Invisíveis Correntes (Política Cambial) Aumento para USD 300 000 (dos anteriores USD 100 000) do limite a partir do qual as transferências relativas a invisíveis correntes, de carácter comercial, ficam sujeitas a autorização prévia do BNA.
Abril	Redução da taxa de remuneração dos TBC (Política Monetária) Aprovada a Lei da Probidade Administrativa que estabelece o comportamento exigido ao servidor público e estabelece o que é legalmente entendido como enriquecimento ilícito.
Maiο	1.ª Revisão do Acordo Stand By com o FMI (Política Externa) Publicado o relatório da 1.ª revisão do SBA com avaliação global positiva.
Junho	Atribuição de notação de risco soberano à Republica de Angola (Política Externa) Republica de Angola recebeu uma notação média de “rating” de longo prazo – “B+” – das três principais agências de “rating”, Standard & Poor’s, Moody’s e Fitch. De salientar ainda o “positive outlook” reconhecido à economia angolana tanto pela Moody’s como pela Fitch, enquanto que a Standard & Poor’s refere um “stable outlook”.
	Alterados os mecanismos de acesso aos leiloes de divisas do BNA (Política Cambial) <i>O Instrutivo n.º 04 / 2010 e a Directiva n.º 10 / 2010</i> vêm limitar a capacidade de aquisição de divisas às reservas livres dos Bancos, em moeda nacional, na data anterior à realização do leilão, para além da anulação da regra de licitação de apenas 1/3 do montante oferecido no leilão de divisas. Estas medidas surgem com o intuito de aliviar a forte pressão que se fazia sentir no mercado cambial.
	Publicação de Comunicado de Reservas Obrigatórias (Política Monetária) O BNA fez sair um comunicado alterando provisoriamente (até 2 de Agosto 2010) a taxa de incidência em Moeda Estrangeira para o Cálculo das Reservas Obrigatórias de 15% para 12.5%.
Julho	Pagamento dos Atrasados de 2008 e 2009 (Finanças Públicas) O Governo deu início ao pagamento das dívidas dos anos de 2008 e 2009 com as empresas que executaram obras de projectos de investimento público, avaliada no equivalente a cerca de USD 6.8 mil milhões dos nove mil milhões reclamados.
	Publicada a Lei de Branqueamento de Capitais e Combate do Financiamento ao Terrorismo (Política Interna) Publicação da <i>Lei n.º 12 / 10</i> que estabelece as regras a adoptar pelas entidades públicas e pelas instituições financeiras na prevenção do branqueamento de capitais e no combate ao financiamento do terrorismo.
	Publicação da Directiva n.º 12 / 2010 (Política Cambial) O BNA publicou a <i>Directiva n.º 12 / 2010</i> , que reintroduz a regra de 1/3 de licitação do leilão que havia sido eliminada pela <i>Directiva n.º 10 / 2010</i> , determinando que cada Banco apenas poderia apresentar um valor global de procura por divisas de até 1/3 (um terço) do montante oferecido pelo BNA no respectivo leilão.

Data	Evento
Agosto	<p>Revisão OGE (Política orçamental)</p> <p>Aprovada a proposta de revisão do OGE 2010. O OGE revisto apresenta um montante superior ao inicial em cerca de um bilhão, cento e quarenta e sete milhões e quinhentos mil de kwanzas, correspondendo a um aumento de 37.1%.</p>
Setembro	<p>Subida do preço dos Combustíveis (Política Orçamental)</p> <p>Aumento em 50% do preço da gasolina e em 38% do preço do gasóleo na sequência da aprovação pela Assembleia da Republica da redução dos subsídios dos combustíveis, no âmbito da revisão do OGE de 2010.</p> <p>2.ª e 3.ª Revisão do Acordo Stand By com o FMI (Política Externa)</p> <p>No seu relatório de apreciação sobre o desempenho da economia e da política económica em Angola ao abrigo do SBA, o FMI reconhece a evolução da economia de acordo com as expectativas, notando-se sinais de uma recuperação sólida da actividade, como reflexo da subida dos preços e da produção de petróleo os quais beneficiaram as receitas orçamentais e as reservas de divisas internacionais.</p>
Outubro	<p>Nomeado novo Governador do BNA (Política Interna)</p> <p>Nomeação do Dr. José Lima Massano para o cargo de Governador do Banco Nacional de Angola.</p>
Novembro	<p>Alterados os limites de Exposição Cambial dos Bancos (Política Cambial)</p> <p>Pelo <i>Aviso n.º 05 / 2010 Instrutivo n.º 5 / 2010</i> o BNA fixa um cronograma de redução do limite de exposição ao risco de câmbio até 20% em 2012, tanto para as posições curtas como para as posições longas. Estas regras que visam limitar a capacidade dos bancos para deter posições em moeda estrangeira, com consequências naturais sobre a realização de operações em ME pelos Bancos.</p> <p>Retoma na emissão de BT (Política Monetária)</p> <p>O BNA suspendeu as emissões de TBC e o MINFIN emitiu BT para os prazos de 91, 182 e 364 dias com remunerações consideravelmente abaixo dos últimos máximos registados nestes instrumentos.</p> <p>Redução da Taxa de Redescoto (Política Monetária)</p> <p>Com a publicação da <i>Directiva n.º 13 / DSP / 2010</i>, o BNA altera a taxa de redescoto de 30% para 25%, em resultado da redução da taxa de juro dos BT e com o intuito de facilitar o investimento.</p> <p>Lei-quadro do OGE 2011 (Política Orçamental)</p> <p>Entre as opções estratégicas para assegurar o equilíbrio fiscal e a estabilidade monetária e cambial, o Executivo angolano apontou o combate à inflação como o objectivo fundamental na construção do Orçamento Geral de Estado para 2011.</p> <p>Regulamentação das Casas de Câmbio (Política Cambial)</p> <p>Publicado o <i>Instrutivo n.º 7 / 2010</i>, que regula as condições em que as Casas de Câmbio podem realizar a compra e venda de notas e moedas estrangeiras e cheques de viagens.</p> <p>Criado o mecanismo da Facilidade permanente de Cedência de Liquidez (Política Monetária)</p> <p>A <i>Directiva n.º 14 / DSP / 2010</i> regula a facilidade permanente de cedência de liquidez, permite aos Bancos Comerciais ter acesso a liquidez pontual (no máximo durante 2 dias consecutivos) a uma taxa mais atractiva (18% em vez de 25% do redescoto), e evita a penalização automática de suspensão na participação do leilão cambial. Este mecanismo constitui assim um incentivo ao sistema financeiro para utilização da moeda nacional, tornando menos oneroso e mais acessível o apoio do Banco Central.</p>
Dezembro	<p>Emissão de Obrigações do Tesouro para financiamento de investimentos públicos (Finanças Públicas)</p> <p>Foi publicado no <i>Diário da República n.º 241</i> de 21 de Dezembro o Decreto Executivo que estabelece a emissão de Obrigações do Tesouro para financiamento de investimentos públicos previsto no Orçamento Geral do Estado de 2010 – Revisto, no montante em Kwanzas equivalente a 1 300 M.US\$.</p> <p>Publicação do Aviso n.º 07 / 2010 (Política Cambial)</p> <p>Introdução de regulamentação das condições para a realização de operações cambiais pelas unidades hoteleiras.</p>

Actividade Comercial

Actividade Comercial

MERCADO BANCÁRIO EM ANGOLA E O BFA

MERCADO BANCÁRIO EM ANGOLA

O processo de formalização da economia e da bancarização da população angolana tem registado um crescimento acelerado nos últimos anos, conforme pode ser constatado através do extenso estudo de caracterização da população bancarizada residente na província de Luanda denominado Angola All Media & Products Study – Luanda 2010 (AAMPS), realizado anualmente pela Marktest Angola.

Segundo este estudo, entre 2008 e 2010 registou-se um aumento de 63% do índice de bancarização da população com 15 e mais anos, residente na província de Luanda.

Nesse período, o BFA mais do que duplicou a sua taxa de penetração (cerca de 1.65 vezes mais que o crescimento do índice de Bancarização no mesmo período) o que correspondeu, no final de 2010, a uma taxa de penetração de 13.5%.

De realçar, que esta posição da liderança do BFA em quota de Clientes, ficou reforçada com aumento da diferença do BFA para os seus principais concorrentes.

Evolução do índice de Bancarização

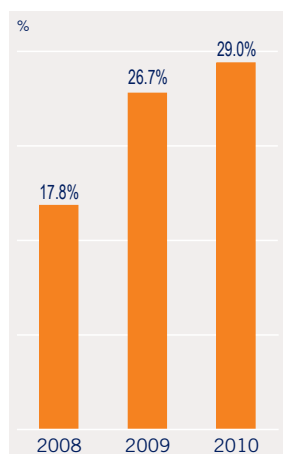


Gráfico 15

Taxas de Penetração em 2010

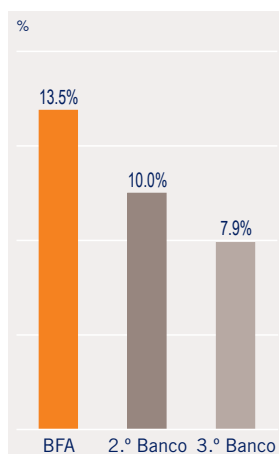
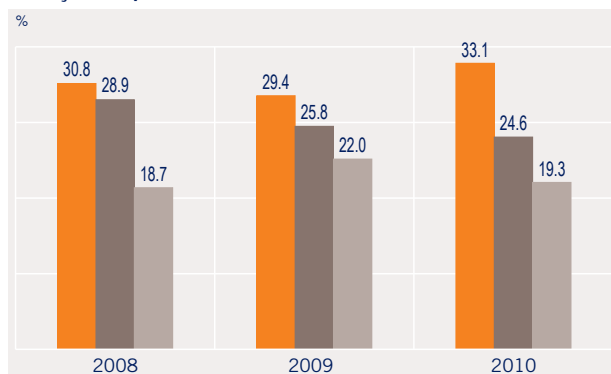


Gráfico 16

Com base no mesmo estudo, o BFA é líder de mercado com a maior quota de mercado com 33.1%.

Evolução da quota de mercado



- BFA
- 2.º Banco
- 3.º Banco

Gráfico 17

O estudo avaliou também a vertente da satisfação dos inquiridos no que respeita aos serviços bancários. Concluiu-se que, em 2010, a percentagem de inquiridos que se declararam satisfeitos com os serviços bancários no mercado diminuiu, por força do aumento de cerca de 7.4% de inquiridos que se manifestaram insatisfeitos.

Neste cenário, o BFA, melhorou em 0.8% a percentagem de inquiridos que revelaram muita satisfação mantendo os níveis de satisfação (inquiridos satisfeitos e muito satisfeitos) nos 86.5% já registados no ano anterior. De realçar, que o BFA foi o banco com maior percentagem de inquiridos a demonstrarem estar Muito Satisfeitos com os serviços prestados pelo banco, com cerca de 7%.

BANCO DE FOMENTO ANGOLA

Em 2010 o BFA prosseguiu a estratégia de reforço da sua presença no mercado angolano, através da expansão da sua rede comercial para um total de 143 balcões, com a abertura de mais 14 unidades e do aumento do número de Colaboradores para 2 038.

O Banco captou 105 mil novos Clientes, elevando o total para 781 mil e consolidou a sua posição de liderança na Banca electrónica com mais de 135 mil aderentes, prossequindo o objectivo de proporcionar uma oferta segmentada de produtos e serviços bancários inovadores para Clientes particulares e empresas a um número cada vez mais vasto de Angolanos.

Recursos

Os recursos de Clientes registaram, em 2010, um crescimento de 9.3%, atingindo os 5 566 M.US\$. O BFA detinha, em Dezembro, uma quota de 19.2% de depósitos, o que equivalia à segunda posição do mercado.

Recursos de Clientes 2006-2010

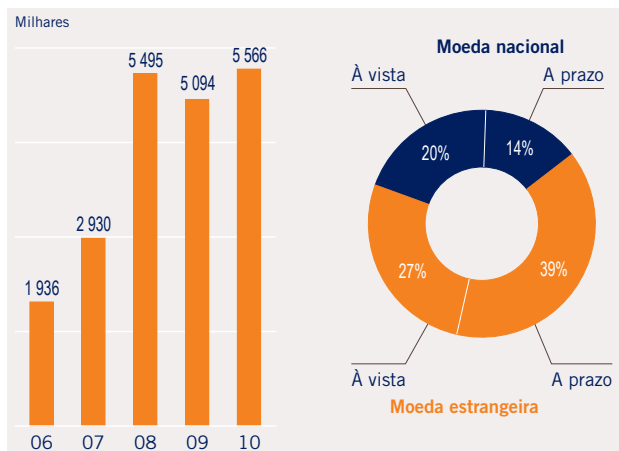


Gráfico 18

Gráfico 19

Banco de Fomento Angola Indicadores seleccionados

Valores em milhões de USD

	2009	2010	Δ%
Activo líquido total	5 896.9	6 450.3	9.40%
Crédito a Clientes	1 743.5	1 575.0	(9.7%)
Recursos de Clientes	5 093.9	5 566.4	9.3%
Colaboradores (n.º)	1 838	2 038	11%
Balcões (n.º)	129	143	11%
ATM (n.º)	241	262	9%
POS (n.º)	1 123	2 018	80%
Clientes (x mil)	676	781	15%

Quadro 7

Crédito

A carteira de crédito e garantias, registou um decréscimo de 9.7%, atingindo os 1 575 M.US\$, sendo o crédito em dólares americanos a componente mais expressiva desta rubrica.

Crédito a Clientes 2006-2010

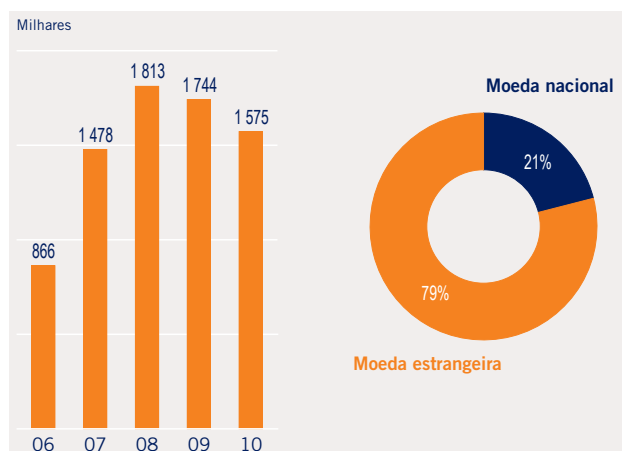


Gráfico 20

Gráfico 21

Em termos do crédito concedido a Clientes, e de acordo com as estatísticas do Banco Central, a quota de mercado do BFA era, em Dezembro de 2010, de 12.7% (para este efeito, considera-se que o crédito inclui empréstimos, Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro, bem como participações financeiras), percentagem que corresponde à quarta posição no mercado.

Em 31 de Dezembro de 2010, 72% da carteira de crédito e garantias correspondia ao segmento das empresas e os restantes 28%, ao segmento dos particulares.

A dinâmica de evolução do BFA fica também evidenciada no crescimento da quota de mercado de recursos.

Segundo dados do BNA, o BFA obteve um crescimento na quota de mercado de depósitos tendo finalizado o ano com 19.2% de quota de mercado, mais 1.6% do que o registado no final de 2009.

Neste âmbito, destaca-se ainda, o crescimento do BFA nos recursos captados em moeda nacional tendo aumentado 2.9% a quota de mercado e terminando o ano com 14.4%.

Cartões

O BFA detém uma posição destacada em cartões de débito e crédito em Angola, contando, no final de 2010, com 627 mil cartões de débito válidos, o que correspondia a uma quota de mercado de 30%, e com 8 488 cartões de crédito activos.

Quota de mercado crédito

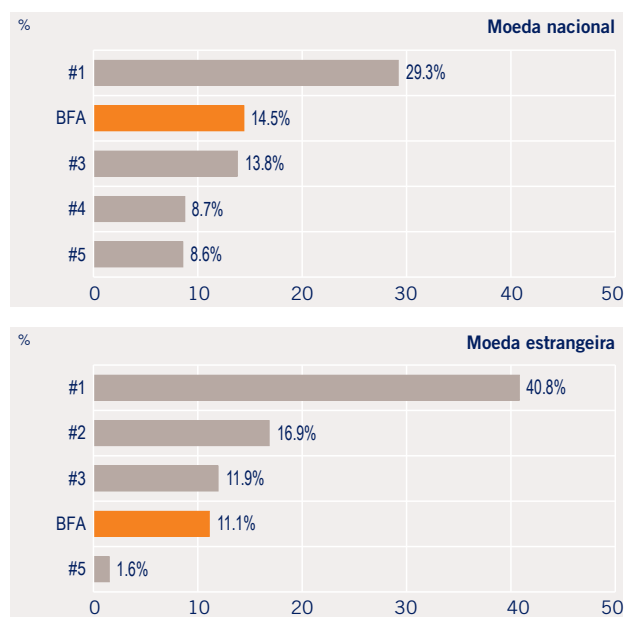


Gráfico 22

Quota de mercado depósitos

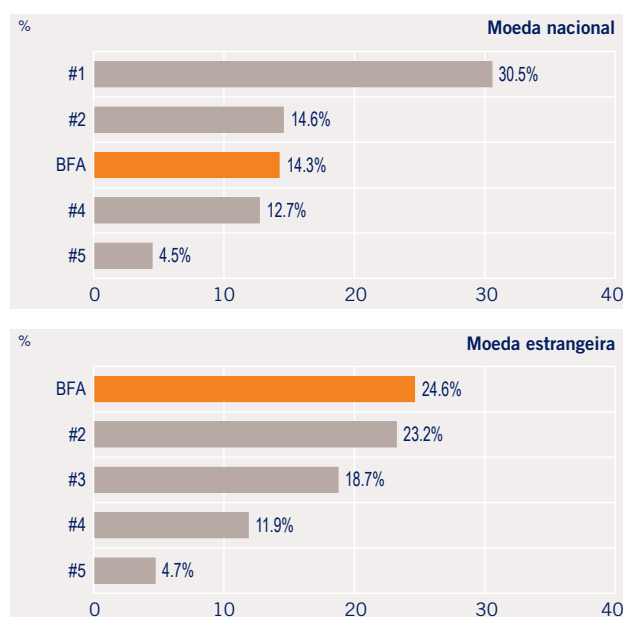


Gráfico 23

BANCA DE PARTICULARES E NEGÓCIOS

A Direcção de Particulares e Negócios (DPN) tem como responsabilidade a gestão da rede de Balcões direccionados para o atendimento de Clientes particulares e negócios, nomeadamente Agências e Postos de Atendimento.

Em 2010 verificou-se a consolidação da estrutura organizativa da DPN, com destaque para o alargamento das áreas comerciais, com a abertura de 11 novas Agências e Postos de Atendimento. Em resultado do alargamento da rede comercial, houve também um aumento do número de Directores de Área, medida que visou a redução do número de Balcões por responsável, criando melhores condições para um acompanhamento mais próximo da Direcção junto dos Balcões.

RECURSOS

O valor total da carteira de recursos em final de 2010 era de 2 352.9 M.US\$, o que representa um crescimento de 1.6% em relação ao mesmo período no ano transacto.

Recursos de Clientes

Banca de Particulares e Negócios		Valores em milhões de USD	
	2009	2010	Δ%
Depósitos a ordem	1 508.8	1 403.6	(7.0%)
Moeda nacional	570.8	567.6	(0.6%)
Moeda estrangeira	938.0	836.0	(10.9%)
Depósitos a prazo	842.8	986.3	17.0%
Moeda nacional	214.2	336.5	57.1%
Moeda estrangeira	612.1	642.2	4.9%
Depósitos a prazo moeda Indexada	16.4	7.7	(53.4%)
Outros recursos	1.3	1.5	13.8%
Recursos de Clientes	2 352.9	2 391.4	1.63%

Quadro 8

A DPN adoptou e implementou um programa de visitas a Clientes e potenciais Clientes que resultou em mais de 9 600 visitas que juntamente com o alargamento da Rede e a assinatura de diversos protocolos, permitiu ao Banco captar 102 139 novos Clientes particulares.

Destaca-se o envolvimento da DPN no processo de descentralização dos pagamentos de salários de funcionários da função pública garantindo uma presença sólida do BFA no referido processo.

CENTROS DE INVESTIMENTO

Integrado na Banca de Particulares e Negócios, em resultado do processo de segmentação, o BFA disponibiliza uma rede específica para servir Clientes de elevado património ou com potencial de acumulação financeira – rede de Centros de Investimento cuja gestão é assegurada pela Direcção de Centros de Investimento. Esta rede contava com 6 unidades no final do ano de 2010, mais um centro do que no ano anterior – em resultado da abertura do Centro de Investimento Benguela Cassange.

Centros de investimento

Principais indicadores		Valores em milhões de USD	
	2009	2010	Δ%
Recursos	922.9	1 049.5	13.7%
Crédito	173.1	152.2	(12.0%)

Quadro 9

Esta rede era responsável, no final de 2010, por 31% do total de recursos da Banca de Particulares e Pequenos Negócios.



Cartazes expostos em centros de investimento.

Em 2010 os Centros de Investimento registaram um crescimento de 13.7% dos recursos totais de Clientes para 1 049 M.US\$. Durante o ano de 2010 os centros de investimento serviram 1 835 Clientes.

De salientar que os Clientes dos Centros de Investimento puderam, ao longo do ano de 2010, ter acesso a campanhas exclusivas de produtos de prestígio especialmente seleccionados para a satisfação das necessidades mais exclusivas e para potenciar a relação com o BFA – Jóias Golden Times, Anel L'ments e Linha Exclusive.

CRÉDITO

A Direcção de Particulares e Negócios era responsável, no final de 2010, por uma carteira de crédito no valor de 393.0 M.US\$, o que representava 21% do total da carteira de crédito do Banco.

Houve uma redução significativa no volume da carteira de crédito em relação ao ano anterior, resultado de uma política mais criteriosa por parte do Banco na concessão de crédito reflexo directo do clima macroeconómico do país.

Crédito a Clientes

Banca de Particulares e Negócios	Valores em milhões de USD		
	2009	2010	Δ%
Cartões de crédito	7.1	7.2	0.7%
Crédito comercial	9.9	6.4	(35.9%)
Crédito geral	462.9	376.8	(18.6%)
Crédito por assinatura	3.9	2.6	(31.7%)
Crédito a Clientes	483.9	393.0	(18.8%)

Quadro 10

BANCA DE EMPRESAS

A Banca de Empresas é composta pela Direcção de Empresas, Direcção de Riscos de Crédito a Empresas, Direcção de Financiamentos Estruturados e a Direcção de Operações Imobiliárias.

Em 2010 a Banca de Empresas reforçou o processo de reestruturação que vinha a ser feito desde o ano transacto, com o objectivo de melhorar a qualidade de serviço e o acompanhamento das Empresas Clientes do Banco, permitindo ainda, reforçar a capacidade de intervenção no mercado potencial.

Neste âmbito, destaca-se o reforço da equipa da Direcção de Empresas, tendo para isso sido criada mais uma Direcção Regional, passando assim para um total de 4 Direcções Regionais.

Em 2010 foram abertos mais 4 novos Centros de Empresas, aumentando a rede para um total de 13 Balcões:

- Centro de Grandes Empresas Luanda
- Centro de Empresas Viana Pólo Industrial
- Centro de Empresas de Benguela
- Centro de Empresas Santa Bárbara que resultou da deslocalização do Centro de Empresas de Coqueiros

No final do ano foi implementado um processo de rotação das equipas e dos principais responsáveis, processo que terá continuidade em 2011.

Tendo em consideração os desafios colocados pelo incumprimento de crédito, a Direcção de Riscos de Crédito a Empresas viu reforçada significativamente a sua Área de Acompanhamento e Recuperação de Crédito, nomeadamente com a integração de um apoio jurídico próprio. Esta medida visa estabelecer melhores condições de sucesso no acompanhamento e negociação das situações de incumprimento bem como das acções de recuperação judicial. O Gabinete de Gestão de Crédito foi também reforçado com atribuições de tarefas específicas para melhorar ou mitigar algum do risco operacional ao nível do processo de acompanhamento e execução das operações.

As equipas da Direcção de Financiamentos Estruturados (que resultou da integração da Direcção de Project Finance e passou a integrar a equipa de Análise e Acompanhamento dos Projectos Agrícolas) e da Direcção de Operações Imobiliárias foram também reforçadas e contam com uma estrutura, não só ajustada à dimensão da actual da carteira de operações em curso ou em análise, mas também com capacidade para novos desafios que poderão ser colocados no futuro próximo, logo que a actividade económica do País comece a conhecer melhores desempenhos.

Em 2010, as carteiras de Recursos e Crédito conheceram diferentes comportamentos: nos Recursos um crescimento de 17.4% e no Crédito uma queda de 11.2%, que se traduzem respectivamente em 38% e 71% do total da carteira do Banco.



Cartazes expostos em centros de empresas.

RECURSOS

Nos Recursos foi alcançado um crescimento de 17.4% para o que contribuiu decisivamente a evolução favorável dos recursos em moeda nacional, seja nos Depósitos à ordem (+24.6%) seja nos Depósitos a prazo (+193.4%).

Os outros recursos conheceram um retrocesso por força da liquidação de operações indexadas.

Recursos de Clientes

Banca de Empresas	Valores em milhões de USD		
	2009	2010	Δ%
Depósitos à ordem	1 045.5	1 173.0	12.2%
Moeda nacional	428.9	534.5	24.6%
Moeda estrangeira	616.6	638.6	3.6%
Depósitos a prazo	737.8	919.8	24.7%
Moeda nacional	108.9	319.6	193.4%
Moeda estrangeira	530.8	534.1	0,6%
Outros recursos	98.0	66	(32.6%)
Recursos de Clientes	1 783.3	2 092.9	17.4%

Quadro 11

A evolução dos depósitos encontra-se intimamente relacionada com a regularização de dívidas do Estado, tendo o BFA sido o principal Banco para onde os depósitos foram canalizados pelas empresas (ainda que indirectamente) depois de recebidos os pagamentos. Para os próximos meses, na medida em que as autoridades anunciaram intenção de liquidar as dívidas até final do primeiro trimestre de 2011, dever-se-á continuar a assistir a um novo incremento dos depósitos.

CRÉDITO

O Crédito sobre Clientes conheceu um retrocesso de 11.2% para o qual muito contribuiu:

O ano de 2010 foi particularmente exigente na concessão e acompanhamento do crédito às empresas.

A redução drástica no volume de obras lançadas pelo Estado Angolano, bem como os atrasos nos pagamentos dos diversos organismos do Estado às empresas fornecedoras e prestadoras de serviço, conduziu a dificuldades quer económicas quer financeiras ao tecido empresarial.

Crédito a Clientes

Banca de Empresas	Valores em milhões de USD		
	2009	2010	Δ%
Crédito sobre Clientes ¹	1 136.0	1 055.8	(7.1%)
Moeda nacional	164.7	281.8	71.1%
Moeda estrangeira	971.3	773.9	(20.3%)
Crédito por assinatura	333.8	249.5	(25.3%)
Crédito a Clientes	1 469.9	1 305.2	(11.2%)

1) Carteira de crédito total.

Quadro 12

Face a este cenário macroeconómico, foi adoptada uma política de grande exigência com implementação de critérios rigorosos na avaliação de risco com consequências na concessão de crédito.

O crédito sobre Clientes e o crédito por assinatura tiveram respectivamente uma queda de 7.1% e de 25.3%.

UNIDADE DE BUSINESS DEVELOPMENT

MISSÃO

A Unidade de Business Development (UBD) foi criada, no primeiro trimestre de 2010, tendo como missão:

- apoiar e incentivar as empresas a expandir os seus negócios para Angola, através da oferta, de modo proactivo, de uma gama alargada de serviços às empresas que queiram operar e crescer em Angola pela via do investimento directo (Business Development Services);
- prestar serviços de consultoria de alto nível a entidades Angolanas, sejam entidades governamentais, sejam entidades empresariais, públicas ou privadas, com vista ao desenvolvimento económico de Angola e do seu mercado financeiro (Serviços Especializados);
- apoiar o BFA na montagem de operações de maior dimensão e complexidade (Apoio Interno ao BFA).

Tendo a sua actuação articulada com a Unidade de Business Development do Banco BPI, a criação da UBD visa potenciar o posicionamento do BFA como o parceiro financeiro de referência das empresas que operam em Angola.

ACTIVIDADE

A actuação da UBD assenta num esforço contínuo de identificação de oportunidades de investimento em Angola, em particular nos sectores com maior potencial de desenvolvimento.

Este esforço de captação é efectuado, em paralelo, dentro e fora do território angolano, de forma a identificar os players que reúnam as melhores condições para promover as oportunidades identificadas, entre os seguintes grupos de entidades:

- empresas angolanas (públicas e privadas, com ou sem capital estrangeiro);

- empresas estrangeiras (com particular enfoque nas empresas oriundas de Portugal, Espanha, Brasil e África do Sul) que estejam ou não presentes em Angola, e desde que possuam um mínimo de dimensão;
- empresas multinacionais;
- entidades e agências governamentais angolanas.

Durante o ano de 2010, as Unidades de Business Development do BPI e BFA promoveram, no seu conjunto, mais de 200 contactos directos ou reuniões com potenciais investidores, tendo obtido um total de 12 mandatos de prestação de serviços.

Propostas apresentadas em 2010

Por tipo de serviço

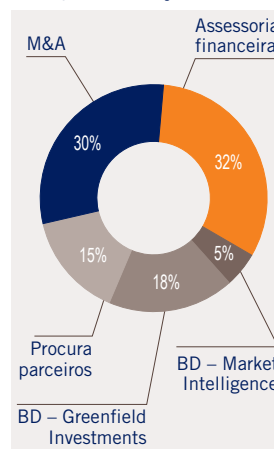


Gráfico 24

Por país

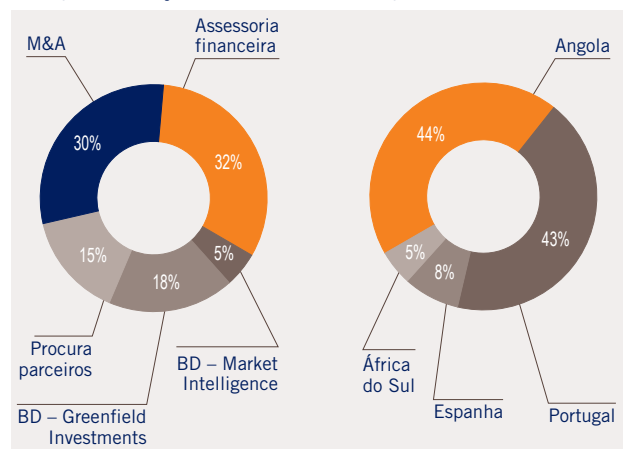


Gráfico 25

Face às perspectivas de crescimento da economia angolana, ao interesse crescente do investimento estrangeiro neste país e ao esforço que tem vindo a ser empreendido, por parte dos grupos e empresas presentes em Angola traduzidos numa maior profissionalização da sua gestão na reorganização e optimização das respectivas carteiras de negócios e activos, espera-se que a actividade da UBD venha a registar uma evolução positiva durante 2011.

Gestão de riscos

Gestão de riscos

RISCO DE CRÉDITO

O ano de 2010 foi particularmente exigente na concessão e acompanhamento do crédito às empresas e particulares.

A redução drástica no volume de obras lançadas pelo Estado Angolano, motor da economia, bem como os atrasos nos pagamentos dos diversos organismos do Estado às empresas fornecedoras e prestadoras de serviço conduziu a dificuldades quer económicas quer financeiras ao tecido empresarial, em especial no sector da construção.

As consequências nos rendimentos dos particulares foram significativas, tendo o BFA optado por uma maior exigência nos parâmetros de decisão.

O BFA procurou ser parceiro sólido quer das empresas quer do Estado, sugerindo produtos de apoio à tesouraria e financiamento, com maior atenção ao sector da construção e obras públicas, sector que se revela como base para o crescimento nesta fase da economia angolana.

Processo e política de concessão de crédito

Foi dado um particular enfoque à política de concessão de crédito, procurando ser mais exigente nas informações prestadas pelas empresas e particulares, bem como às garantias exigidas.

A análise específica de créditos a empresas, segue os princípios estabelecidos no Regulamento Geral de Crédito em vigor no BFA, e que resulta da recolha, verificação e análise crítica de informação relevante, relativamente ao proponente e à sua situação económica e financeira, à operação de financiamento e às garantias propostas e que se podem resumir da seguinte forma:

- Filtros básicos: existência de incidentes ou incumprimentos para com o Banco, seja da empresa ou do grupo de empresas;

- Limites de exposição: avaliação da capacidade de cumprir o serviço da dívida e análise do limite de exposição global, tendo em atenção a capacidade de envolvimento do Banco;
- Consideração de eventuais garantias pessoais, reais ou financeiras para mitigação do risco inerente à operação.

As operações de crédito de médio / longo prazo têm, por regra, cobertura integral por garantias reais.

No caso de empresas ou grupos de empresas, as operações são analisadas na óptica de grupo, fazendo-se a agregação de todas as responsabilidades perante o Banco.

Níveis de incumprimento, provisionamento e recuperação

Em 2010 manteve-se a pressão de agravamento dos níveis de incumprimento de crédito, resultado da contracção da economia angolana e consequentes dificuldades das empresas.

O total do crédito vencido da carteira atingiu 66 293 m.US\$ (4.1% da carteira total).

Valores em milhões de USD

	2009	Em % da carteira de crédito	2010	Em % da carteira de crédito
Crédito vencido	45.8	2.2%	66.3	4.1%
Provisões sobre o crédito	110.8	5.3%	111.4	7.0%

Quadro 13

As provisões para crédito vencido têm sido mantidas a níveis confortáveis, tendo atingido um rácio de cobertura de 168% sobre o vencido em 2010.

Write-Offs

Cumprindo como que está legalmente regulamentado pelo BNA, através do *Aviso n.º 4 / 2009* de 20 de Maio, o BFA procedeu ao *Write-Off* contabilístico de um conjunto de operações classificadas na Classe G há mais de 180 dias.

No caso do segmento de Particulares e Pequenos e Negócios significou um total de 731 operações no valor global de 3.7 M.US\$, enquanto o segmento de Empresas efectuou o mesmo movimento contabilístico para 68 operações no valor total de 23.5 M.US\$.

RISCO CAMBIAL

O conceito de risco cambial reflecte a variação potencial que pode ser registada nos resultados ou no capital do Banco em resultado de alterações da taxa de câmbio tendo em conta a manutenção de posições longas ou curtas nos mercados à vista ou de futuros.

A gestão do risco de taxa de câmbio de posições estruturais ou resultantes do negócio com os Clientes do Banco encontra-se delegada à Direcção Financeira e Internacional, tendo em conta os limites de posição por moeda aprovados em Conselho de Administração e definidos no Manual de Limites e Procedimentos da DFI.

Neste âmbito, o Banco procura de forma activa minimizar o risco cambial, mantendo para cada moeda as suas posições activas e passivas niveladas. No que respeita a moeda externa, o BFA opera principalmente com dólares norte-americanos e a exposição a outras moedas possui carácter residual.

O acompanhamento e monitorização da posição cambial é feito através da análise de um relatório diário sobre a posição cambial, e do relatório mensal apresentado no Dossier de Gestão de Riscos. Para efeitos de informação ao Banco Central é produzido ainda um relatório de Exposição Cambial que engloba a exposição cambial das rubricas extra-patrimoniais para além das posições activas e passivas nas diversas moedas.

O Banco iniciou o ano de 2010, com uma posição cambial avaliada em 171.7 M.US\$, que foi sendo gradualmente reduzida, tendo terminado o ano com uma posição cambial residual (11.8 M.US\$).

O BFA terminou o ano 2010 com um volume total de vendas de divisas a Clientes no valor de 3 006 M.US\$. Deste montante, 1 621 M.US\$ foram adquiridos nos leilões do BNA, o que representou uma quota de mercado anual de 14%, sendo de salientar o valor das compras a Clientes que atingiu 1 245 M.US\$, tendo o restante valor sido originado pelo consumo da posição longa que existia no início do ano.

Funding e liquidez

O risco de liquidez traduz a possibilidade de se incorrer em perdas decorrentes da incapacidade de suprir as necessidades do passivo e necessidades de tesouraria, tendo em conta as captações efectuadas no mercado e perdas com a venda de activos por valores inferiores aos do Balanço.

A gestão da liquidez no BFA é pautada por critérios de prudência e de flexibilidade de actuação, de modo a garantir a estabilidade dos recursos de Clientes e a diversificação das fontes e das maturidades de financiamento.

A gestão da liquidez é assegurada diariamente pela Direcção Financeira e Internacional, de acordo com as directrizes emanadas do Comité Financeiro, que reúne semanalmente, e tendo em conta os limites de liquidez aprovados pelo Conselho de Administração.

O BFA goza de uma situação privilegiada quanto ao seu funding, na medida em que os recursos de Clientes representam 86.4% do activo total do Banco. Os recursos de Outras Instituições de Crédito têm um peso marginal, de apenas 1.5%.

Dado que o grau de transformação de depósitos em crédito ser ainda muito prudente, com um valor aproximado de 28.2%, a posição de liquidez é extraordinária, pelo que assume particular relevância uma adequada gestão de tesouraria.

No ano de 2010, destaca-se a alteração havida em Junho, com a publicação do *Instrutivo n.º 03 / 2010*, que alterou o regime de cálculo das Reservas Obrigatórias, no qual a taxa sobre os depósitos em Moeda Nacional passou a ser de 25% e a dos depósitos em Moeda Estrangeira de 15%. Face ao regime anterior, registou-se uma melhoria de liquidez em termos de liquidez disponível em Moeda Nacional e uma diminuição da liquidez em Moeda Estrangeira.

Em termos das operações efectuadas no mercado interbancário angolano, ao longo de 2010, o BFA cedeu a outras contrapartes um total de 2.885 M.US\$, tendo apenas recorrido pontualmente a tomadas, que totalizaram 187.5 M.US\$.

RISCO OPERACIONAL

O Banco prosseguiu a sua estratégia de gestão do risco operacional assente num conjunto de acções com o objectivo de mitigar os riscos desta natureza, focando a sua actividade em duas grandes frentes de trabalho, tendo em conta a dimensão e tipo de negócio:

- Risco de fraude interna e externa;
- Risco de continuidade de negócio.

Relativamente à fraude interna e externa, a Direcção de Auditoria e Inspeção intensificou a sua actividade na realização de auditorias aos pontos de venda e serviços centrais, com a realização de trabalhos de campo mais frequentes de curta duração e de âmbito mais limitado. Foram igualmente realizadas acções de auditoria a cargo de auditores externos centradas em áreas específicas, permitindo identificar deficiências e estabelecer planos com vista à sua correcção.

Visando ainda a diminuição do risco operacional, o Banco desenvolveu um trabalho de revisão e sistematização da gestão dos acessos informáticos atribuídos aos seus Colaboradores estabelecendo um novo modelo de gestão e de controlo dos mesmos. Foi igualmente dada continuidade ao processo de revisão de alguns normativos

internos e ao desenvolvimento informático de transacções bancárias contemplando o reforço da segregação de funções na execução das mesmas.

A nível de segurança da Rede Comercial o Banco concluiu os trabalhos relativos a equipar todos os pontos de venda com modernos sistemas de vídeo vigilância permitindo uma mais correcta monitorização da actividade da rede.

No decorrer de 2010 foi inaugurado o novo armazém onde irá funcionar o Economato e o Arquivo Central, numa estrutura equipada com modernas soluções e dimensionado para o futuro. Neste âmbito, foi reforçada a equipa nessa área e foram desenvolvidos novos procedimentos suportados numa solução informática própria para a gestão e controlo deste processo de negócio. Depois de efectuados testes com resultados positivos, este novo processo entrará em pleno funcionamento no início de 2011.

A nível de continuidade de negócio, foi contratado um novo espaço, com excelentes condições técnicas e de segurança, para o alojamento dos sistemas de *disaster recovery*, estando a sua migração prevista para o decurso do ano de 2011.

Finalmente o Banco prosseguiu o processo regular de sistematização e reporte das diferentes acções correctivas identificadas, com a elaboração de relatórios de acompanhamento da evolução do estado da sua implementação, bem como de produção de relatórios periódicos relativos à perdas no âmbito do risco operacional e de informação de deficiências a nível dos sistemas informáticos, de comunicações e energia.

Análise financeira

Análise financeira

INTRODUÇÃO

Principais indicadores

Valores em milhões de USD

	2009	2010	Δ%
Activo total	5 896.9	6 450.3	9.4%
Crédito a Clientes	1 743.5	1 575.0	(9.7%)
Recursos de Clientes	5 093.9	5 566.4	9.3%
Situação líquida	554.7	655.6	18.2%
Produto bancário	463.5	424.0	(8.5%)
Custos de estrutura ¹	136.1	141.3	3.8%
Resultado de exploração	354.7	303.4	(14.4%)
Lucro líquido	250.2	261.8	4.6%
Cash flow líquido ²	325.5	313.5	(3.7%)
Rendibilidade do activo total [ROA]	4.1%	4.2%	0.1%
Rendibilidade dos fundos próprios [ROE]	44.8%	43.3%	(1.5%)
Custos de estrutura / produto bancário	28.4%	33.1%	4.7%
Rácio de solvabilidade	23.5%	30.9%	7.4%
Crédito a Clientes vencido em % do crédito a Clientes	2.5%	4.0%	1.5%
Cobertura do crédito vencido por provisões de crédito	219.0%	156.9%	(62.2%)
Cobertura do crédito por provisões de crédito	5.5%	6.5%	1.0%
Número de balcões ³	129	143	14
Número de Colaboradores	1 838	2 038	200

1) Inclui custos com pessoal, fornecimento e serviços de terceiros, outros custos de exploração e depreciações e amortizações.

2) Calcula-se somando ao resultado líquido do exercício as provisões e as depreciações e amortizações.

3) Inclui agências, centros de empresa, centros de investimento e postos de atendimento bancário.

Quadro 14

Depois do abrandamento económico registado em 2009, decorrente dos efeitos sobre a economia angolana da crise financeira e económica internacional desencadeada a partir de 2008, o ano de 2010 trouxe alguma recuperação da actividade económica. A subida do preço do petróleo nos mercados internacionais foi o principal factor impulsionador do crescimento da economia Angolana, tendo conduzido a uma recuperação do nível das reservas internacionais de Angola, o que permitiu uma regularização, ainda que só parcial, das dívidas em atraso do Estado.

Neste enquadramento o BFA obteve um lucro líquido de 261.8 M.US\$ em 2010, o que correspondeu a um crescimento de 4.6% relativamente ao lucro de 250.2 M.US\$ reportado em 2009.

A evolução do resultado foi positivamente influenciada pelo crescimento da Margem Financeira de 19.7%, pela redução nas rubricas de provisões e amortizações de 31.3% e também pela componente fiscal.

A diminuição dos lucros em operações financeiras foi determinada pela redução dos ganhos na posição estrutural longa em moeda estrangeira do balanço do Banco em resultado da maior estabilidade cambial verificada no exercício, comparativamente com o ano anterior (em 2010 o Kwanza desvalorizou 3,8% face ao Dólar quando em 2009 se verificou uma desvalorização de 18.9% do Kwanza face ao Dólar).

A rentabilidade dos capitais próprios médios consolidados (ROE) ascendeu a 43.3% em 2010 (44.8% em 2009).

O activo total líquido do BFA cresceu 9.4% em 2010, para 6 450.3 M.US\$. Esta evolução foi determinada pela expansão em 9.3% da carteira de depósitos de Clientes e a aplicação desses recursos maioritariamente em títulos de dívida pública Angolana. Deste modo, a carteira de títulos aumentou 23.9%, totalizando 2 800.9 M.US\$ no final de 2010.

Por sua vez, o crédito a Clientes regista uma diminuição de 9.7%, tendo o BFA mantido critérios exigentes de avaliação do risco e reforçado a selectividade na concessão de crédito. O constrangimento de liquidez no sector privado, traduzido em atrasos no ciclo de recebimentos e pagamentos na tesouraria das empresas, originou maiores dificuldades às empresas na regularização do serviço da dívida. O aumento das situações com prestações em atraso, a par com a redução da carteira de crédito do BFA, reflectiu-se num aumento do rácio de crédito vencido (há mais de 30 dias) de 2.5% no final de 2009 para 4.0% em 2010. No final de 2010 o crédito vencido encontrava-se coberto por provisões (específicas e genéricas) em 167.7%.

O BFA mantém um balanço com elevada liquidez e solidez. Cerca de 86% do activo total é financiado por depósitos de Clientes e total de recursos de Clientes e capitais próprios representava 96% do activo. O rácio crédito / recursos de Clientes situava-se em 28% no final de 2010. O rácio de solvabilidade, de acordo com a metodologia standard, ascendia a 30.9% em Dezembro de 2010, aumentando 7.4 p.p. em relação ao ano anterior (23.5%).

BALANÇO

Balanço em 31 de Dezembro de 2009 e 2010

Valores em milhões

	2009		2010		Δ%
	AKZ	USD	AKZ	USD	
Activo líquido					
Disponibilidades	115 291.6	1 289.6	116 661.4	1 259.3	(2.4%)
Aplicações totais	394 507.6	4 412.9	463 180.4	4 999.6	13.3%
Aplicações em instituições de crédito	36 586.0	409.2	57 780.2	623.7	52.4%
Crédito sobre Clientes	155 868.3	1 743.5	145 913.2	1 575.0	(9.7%)
Aplicações em títulos	202 053.4	2 260.2	259 487.0	2 800.9	23.9%
Imobilizado líquido	12 979.9	145.2	14 389.6	155.3	7.0%
Outros activos	4 389.4	49.1	3 343.8	36.1	(26.5%)
Total do activo	527 168.5	5 896.9	597 575.2	6 450.3	9.4%
Passivo					
Recursos de instituições de crédito	4 259.8	47.6	8 767.2	94.6	98.6%
Depósitos de Clientes	455 385.0	5 093.9	515 686.0	5 566.4	9.3%
Outros passivos	13 152.8	147.1	6 547.3	70.7	(52.0%)
Provisões para riscos e encargos	4 779.5	53.5	5 841.4	63.1	17.9%
Capitais próprios e equiparados	49 591.4	554.7	60 733.2	655.6	18.2%
Total do passivo e capital	527 168.5	5 896.9	597 575.2	6 450.3	9.4%

Quadro 15

O activo líquido do BFA totalizava 6 450.3 M.US\$ em 31 de Dezembro de 2010, o que corresponde a um aumento de 553.4 M.US\$ (+9.4%) relativamente ao final do ano anterior.

A expansão do activo total reflecte essencialmente o aumento da carteira de aplicações em Títulos do Estado, em 23.9%, a qual é principalmente utilizada para aplicação da liquidez excedentária do BFA e gestão do balanço. Por sua vez, a carteira de crédito registou uma diminuição de 9.7% (-168.5 M.US\$) e as aplicações em instituições de crédito, com menor relevância no balanço (cerca de 10% do activo total), cresceram 52% (+214.5 M.US\$). No final de 2010, as carteiras de aplicações em títulos e de crédito representavam 43.4% e 24.4% do activo total, respectivamente.

Os recursos captados de Clientes em conjunto com os recursos próprios asseguram o financiamento praticamente integral do activo, sendo que os recursos de outras instituições de crédito têm uma expressão residual, representando 1.5% do total do activo.

Os Depósitos de Clientes cresceram 9.3% (+472.5 M.US\$), o que reflecte principalmente a expansão em 19.5% dos depósitos a prazo. O rácio de transformação dos recursos de Clientes em crédito situava-se em 28.2% em Dezembro de 2010.

Composição do Balanço do BFA em 2010

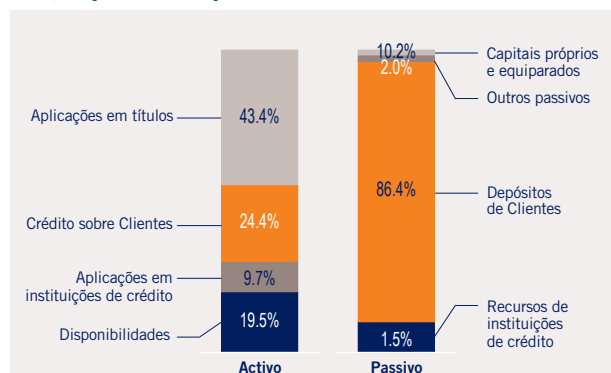


Gráfico 26

Os Capitais Próprios e Equiparados aumentaram 18.2% face ao valor no final de 2009, assente na geração interna de resultados.

Carteira de títulos

A carteira de títulos do BFA é constituída exclusivamente por emissões de Dívida Pública Angolana, e ascendia em 31 de Dezembro de 2010, a 2 800.9 M.US\$, o que representava 43.4% do activo total do Banco.

Relativamente a 2009, a carteira aumentou em 540.8 M.US\$, o que resultou essencialmente do aumento das aplicações em títulos do banco central, com maturidades até um ano, contabilizadas na carteira de títulos detidos até ao vencimento.

Carteira de títulos

Valores em milhões

	2009		2010		Δ USD
	AKZ	USD	AKZ	USD	
Carteira de negociação	27.2	0.3	8 944.0	96.5	96.2
Bilhetes do Tesouro	0.0	0.0	8 921.4	96.3	96.3
Outros	27.2	0.3	22.7	0.2	(0.1)
Carteira de detidos até ao vencimento	202 026.2	2 259.9	250 543.0	2 704.4	444.5
Bilhetes do Tesouro	37 519.6	419.7	16 409.0	177.1	(242.6)
Títulos do Banco Central	14 129.4	158.1	89 387.7	964.9	806.8
Obrigações do Tesouro (Usd)	38 224.1	427.6	38 409.3	414.6	(13.0)
Obrigações do Tesouro (IPC)	23 810.5	266.3	19 302.9	208.4	(58.0)
Obrigações do Tesouro (Indexadas ao USD)	88 342.6	988.2	87 034.1	939.5	(48.7)
Outros	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Total	202 053.4	2 260.2	259 487.0	2 800.9	540.8

Quadro 16

Em 2010 iniciou-se a actividade da carteira de negociação com o intuito de contribuir para a dinamização quer do mercado secundário interbancário, quer do negócio directo com Clientes do BFA. Esta carteira tinha um peso de apenas 3.4% da carteira total, totalizando 96.5 M.US\$, face aos 2 704.4 M.US\$ registados na carteira de títulos detidos até ao vencimento

Os títulos de curto prazo (Bilhetes do Tesouro e Títulos do Banco Central) representavam 44.2% do total da carteira, sendo o restante constituído por títulos de médio prazo (Obrigações do Tesouro).

Em termos de moeda de referência, os títulos emitidos em moeda nacional (BTs, TBCs e OTs indexadas ao IPC), representavam 51.7% da carteira, enquanto que os títulos denominados em USD, representavam os restantes 48.3%.

O Banco classificou títulos na categoria de detidos até ao vencimento pois tem a intenção e a capacidade financeira de os manter até ao respectivo vencimento.

Crédito a Clientes

A carteira de crédito produtivo ascendia a 1 612.8 M.US\$ em 31 de Dezembro de 2010, o que representa uma redução de 9.6% face a 2009, tendo o BFA mantido critérios exigentes de avaliação do risco. Aquela variação resultou da diminuição da carteira de crédito expressa em moeda estrangeira, em 301.4 M.US\$ (-19.2%), enquanto a carteira expressa em moeda nacional cresceu em 125.0 M.US\$ (+57.4%). Deste modo, o Crédito em Moeda Nacional aumentou consideravelmente o seu peso na carteira de crédito total, de 12% em 2009 para 21% em 2010.

Repartição do Crédito sobre Clientes em 2010

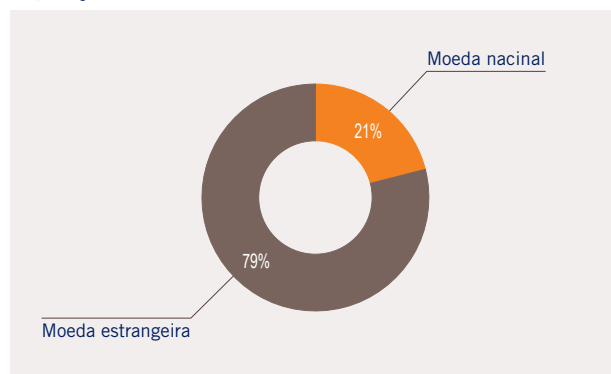


Gráfico 27

Crédito a Clientes

Valores em milhões

	2009		2010		Δ%
	AKZ	USD	AKZ	USD	
1. Crédito Total	192 008.1	2 147.8	179 262.5	1 935.0	(9.9%)
1.1. Crédito sobre Clientes	160 741.5	1 798.0	149 411.6	1 612.8	(10.3%)
Crédito Moeda Nacional	19 469.0	217.8	31 759.3	342.8	57.4%
Crédito Moeda Estrangeira	141 272.5	1 580.3	117 652.3	1 270.0	(19.6%)
1.2. Créditos e Juros Vencidos	4 093.5	45.8	6 153.0	66.4	45.0%
1.3. Créditos por Assinatura	27 965.8	312.8	23 697.9	255.8	(18.2%)
2. Provisões Totais de Crédito	9 907.9	110.8	10 320.1	111.4	0.5%
2.1. Provisões Específicas	8 966.6	100.3	9 651.4	104.2	3.9%
Para Crédito e Juros Vencidos	1 856.0	20.8	2 782.9	30.0	44.7%
2.2. Para Riscos Gerais de Crédito	941.3	10.5	668.6	7.2	(31.5%)
3. Crédito Líquido de Provisões	155 868.3	1 743.5	145 913.2	1 575.0	(9.7%)
Do qual: Crédito e Juros Vencidos	2 237.5	25.0	3 370.2	36.4	45.3%

Quadro 17

O crédito vencido há mais de 30 dias ascendia a 66.4 M.US\$ em Dezembro de 2010, o que correspondia a 4.0% da carteira de crédito bruto (era de 2.5% no final de 2009).

A cobertura do crédito vencido por Provisões Específicas e por Provisões Totais de Crédito (específicas e genéricas) situava-se em 45.2% e 167.7%, respectivamente (45.3% e 242.0% em 2009).

Aplicações em instituições de crédito

Valores em milhões

	2009		2010		Δ%
	AKZ	USD	AKZ	USD	
Aplicações em IC	36 586.0	409.2	57 780.2	623.7	52.4%
No país	0.0	0.0	0.0	0.0	-
No estrangeiro	36 586.0	409.2	57 780.2	623.7	52.4%
Total	36 586.0	409.2	57 780.2	623.7	52.4%

Quadro 18

As aplicações em instituições de crédito, que representam cerca de 10% do activo total, aumentaram em 214.4 M.US\$ (+52.4%), o que reflecte a aplicação da totalidade da liquidez excedentária em moeda estrangeira em instituições financeiras fora do país. A liquidez excedentária do BFA em moeda nacional é canalizada para aplicações em títulos de dívida pública, pelo que o banco não detém quaisquer aplicações efectuadas no mercado bancário doméstico, que funciona sobretudo em moeda nacional.

Recursos de Clientes

A carteira de recursos totais de Clientes aumentou 9.3% (+USD 472.5 M.US\$), totalizando 5 566.4 M.US\$ em Dezembro de 2010.

Esta evolução reflecte a expansão dos depósitos a prazo em 19.5%, com crescimentos de 58% (+USD 276.9 M.US\$) nos depósitos expressos em moeda nacional e de 10.1% (+USD 197.9 M.US\$) nos depósitos expressos em moeda estrangeira.

Recursos de Clientes

Valores em milhões

	2009		2010		Δ USD
	AKZ	USD	AKZ	USD	
Depósitos à ordem	238 182.1	2 664.3	246 619.2	2 662.0	(0.1%)
Moeda nacional	87 915.4	983.4	104 488.9	1 127.9	14.7%
Moeda estrangeira	150 266.8	1 680.9	142 130.3	1 534.2	(8.7%)
Depósitos a prazo	217 202.9	2 429.6	269 066.9	2 904.3	19.5%
Moeda nacional	42 842.7	479.2	70 047.7	756.1	57.8%
Moeda estrangeira	174 360.2	1 950.4	199 019.1	2 148.2	10.1%
Outros recursos	0.0	0.0	0.0	0.0	-
Total	455 385.0	5 093.9	515 686.0	5 566.4	9.3%

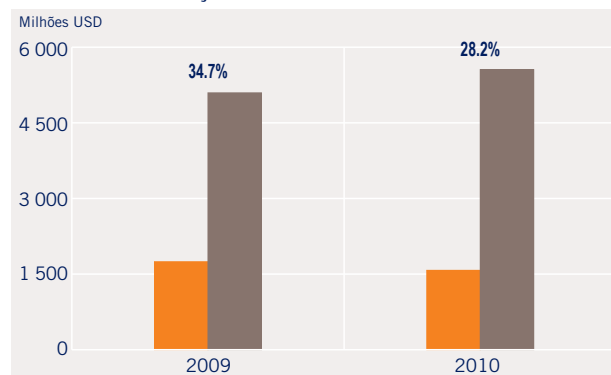
Quadro 19

Os depósitos à ordem, que representam 48% do total de depósitos, mantiveram-se praticamente inalterados, uma vez que o aumento registado nos depósitos em moeda nacional (+14.7%) foi contrabalançado por uma redução nos depósitos expressos em moeda estrangeira (-8.7%).

Os recursos de Clientes em moeda estrangeira que totalizavam em Dezembro de 2010 3 682.4 M.US\$ apresentam um peso de 66% sobre a carteira de recursos totais.

No final de 2010, o rácio de transformação dos recursos de Clientes em crédito situava-se em 28.2%.

Rácio de transformação



■ Crédito a Clientes
■ Recursos de Clientes

Gráfico 28

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Conta de exploração

Valores em milhões

	2009		2010		Δ%
	AKZ	USD	AKZ	USD	
Margem financeira [MF] = [P - C]	18 029.1	228.2	25 123.1	273.2	19.7%
Margem Complementar [MC]	19 218.7	235.3	13 879.1	150.9	(35.9%)
Produto Bancário [PB] = [MF + MC]	37 247.7	463.5	39 002.2	424.0	(8.5%)
Encargos Administrativos [EA]	8 606.5	105.5	10 986.3	119.4	13.1%
Cash Flow Exploração [PB - EA]	28 641.2	357.9	28 015.9	304.6	(14.9%)
Resultados Extraordinários [RX] = [G - P]	(283.7)	(3.3)	(110.5)	(1.2)	(64.5%)
Resultado de Exploração [RE] = [PB - EA + RX]	28 357.5	354.7	27 905.4	303.4	(14.4%)
Provisões e Amortizações [PA]	6 062.1	75.3	4 767.2	51.7	(31.3%)
Resultados antes de Impostos [RA] = [RE - PA]	22 295.4	279.4	23 138.2	251.8	(9.9%)
Impostos s/ Lucros [IL]	2 409.3	29.2	(929.6)	(10.0)	(134.3%)
Resultado do Exercício [RE] = [RA - IL]	19 886.1	250.2	24 067.8	261.8	4.6%
Cash Flow do Exercício [CF] = [RE + PA]	25 948.3	325.5	28 835.0	313.5	(3.7%)

Quadro 20

O BFA obteve em 2010 um lucro líquido de 261.8 M.US\$, o que corresponde a um aumento de 4.6% relativamente ao obtido em 2009 (250.2 M.US\$). A rentabilidade do capital próprio médio ascendeu a 43.3% em 2010.

A margem financeira aumentou 19.7% em 2010, todavia aquela progressão não foi suficiente para compensar a queda registada na margem complementar (-35.9%), pelo que o produto bancário regista uma diminuição de 8.5%.

Por outro lado, os encargos administrativos aumentaram 13.1%. Apesar do impacto sobre os custos da contínua expansão da rede comercial, aqueles representam apenas 1/3 dos proveitos. O *cash flow* de exploração diminuiu 14.9%.

De referir ainda o impacto positivo na constituição de amortizações e provisões abaixo dos níveis de 2009. Foram constituídos em 2010 menos 23.6 M.US\$ que no exercício de 2009, destacando-se o término de contribuições para o Fundo Social, que em 2009 representaram 12.5 M.US\$ de provisões constituídas.

A nível fiscal importa referir que foi registado um ganho de 10 M.US\$ por via de uma revisão da estimativa de impostos industrial a pagar, relativo ao exercício de 2009, na qual se apuraram prejuízos fiscais. Estes prejuízos fiscais que são reportáveis durante 3 anos e cujo montante é superior à carga fiscal apurada para o exercício de 2010 levam a que não se considere qualquer custo adicional com Imposto Industrial a 31 de Dezembro de 2010.

Margem financeira

A margem financeira totalizou 273.2 M.US\$ em 2010 contra 228.2 M.US\$ contabilizados em 2009. Esta evolução resulta do aumento dos proveitos em 79.7 M.US\$ (cerca de 21.4%), que compensou o aumento

do custo com juros dos passivos remunerados, designadamente depósitos de Clientes (inclui a rubrica de outros custos) que cresceu 24.1% face ao resultado de 2009.

Margem financeira

Valores em milhões

	2009		2010		Δ USD
	AKZ	USD	AKZ	USD	
Proveitos	29 335.7	371.2	41 476.1	450.9	79.7
Disponibilidades	6.2	0.1	4.5	0.0	(0.0)
Aplicações em IC no País	66.0	0.8	275.8	3.0	2.2
Aplicações em IC no estrangeiro	467.1	5.9	139.3	1.5	(4.4)
Crédito	11 224.9	142.0	16 393.0	178.2	36.1
Títulos (OT)	8 250.0	104.4	11 318.5	123.1	18.7
Títulos (BT)	8 838.6	111.9	1 081.7	11.9	(100.0)
Títulos (TBC)	480.5	6.1	12 232.1	132.9	126.8
Outros	2.5	0.0	31.2	0.3	0.3
Custos	11 306.6	143.1	16 353.0	177.7	34.6
Recursos de IC's no País	685.4	8.7	23.8	0.3	(8.4)
Recursos de IC's no estrangeiro	166.4	2.1	298.9	3.2	1.1
Depósitos de Clientes	10 421.0	131.9	16 030.4	174.2	42.3
Outros	33.8	0.4	0.0	0.0	(0.4)
Margem financeira	18 029.1	228.2	25 123.1	273.2	45.1

Quadro 21

A margem financeira evidencia os seguintes padrões de evolução a nível dos proveitos:

- o aumento da margem do crédito em 36.1 M.US\$, que reflecte a subida das taxas de juro do mercado e o aumento da carteira de crédito em moeda nacional;
- o aumento dos juros das OTs em 18.7 M.US\$, que reflecte a subida do montante médio investido em relação ao ano transacto;
- a redução dos juros dos BTs em 100 M.US\$, com a diminuição significativa da carteira por força da ausência de emissão deste tipo de títulos;

- o aumento de juros dos TBCs em 126.8 M.US\$, a beneficiar do aumento muito significativo da carteira ao longo do ano.

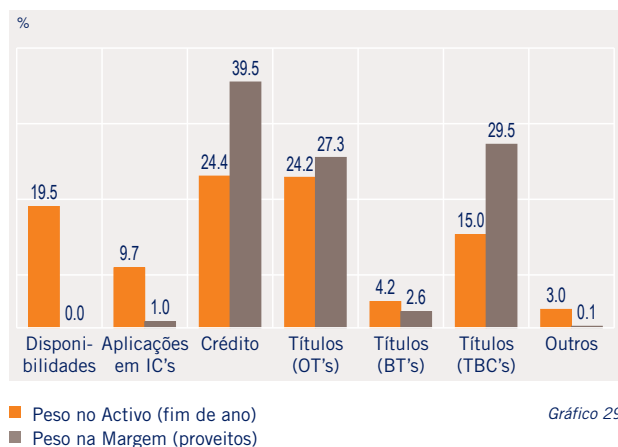
Em 2010, a carteira de títulos foi responsável por 59.4% dos proveitos com juros obtidos e o crédito concedido a Clientes foi responsável por 40% dos proveitos com juros.

Quanto à evolução dos custos com juros, o aumento do custo dos depósitos de Clientes, em 42.3 M.US\$, explica-se quer pelo efeito de ajustamento das taxas de juro do mercado, quer pelo aumento dos montantes captados.

Análise do activo remunerado

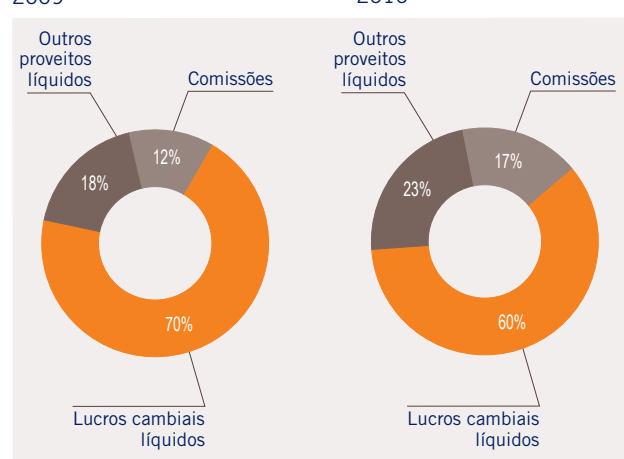
O gráfico seguinte evidencia o peso relativo das principais rubricas do activo no balanço e o seu contributo para os proveitos com juros em 2010:

Peso por activo no Balanço e da sua remuneração na Margem Financeira



A margem complementar que agrega os proveitos de comissões (líquidas), resultados em operações financeiras e outros proveitos de exploração (líquidos), diminuiu 35.9% em 2010, reflectindo, principalmente, a queda dos lucros em operações financeiras em 75.6 M.US\$ (-45.5%), e, com menor expressão, a redução das comissões em 6.3 M.US\$ (-15.1%).

Composição da margem complementar



Margem complementar

	2009		2010		Δ%
	AKZ	USD	AKZ	USD	
Lucros em operações financeiras	13 824.1	165.9	8 308.2	90.3	(45.5%)
Comissões	2 223.2	41.7	2 310.7	35.4	(15.1%)
Outros proveitos líquidos	3 171.3	27.7	3 260.1	25.1	(9.4%)
Margem complementar	19 218.7	235.3	13 879.1	150.9	(35.9%)

Quadro 22

A redução do resultado da rubrica de lucros em operações financeiras, reflecte para além dos resultados com a actividade cambial, condicionado pelo racionamento de divisas, a redução dos ganhos na posição em moeda estrangeira no balanço do banco, em resultado da maior estabilidade da cotação da moeda nacional face às principais divisas. A desvalorização do

Kwanza face ao Dólar Americano foi em 2010 de 3.8%, contra 18.9% de 2009.

O peso relativo dos lucros em operações financeiras no total do produto bancário diminuiu de 36% em 2009 para 21% em 2010.

Custos de estrutura

Os custos de estrutura do Banco, que agregam os custos com o pessoal, fornecimentos e serviços de terceiros e amortizações aumentaram 3.8%, de 136.1 M.US\$ em 2009 para 141.3 M.US\$ em 2010. A evolução dos custos explica-se, em grande parte, pelo alargamento da Rede Comercial, e o aumento do quadro de pessoal que lhe está associado. Os custos com pessoal aumentaram

em 9.1% e os fornecimentos e serviços de terceiros aumentaram em 7.7%, enquanto as amortizações do exercício registaram uma redução de 19.5%.

O rácio *cost-to-income* situou-se em 33.3% em 2010 (28.8% em 2009).

Custos de estrutura

Valores em milhões

	2009		2010		Δ%
	AKZ	USD	AKZ	USD	
Custos com Pessoal (I)	4 739.2	60.5	6 078.7	66.1	9.1%
Fornecimento e Serviços de Terceiros (II)	4 394.2	55.3	5 485.3	59.6	7.7%
Outros Custos Gerais (III)	149.6	1.8	71.9	0.8	-
Custos de Funcionamento (IV = I + II + III)	9 283.0	117.7	11 635.9	126.5	7.4%
Amortizações (V)	1 457.0	18.4	1 360.8	14.8	(19.5%)
Custos de Estrutura (V = IV + V)	10 740.1	136.1	12 996.8	141.3	3.8%
Recuperação de Custos (VII)	676.5	8.3	649.6	7.1	(14.9%)
Encargos Administrativos (VI - V - VII)	8 606.5	105.5	10 986.3	119.4	13.1%
Resultados Extraordinários	191.9	2.2	- 110.5	- 1.2	(152.5%)
Cost-to-income	28.8%	28.8%	33.3%	33.3%	4.5%

Quadro 23

Provisões

As provisões totais do exercício diminuíram 35.1%, para 36.9 M.US\$.

Para crédito, foram efectuadas no exercício dotações de 27.9 M.US\$, menos 16.2 M.US\$ (36.7%) que em 2009.

As provisões para outros fins diminuíram 3.7 M.US\$ em relação a 2009, sendo que em 2009 incluíam uma dotação de 12.5 M.US\$ relativas ao Fundo Social¹.

O BFA constituiu anualmente, entre o exercício de 2005 e o exercício de 2009, inclusive, uma dotação anual de provisões associada a aquele Fundo correspondente a 5% do resultado líquido do exercício anterior, apurado em Dólares dos Estados Unidos.

Impostos sobre lucros

A rubrica impostos sobre lucros registou um valor negativo de 10 M.US\$ em 2010. Aquele valor explica-se principalmente por uma correcção (diminuição) à estimativa de imposto industrial a pagar pelo BFA com respeito ao exercício de 2009, que resultou no apuramento de prejuízos fiscais, e por conseguinte, à anulação do montante de imposto industrial estimado para pagamento.

1) Fundo criado com o objectivo de apoiar financeiramente iniciativas nos domínios da educação, saúde e solidariedade social.

GESTÃO DO CAPITAL

Capitais próprios e equiparados

Em 31 de Dezembro de 2010, o agregado “Capitais Próprios e Equiparados” ascendia a 655.6 M.US\$, o que representa um crescimento de 100.8 M.US\$ face ao ano anterior, reflectindo o resultado gerado no exercício e a

distribuição de dividendos relativos a 2009 correspondentes a 65% do resultado líquido. Em 2010 não houve qualquer alteração ao nível do capital social, avaliado em 38 M.US\$.

Capitais próprios e equiparados

Valores em milhões

	2009		2010	
	AKZ	USD	AKZ	USD
Capital	3 522.0	39.4	3 522.0	38.0
Fundos	0.0	0.0	0.0	0.0
Reservas	21 971.4	218.0	33 143.4	355.8
Resultados Transitados	4 211.8	47.1	0.0	0.0
Resultados do Exercício	19 886.1	250.2	24 067.8	261.8
Total	49 591.4	554.7	60 733.2	655.6

Quadro 24

Fundos próprios regulamentares

Os fundos próprios totais, calculados nos termos do *Aviso n.º 5 / 2007* do Banco Nacional de Angola, ascendiam a 674.4 M.US\$, em Dezembro de 2010.

Os activos ponderados pelo risco diminuíram em 183.4 M.US\$, para 2 185.7 M.US\$ em Dezembro de 2010, explicado principalmente pela redução da carteira de crédito a Clientes, enquanto o activo líquido total registou uma expansão de 9.4%, uma vez que o crescimento

deste último resultou essencialmente do reforço da carteira de títulos emitidos pelo Estado aos quais são aplicados ponderadores de risco nulos para efeitos de cálculo de risco.

De acordo com a metodologia standard, o rácio de solvabilidade situou-se em 30.9% em Dezembro de 2010, aumentando 7.4 p.p. em relação ao ano anterior (23.5%).

Rácio de solvabilidade

Valores em milhões de USD

	2006	2007	2008	2009	2010
Activos ponderados	1 237.4	2 039.7	2 447.0	2 369.1	2 185.7
Fundos próprios de base	243.3	363.1	544.4	539.5	640.3
Fundos próprios complementares	61.8	80.8	38.9	17.5	34.1
Total fundos próprios	304.1	441.9	583.3	557.0	674.4
Rácio de solvabilidade¹	24.6%	21.7%	23.8%	23.5%	30.9%

1) Não se considerou o Coeficiente de Risco Cambial.

Quadro 25

Proposta de aplicação dos resultados



O resultado obtido no exercício de 2010, no valor de 24 067 808 830.53 kwanzas, terá a seguinte aplicação:

- Para reservas livres: um valor correspondente a 35% do resultado obtido, ou seja, 8 423 733 090.69 kwanzas;
- Para dividendos: um valor correspondente a 65% do resultado obtido, ou seja, 15 644 075 739.84 kwanzas.

O Conselho de Administração



Demonstrações financeiras
e notas

Demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (PRO FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	Notas	2010	2009 (pro forma)
ACTIVO			
Disponibilidades	3	116 661 416	115 291 602
Aplicações de liquidez:			
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	4	57 780 190	36 585 962
Títulos e valores mobiliários			
Mantidos para negociação	5	8 944 017	27 162
Mantidos até o vencimento	5	250 542 960	202 026 196
		259 486 977	202 053 358
Instrumentos financeiros derivados	6	-	2 526
Operações cambiais	7	1 435 543	3 059 445
Créditos			
Créditos	8	155 564 615	164 834 945
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(9 651 421)	(8 966 622)
		145 913 194	155 868 323
Outros valores	9	1 908 252	1 327 415
Imobilizações			
Imobilizações financeiras	10	81 115	57 239
Imobilizações corpóreas	10	14 232 196	12 850 508
Imobilizações incorpóreas	10	76 286	72 107
		14 389 597	12 979 854
Total do activo		597 575 169	527 168 485
PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS			
Depósitos			
Depósitos à ordem	11	246 619 167	238 182 125
Depósitos a prazo	11	269 066 863	217 202 850
		515 686 030	455 384 975
Captações para liquidez			
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	12	8 767 155	4 254 598
Operações de venda de títulos de terceiros com acordo de recompra	12	-	5 183
		8 767 155	4 259 781
Instrumentos financeiros derivados	6	-	33 766
Obrigações no sistema de pagamentos	13	1 694 379	5 595 935
Operações cambiais	7	1 443 395	3 094 810
Outras obrigações	14	3 409 575	4 428 319
Provisões para responsabilidades prováveis	15	5 841 407	4 779 496
Total do passivo		536 841 941	477 577 082
Capital social	16	3 521 996	3 521 996
Reserva de actualização monetária do capital social	16	450 717	450 717
Reservas e fundos	16	31 438 878	24 478 733
Resultados potenciais	16	1 253 828	1 253 828
Resultado líquido do exercício		24 067 809	19 886 129
Total dos fundos próprios		60 733 228	49 591 403
Total do passivo e dos fundos próprios		597 575 169	527 168 485

O anexo faz parte integrante destes balanços.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (PRO FORMA)**

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	Notas	2010	2009 (pro forma)
Proveitos de aplicações de liquidez	21	419 546	539 229
Proveitos de títulos e valores mobiliários	21	24 632 354	17 569 071
Proveitos de instrumentos financeiros derivados	21	31 240	2 526
Proveitos de créditos	21	16 393 003	11 224 892
Proveitos de instrumentos financeiros activos		41 476 143	29 335 718
Custos de depósitos	21	(16 030 427)	(6 039 229)
Custos de captações para liquidez	21	(322 617)	(5 233 657)
Custos de instrumentos financeiros derivados	21	-	(33 765)
Custos de instrumentos financeiros passivos		(16 353 044)	(11 306 651)
Margem financeira		25 123 099	18 029 067
Resultados de negociações e ajustes ao valor justo	5	(4 275)	26 870
Resultados de operações cambiais	22	8 312 517	13 797 274
Resultados de prestação de serviços financeiros	23	2 310 748	2 223 249
Provisões para crédito de liquidação duvidosa e prestação de garantias	15	(2 584 425)	(3 596 296)
Resultado de intermediação financeira		33 157 664	30 480 164
Pessoal	24	(6 078 737)	(4 739 196)
Fornecimentos de terceiros	25	(5 485 286)	(4 394 244)
Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado	26	(70 445)	(107 314)
Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras		(1 465)	(42 274)
Depreciações e amortizações	10	(1 360 831)	(1 457 036)
Recuperação de custos	27	649 601	676 538
Custos administrativos e de comercialização		(12 347 163)	(10 063 526)
Provisões sobre outros valores e responsabilidades prováveis	15	(821 936)	(1 008 800)
Outros proveitos e custos operacionais	28	3 260 110	3 171 272
Outros proveitos e custos operacionais		(9 908 989)	(7 901 054)
Resultado operacional		23 248 675	22 579 110
Resultado não operacional	29	(110 477)	(283 717)
Resultado antes dos impostos e outros encargos		23 138 198	22 295 393
Encargos sobre o resultado corrente	18	929 611	(2 409 264)
Resultado corrente líquido		24 067 809	19 886 129
Resultado líquido do exercício		24 067 809	19 886 129

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

**DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÕES
NOS FUNDOS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (PRO FORMA)**

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	Notas	Capital Social	Reserva de actualização monetária do capital social	Reservas e fundos	Resultados potenciais	Resultado do exercício	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2008 (PCIF)		3 521 996	450 717	20 266 902	1 253 828	16 847 324	42 340 767
Primeira adopção do novo referencial contabilístico	2.2	-	-	-	-	-	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2009 (pro forma)		3 521 996	450 717	20 266 902	1 253 828	16 847 324	42 340 767
Aplicação do resultado do exercício de 2008							
Constituição de reservas e fundos	16	-	-	4 211 831	-	(4 211 831)	-
Distribuição de dividendos	16	-	-	-	-	(12 635 493)	(12 635 493)
Resultado líquido do exercício	16	-	-	-	-	19 886 129	19 886 129
Saldo em 31 de Dezembro de 2009 (pro forma)		3 521 996	450 717	24 478 733	1 253 828	19 886 129	49 591 403
Aplicação do resultado do exercício de 2009							
Constituição de reservas e fundos	16	-	-	6 960 145	-	(6 960 145)	-
Distribuição de dividendos	16	-	-	-	-	(12 925 984)	(12 925 984)
Resultado líquido do exercício	16	-	-	-	-	24 067 809	24 067 809
Saldo em 31 de Dezembro de 2010		3 521 996	450 717	31 438 878	1 253 828	24 067 809	60 733 228

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

**DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (PRO FORMA)**

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas)

	2010	2009 (pro forma)
Recebimentos de proveitos de aplicações de liquidez	414 647	604 791
Recebimentos de proveitos de títulos e valores mobiliários	18 999 517	18 595 442
Recebimentos de proveitos de instrumentos financeiros derivados	7 742	-
Recebimentos de proveitos de créditos	15 870 120	10 993 792
Recebimentos de proveitos de instrumentos financeiros activos	35 292 026	30 194 025
Pagamentos de custos de depósitos	(14 773 628)	(4 370 703)
Pagamentos de custos de captações para liquidez	(316 796)	(6 806 992)
Pagamentos de custos de captações com títulos e valores mobiliários	-	-
Pagamentos de custos de instrumentos financeiros derivados	(39 189)	(20 965)
Pagamentos de custos de outras captações	-	-
Pagamentos de custos de instrumentos financeiros passivos	(15 129 613)	(11 198 660)
Fluxo de caixa da margem financeira	20 162 413	18 995 365
Fluxo de caixa dos resultados de negociações e ajustes ao valor justo	(4 275)	26 870
Fluxo de caixa dos resultados de operações cambiais	8 940 522	15 790 328
Fluxo de caixa dos resultados de prestação de serviços financeiros	2 310 748	2 223 249
Fluxo de caixa dos resultados de planos de seguros, capitalização e saúde complementar	-	-
Fluxo de caixa operacional da intermediação financeira	31 409 408	37 035 812
Fluxo de caixa dos resultados com mercadorias, produtos e outros serviços	-	-
Pagamentos de custos administrativos e de comercialização	(9 954 414)	(7 583 200)
Pagamentos de outros encargos sobre o resultado	(1 479 653)	(1 972 871)
Fluxo de caixa da liquidação de operações no sistema de pagamentos	(3 901 556)	3 086 287
Fluxo de caixa dos outros valores e outras obrigações	47 550	(713 833)
Recebimentos de proveitos de imobilizações financeiras	-	-
Fluxo de caixa de outros custos e proveitos operacionais	3 260 110	3 171 272
Recebimentos e pagamentos de outros proveitos e custos operacionais	(12 027 963)	(4 012 345)
Fluxo de caixa das operações	19 381 445	33 023 467
Fluxo de caixa dos investimentos em aplicações de liquidez	(21 189 329)	22 702 821
Fluxo de caixa dos investimentos em títulos e valores mobiliários activos	(51 800 782)	9 482 706
Fluxo de caixa dos investimentos em instrumentos financeiros derivados	-	-
Fluxo de caixa dos investimentos em operações cambiais	1 623 902	3 321 588
Fluxo de caixa dos investimentos em créditos	7 267 332	(29 413 819)
Fluxo de caixa dos investimentos de intermediação financeira	(64 098 877)	6 093 296
Fluxo de caixa dos investimentos em outros valores	-	-
Fluxo de caixa dos investimentos em imobilizações	(2 770 687)	(4 205 394)
Fluxo de caixa dos resultados na alienação de imobilizações	(1 425)	(1 261)
Fluxo de caixa dos outros ganhos e perdas não-operacionais	(109 052)	(282 456)
Fluxo de caixa das imobilizações	(2 881 164)	(4 489 111)
Fluxo de caixa dos investimentos	(66 980 041)	1 604 185
Fluxo de caixa dos financiamentos com depósitos	59 044 256	228 175 577
Fluxo de caixa dos financiamentos com captações para liquidez	4 501 553	(183 650 414)
Fluxo de caixa dos financiamentos com captações com títulos e valores mobiliários	-	-
Fluxo de caixa dos financiamentos com instrumentos financeiros derivados	-	-
Fluxo de caixa dos financiamentos com operações cambiais	(1 651 415)	(3 287 437)
Fluxo de caixa dos financiamentos com outras captações	-	-
Fluxo de caixa dos financiamentos de intermediação financeira	61 894 394	41 237 726
Fluxo de caixa dos financiamentos com minoritários	-	-
Recebimentos por aumentos de capital	-	-
Pagamentos por reduções de capital	-	-
Pagamentos de dividendos	(12 925 984)	(12 635 493)
Recebimentos por alienação de acções ou quotas próprias em tesouraria	-	-
Pagamentos por aquisição de acções ou quotas de próprias em tesouraria	-	-
Fluxo de caixa dos financiamentos com fundos próprios	(12 925 984)	(12 635 493)
Fluxo de caixa dos financiamentos com outras obrigações	-	-
Fluxo de caixa dos financiamentos	48 968 410	28 602 233
Saldo em disponibilidades no início do período	115 291 602	52 061 717
Saldo em disponibilidades ao final do período	116 661 416	115 291 602
Variações em disponibilidades	1 369 814	63 229 885

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Notas às demonstrações financeiras

Notas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – m. AKZ, excepto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Fomento Angola, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “BFA”), foi constituído por Escritura Pública de 26 de Agosto de 2002, tendo resultado da transformação da Sucursal de Angola do Banco BPI, S.A. (“Sucursal”) em banco de direito local.

Conforme indicado na nota 16, o BFA é detido maioritariamente pelo Banco BPI, S.A. (Grupo BPI). Os principais saldos e transacções com empresas do Grupo BPI encontram-se detalhados na nota 19.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos

no Banco Nacional de Angola, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos ou em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira dispondo para o efeito, em 31 de Dezembro de 2010, de uma rede nacional de 124 agências e de 19 centros de empresas / investimentos (113 agências e 14 centros de empresas / investimentos em 31 de Dezembro de 2009).

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 anexas encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF), nos termos do *Instrutivo n.º 9 / 2007*, de 19 de Setembro, emitido pelo Banco Nacional de Angola. O CONTIF tem como objectivo a uniformização dos registos contabilísticos e das divulgações financeiras numa aproximação às práticas internacionais, através da convergência dos princípios contabilísticos às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards).

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 encontram-se expressas em Kwanzas, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio médio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola naquelas datas. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os câmbios do Kwanza (AKZ) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

	2010	2009
1 USD =	92.643	89.398
1 EUR =	122.696	128.202

2.2. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO PLANO CONTABILÍSTICO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (CONTIF)

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2010 são as primeiras apresentadas pelo Banco de acordo com o Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF).

O Banco re-expressou as demonstrações financeiras do exercício de 2009, preparadas e aprovadas de acordo com o anterior referencial contabilístico (o Plano de Contas das Instituições Financeiras, conforme definido no *Instrutivo n.º 13 / 1999*, de 1 de Setembro, do Banco Nacional de Angola), de modo a que estas sejam comparáveis com as referentes ao exercício de 2010 (demonstrações financeiras *pro forma*).

Desta forma, o Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF) foi aplicado retrospectivamente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. A data de transição é 1 de Janeiro de 2009, e o Banco preparou o seu balanço de abertura a essa data, com base nas normas em vigor em 31 de Dezembro de 2010.

Não existiram impactos decorrentes da adopção do CONTIF nos fundos próprios do Banco. As alterações verificadas respeitam

apenas à apresentação do balanço patrimonial e da demonstração dos resultados, nomeadamente:

Reclassificações ao nível do balanço patrimonial:

i) Títulos e Valores Mobiliários

O CONTIF prevê a classificação dos títulos em três categorias distintas: disponíveis para venda, mantidos para negociação e mantidos até o vencimento.

Os títulos de dívida detidos pelo Banco e adquiridos a valor descontado eram registados contabilisticamente de acordo com o PCIF pelo valor de reembolso (valor nominal). A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal destes títulos, que corresponde ao desconto verificado no momento da compra, era reflectida contabilisticamente no passivo, sendo reconhecida como proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos.

Com a adopção do CONTIF, estes títulos foram classificados pelo Banco na categoria de mantidos até o vencimento, passando a ser registados pelo custo de aquisição. A diferença entre este e o valor nominal é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos, na própria conta com a especificação “Proveitos a receber”. Neste contexto, a classificação nesta categoria não implicou o registo de ajustamentos de transição, apenas reclassificações entre Activo e Passivo.

Com a adopção do CONTIF, os instrumentos de capital detidos pelo Banco foram classificados na categoria de mantidos para negociação. Não existem diferenças no registo inicial e reavaliação posterior entre os dois referenciais contabilísticos.

ii) Juros a receber e a pagar de instrumentos financeiros

Os proveitos a receber e os custos a pagar referentes aos activos e passivos financeiros foram reclassificados das contas de regularização do activo e passivo para as respectivas rubricas de capital.

iii) Operações cambiais

Os montantes referentes a compra de divisas anteriormente registados em contas de regularização do activo e passivo foram reclassificados para rubricas específicas do activo e passivo denominadas OPERAÇÕES CAMBIAIS.

iv) Plano Complementar de Pensões

O montante referente ao Plano Complementar de Pensões anteriormente registado na rubrica de OUTROS PASSIVOS foi reclassificado para a rubrica PROVISÕES PARA RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS COM FUNDOS DE PENSÕES DE REFORMA E DE SOBREVIVÊNCIA PATROCINADOS.

v) Reservas

As reservas de reavaliação de imobilizado foram reclassificadas entre rubricas dos fundos próprios, de RESERVAS para a rubrica RESULTADOS POTENCIAIS.

Reclassificações ao nível da demonstração dos resultados

i) Resultados extraordinários

Os custos e proveitos do exercício não usuais passaram a ser registados em função das correspondentes naturezas.

Adicionalmente, verificaram-se as seguintes alterações específicas:

- a. as recuperações de capital de crédito abatido ao activo em anos anteriores e as recuperações de juros de crédito anulados no exercício ou em exercícios anteriores foram reclassificadas para a rubrica OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS; e
- b. as multas e outras penalidades legais foram reclassificadas para a rubrica PENALIDADES APLICADAS POR AUTORIDADES REGULADORAS.

2.3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio média publicada pelo Banco Nacional de Angola à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registadas na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado.

A diferença entre os contravalores em Kwanzas às taxas de reavaliação a prazo aplicadas, e os contravalores às taxas contratadas, é registada nas rubricas de OPERAÇÕES CAMBIAIS do activo ou do passivo, por contrapartida de proveitos ou custos, respectivamente.

c) Pensões de reforma

O Banco concedeu aos seus empregados contratados localmente ou às suas famílias o direito a prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência. Desta forma, por deliberação do Conselho de Administração do Banco e com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005, foi criado o "Plano Complementar de Pensões", o qual se consubstancia num plano de contribuições definidas. Este plano foi constituído inicialmente com parte do saldo da "Provisão para Responsabilidades Prováveis com Fundos de Pensões de Reforma", consistindo as contribuições do BFA numa percentagem fixa correspondente a 10% do salário passível de descontos para a Segurança Social de Angola, aplicada sobre catorze salários. Ao montante das contribuições é acrescida a rentabilidade das aplicações efectuadas, líquida de eventuais impostos (nota 15). A gestão deste Plano, suas contribuições e aplicações está a cargo do próprio BFA.

Por outro lado, a *Lei n.º 18 / 90*, de 27 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada sobre a média dos salários ilíquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador cessar a sua actividade. De acordo com o *Decreto n.º 7 / 99*, de 28 de Maio, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

d) Créditos

Os créditos são activos financeiros e são registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações por contrapartida de rubricas de resultados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

As responsabilidades por garantias e avales são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

As operações de crédito concedido a clientes, incluindo as garantias e avales, são submetidas à constituição de provisões de acordo com o *Aviso n.º 4 / 2009* de 20 de Maio, do Banco Nacional de Angola, sobre a metodologia de classificação do crédito concedido a clientes e a determinação das respectivas provisões.

Provisões para crédito de liquidação duvidosa e prestação de garantias

Nos termos do *Aviso n.º 4 / 2009*, o Banco classifica as operações de crédito por ordem crescente de risco, de acordo com as seguintes classes:

- Nível A: Risco nulo
- Nível B: Risco muito reduzido
- Nível C: Risco reduzido
- Nível D: Risco moderado
- Nível E: Risco elevado

Níveis de Risco	A	B	C	D	E	F	G
% de provisão	0%	1%	3%	10%	20%	50%	100%
Tempo decorrido desde a entrada em incumprimento	até 15 dias	de 15 a 30 dias	de 1 a 2 meses	de 2 a 3 meses	de 3 a 5 meses	de 5 a 6 meses	mais de 6 meses

Para os créditos concedidos a clientes por prazo superior a dois anos, o tempo decorrido desde a entrada em incumprimento é considerado em dobro face ao período acima indicado.

As operações de crédito sem incumprimento, que não foram registadas como crédito vencido, são classificadas com base nos seguintes critérios definidos pelo Banco:

- Classe A: créditos com garantia de contas bancárias cativas junto do BFA e / ou títulos do Estado (Obrigações e Bilhetes do Tesouro, e Títulos do Banco Central), cujo total das garantias recebidas seja igual ou superior ao valor das responsabilidades;
- Classe B: créditos com garantia de contas bancárias cativas junto do BFA e / ou títulos do Estado (Obrigações e Bilhetes do Tesouro, e Títulos do Banco Central), cujo total das garantias recebidas seja superior a 75% e inferior a 100% do valor das responsabilidades; e
- Classe C: restantes créditos incluindo operações com outro tipo de garantias reais e operações apenas com garantia pessoal.

Seis meses após a classificação de uma operação na Classe G, o Banco abate esse crédito ao activo pela utilização da respectiva provisão (transferência do crédito para prejuízo). Adicionalmente, estes créditos permanecem registados numa rubrica extrapatrimonial por um prazo mínimo de dez anos.

As provisões para crédito concedido são classificadas no activo a crédito, na rubrica PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (nota 8) e as provisões para garantias e avales prestados e créditos documentários de importação não garantidos à data do balanço são apresentadas no passivo, na rubrica PROVISÕES PARA RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS NA PRESTAÇÃO DE GARANTIAS (nota 15).

Nível F: Risco muito elevado

Nível G: Risco de perda

A classificação das operações de crédito a um mesmo cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efectuada na classe que apresentar maior risco.

O crédito vencido é classificado nos níveis de risco em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, sendo os níveis mínimos de provisionamento calculados de acordo com a tabela seguinte:

As operações que sejam objecto de renegociação são mantidas, pelo menos, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no mês imediatamente anterior à renegociação. A reclassificação para uma classe de risco inferior ocorre apenas se houver uma amortização regular e significativa da operação. Os ganhos ou proveitos resultantes da renegociação só são registados quando do seu efectivo recebimento.

O Banco procede à anulação de juros vencidos superiores a 60 dias, bem como não reconhece juros a partir dessa data até ao momento em que o cliente regularize a situação.

e) Reserva de actualização monetária dos fundos próprios

Nos termos do *Aviso n.º 2 / 2009*, de 8 de Maio, do Banco Nacional de Angola sobre actualização monetária, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base na aplicação do Índice de Preços ao Consumidor aos saldos de capital, reservas e resultados transitados. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiper-inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço. A hiperinflação é indicada pelas características do ambiente económico de um país que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

- i. A população em geral prefere guardar a sua riqueza em activos não monetários ou em moeda estrangeira relativamente estável. As quantias da moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- ii. A população em geral vê as quantias monetárias em termos de moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;

- iii. As vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;
- iv. As taxas de juro, salários e preços estão ligados a um índice de preços; e
- v. A taxa acumulada de inflação durante 3 anos aproxima-se, ou excede 100%.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito na conta de “Resultado da Actualização Monetária” da demonstração de resultados, por contrapartida do aumento dos saldos de fundos próprios, com excepção da rubrica CAPITAL SOCIAL, que deve ser classificada numa rubrica específica (RESERVA DE ACTUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL SOCIAL) que só pode ser utilizada para posterior aumento de capital.

Nos exercícios de 2010 e 2009, o Banco não procedeu à actualização do capital, reservas e resultados transitados, em virtude de Angola ter deixado de ser considerada uma economia hiper-inflacionária.

f) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações incorpóreas, que correspondem principalmente a trespasses, despesas de constituição e software informático, são registadas ao custo de aquisição e amortizadas linearmente ao longo de um período de três anos.

As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição, sendo permitida a sua reavaliação ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

Nos termos do *Aviso n.º 2 / 2009*, de 8 de Maio, do Banco Nacional de Angola sobre actualização monetária, o qual revogou o *Aviso n.º 10 / 2007*, de 26 de Setembro, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, actualizar mensalmente o imobilizado com base no Índice de Preços ao Consumidor.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente a crédito numa conta de resultados, por contrapartida das rubricas de valor bruto e amortizações acumuladas do imobilizado.

Em 2010 e 2009 o Banco não procedeu à actualização do imobilizado, em virtude de Angola ter deixado de ser considerada uma economia hiper-inflacionária.

Uma percentagem equivalente a 30% do aumento das amortizações que resulta das reavaliações efectuadas não é aceite como custo para efeitos fiscais.

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes às taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio (Edifícios)	50
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamento	
Mobiliário e material	10
Equipamento informático	6
Instalações interiores	10
Material de transporte	3
Máquinas e ferramentas	6 e 7

g) Imobilizações financeiras

Participações em Coligadas e Equiparadas

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem igual ou superior a 10% do respectivo capital votante (empresa coligada ou equiparada).

Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das coligadas ou equiparadas.

Participações em Outras Sociedades

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem inferior a 10% do respectivo capital votante.

Estes activos são registados pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para perdas.

h) Carteira de títulos

Atendendo às características dos títulos e à intenção quando da sua aquisição, estes são classificados numa das seguintes categorias: mantidos até o vencimento, mantidos para negociação e disponíveis para venda.

Títulos mantidos até o vencimento

Esta classificação compreende os títulos para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção até à respectiva data de vencimento.

Os títulos classificados nesta rubrica encontram-se valorizados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos pela fluência dos seus prazos (incluindo periodificação

do juro e do prémio / desconto por contrapartida de resultados), reconhecendo o Banco eventuais lucros ou prejuízos apurados na data do vencimento pela diferença entre o valor recebido nessa data e o respectivo valor contabilístico.

Os Títulos do Banco Central e os Bilhetes do Tesouro são emitidos a valor descontado e registados pelo custo de aquisição. A diferença entre este e o valor nominal, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos, na própria conta com a especificação “Proveitos a receber”.

As Obrigações do Tesouro adquiridas a valor descontado são registadas pelo custo de aquisição. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal destes títulos, que corresponde ao desconto verificado no momento da compra, é acrescida durante o período de vida do título com a especificação “Proveitos a receber”. Os juros decorridos relativos a estes títulos são igualmente contabilizados com a especificação proveitos a receber.

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos estão sujeitas a actualização cambial. O resultado da actualização cambial é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre. O resultado da actualização cambial do valor nominal do título é reflectido na rubrica RESULTADOS DE OPERAÇÕES CAMBIAIS e o resultado da actualização cambial do desconto e do juro corrido é reflectido na rubrica PROVEITOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas ao índice de Preços do Consumidor estão sujeitas a actualização do valor nominal do título de acordo com a variação do referido índice. Deste modo, o resultado da referida actualização do valor nominal do título e do juro corrido é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre, na rubrica PROVEITOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a totalidade da carteira de títulos mantidos até o vencimento do Banco é relativa a dívida emitida pelo Estado Angolano e pelo Banco Nacional de Angola.

Títulos mantidos para negociação

São considerados títulos mantidos para negociação os títulos adquiridos com o objectivo de serem activa e frequentemente negociados.

Os títulos mantidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo custos directamente atribuíveis à aquisição do activo. Posteriormente, são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício.

Títulos disponíveis para venda

São considerados títulos disponíveis para venda os títulos passíveis de serem eventualmente negociados e que não se enquadrem nas demais categorias.

São registados, no momento inicial, ao custo de aquisição, sendo posteriormente valorizados ao justo valor. As variações do justo valor são registadas por contrapartida de fundos próprios, na rubrica RESULTADOS POTENCIAIS – AJUSTES AO VALOR JUSTO EM ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA, sendo as valias reconhecidas em resultados do exercício quando da venda definitiva do activo.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Banco não classificou títulos nesta categoria.

Valor de mercado

A metodologia de apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos utilizada pelo Banco é conforme segue:

- i) Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- ii) Valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização;
- iii) Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador; e
- iv) Preço definido pelo Banco Nacional de Angola.

No caso de títulos para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares e que têm maturidades reduzidas, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado.

Classificação em classes de risco

O Banco classifica os títulos e valores mobiliários, em ordem crescente de riscos, nos seguintes níveis, sendo observados os mesmos critérios de provisionamento definidos pelo CONTIF para a carteira de crédito:

Nível A: Risco nulo
Nível B: Risco muito reduzido
Nível C: Risco reduzido
Nível D: Risco moderado
Nível E: Risco elevado
Nível F: Risco muito elevado
Nível G: Risco de perda

O Banco classifica os títulos de dívida do Estado Angolano e do Banco Nacional de Angola no Nível A.

Operações de venda de títulos com acordo de recompra

Os títulos cedidos a clientes com acordo de recompra permanecem registados na carteira de títulos do Banco, sendo registados no passivo na rubrica OPERAÇÕES DE VENDA DE TÍTULOS DE TERCEIROS COM ACORDO DE RECOMPRA (nota 12). Quando estes títulos são comercializados com juros antecipados, a diferença entre o valor de recompra contratado e o respectivo valor de venda é registada na mesma rubrica, com a especificação “Custos a pagar”.

i) Imposto sobre lucros

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos dos números 1 e 2 do *Artigo 72º*, da *Lei n.º 18 / 92*, de 3 de Julho, sendo a taxa de imposto aplicável de 35%, na sequência da *Lei n.º 5 / 99*, de 6 de Agosto (notas 14 e 18).

Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Imposto diferido

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos fiscais diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os activos fiscais diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias

dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados activos ou passivos fiscais diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

j) Provisões e contingências

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

k) Instrumentos financeiros derivados

O Banco realiza operações de instrumentos financeiros derivados no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados ou satisfazendo as necessidades dos seus clientes.

Todos os instrumentos derivados são registados ao valor de mercado e as variações de valor reconhecidas em resultados.

As transacções de derivados financeiros são efectuadas em mercados de balcão (OTC – Over-the-counter) e em mercados organizados (especialmente bolsas de valores). A maioria dos derivados de mercado de balcão é transaccionada em mercados activos, sendo a respectiva valorização calculada com base em métodos geralmente aceites (actualização de fluxos de caixa, modelo Black-Scholes, etc) e preços de mercado para activos similares. O valor obtido é ajustado em função da liquidez e do risco de crédito.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor de referência (valor nocional).

Os instrumentos financeiros derivados são classificados como de cobertura (hedge) ou de especulação e arbitragem, conforme a sua finalidade.

3. DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009 (pro forma)
Caixa		
Notas e moedas nacionais	7 651 480	6 928 424
Notas e moedas estrangeiras		
Em Dólares dos Estados Unidos	2 985 308	6 550 001
Em outras divisas	463 128	793 444
	11 099 916	14 271 869
Disponibilidades no Banco Central		
Depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola (BNA)		
Em moeda nacional	45 367 174	57 942 130
Em Dólares dos Estados Unidos	48 073 379	35 759 200
	93 440 553	93 701 330
Disponibilidades em Instituições Financeiras no estrangeiro		
Depósitos à ordem		
Banco BPI, S.A. (nota 19)		
Sede	875 723	1 018 511
Sucursal de Madrid	785 758	896 714
Cartão de crédito – VISA	774 266	1 004 348
BPI Aquiring	142 653	-
Serviço Western Union	1 429	46
Outras instituições de crédito	7 773 264	4 253 891
	10 353 093	7 173 510
Cheques a cobrar – no país	1 767 854	144 893
	116 661 416	115 291 602

Os depósitos à ordem no BNA em moeda nacional e moeda estrangeira visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas obrigatórias e não são remunerados.

As reservas obrigatórias são apuradas actualmente nos termos do disposto do *Instrutivo n.º 03 / 2010*, de 4 de Junho, e são constituídas em moeda nacional e em moeda estrangeira, em função da respectiva denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência.

Em 31 de Dezembro de 2010, a exigibilidade de manutenção de reservas obrigatórias é apurada através da aplicação de um coeficiente de 25% sobre os passivos elegíveis em moeda nacional, e de um coeficiente de 15% sobre os passivos elegíveis em moeda estrangeira.

Em 31 de Dezembro de 2009, as reservas obrigatórias eram apuradas nos termos do disposto do *Instrutivo n.º 8 / 2009*, de 21 Maio. De acordo com este instrutivo, quando esgotadas as disponibilidades em moeda nacional, incluindo os respectivos títulos eram, complementarmente, elegíveis para o cumprimento da reserva obrigatória, o saldo de fecho diário dos depósitos em moeda estrangeira efectuados pelo Banco na sua conta junto do BNA, podendo igualmente uma componente de até um terço desse complemento ser realizável através da carteira própria de Títulos do Banco Central ou de Títulos da Dívida Pública em moeda estrangeira.

4. APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Moeda estrangeira		Moeda nacional	
	2010	2009 (pro forma)	2010	2009 (pro forma)
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro				
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro				
Banco BPI, S.A. (nota 19)				
Em Dólares dos Estados Unidos	456 683 963	254 428 174	42 308 573	22 745 354
Em Euros	117 000 000	98 000 000	14 355 432	12 563 796
Em Libras Esterlinas	7 700 000	4 500 000	1 107 121	639 626
Em Coroas Suecas	-	15 000 000	-	186 030
			57 771 126	36 134 806
Outras instituições de crédito				
Em Dólares dos Estados Unidos	-	5 000 000	-	446 990
			57 771 126	36 581 796
Proveitos a receber			9 064	4 166
			57 780 190	36 585 962

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as operações no Mercado Monetário Interfinanceiro apresentavam a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

	2010	2009
Até três meses	57 780 190	36 381 568
De três meses a um ano	-	204 394
	57 780 190	36 585 962

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as operações no Mercado Monetário Interfinanceiro venciam juros às seguintes taxas médias anuais:

	2010	2009
Em Dólares dos Estados Unidos	0.46%	0.29%
Em Euros	0.55%	0.40%
Em Libras Esterlinas	0.53%	0.50%
Em Coroas Suecas	n.a.	0.05%

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010									
	Nível de risco	País	Moeda	Valor nominal	Custo de Aquisição	Prémio / desconto corrido	Juros corridos	Valor de balanço	Imparidade	Taxa de juro média
Títulos de dívida										
Bilhetes do Tesouro	A	Angola	AKZ	18 505 142	16 274 115	134 933	-	16 409 048	-	12.09%
Títulos do Banco Central	A	Angola	AKZ	96 100 638	82 718 726	6 668 928	-	89 387 654	-	16.50%
Obrigações do Tesouro em moeda nacional										
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	A	Angola	AKZ	87 875 074	83 458 995	2 623 304	951 755	87 034 054	-	6.43%
Indexadas ao Índice de Preços do Consumidor	A	Angola	AKZ	19 136 300	19 136 300	-	166 632	19 302 932	-	3.24%
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	A	Angola	USD	38 246 736	37 940 012	191 033	278 227	38 409 272	-	3.88%
				259 863 890	239 528 148	9 618 198	1 396 614	250 542 960	-	

	2009 (pro forma)									
	Nível de risco	País	Moeda	Valor nominal	Custo de Aquisição	Prémio / desconto corrido	Juros corridos	Valor de balanço	Imparidade	Taxa de juro média
Títulos de dívida										
Bilhetes do Tesouro	A	Angola	AKZ	38 466 391	36 372 832	1 146 783	-	37 519 615	-	13.32%
Títulos do Banco Central	A	Angola	AKZ	14 500 000	13 767 292	362 093	-	14 129 385	-	17.89%
Obrigações do Tesouro em moeda nacional										
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	A	Angola	AKZ	90 478 046	85 079 494	2 224 313	1 038 796	88 342 603	-	6.72%
Indexadas ao Índice de Preços do Consumidor	A	Angola	AKZ	23 632 568	23 632 568	-	177 940	23 810 508	-	2.87%
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	A	Angola	USD	38 122 883	37 792 024	144 453	287 608	38 224 085	-	4.27%
				205 199 888	196 644 210	3 877 642	1 504 344	202 026 196	-	

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a distribuição dos títulos de dívida por indexante é a seguinte:

	Valor de balanço					
	2010			2009 (pro forma)		
	Taxa fixa	Libor 6 meses	Total	Taxa fixa	Libor 6 meses	Total
Títulos de dívida						
Bilhetes do Tesouro	16 409 048	-	16 409 048	37 519 615	-	37 519 615
Títulos do Banco Central	89 387 654	-	89 387 654	14 129 385	-	14 129 385
Obrigações do Tesouro em moeda nacional						
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	29 121 354	57 912 700	87 034 054	31 828 386	56 514 217	88 342 603
Indexadas ao índice de Preços do Consumidor	19 302 932	-	19 302 932	23 810 508	-	23 810 508
Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira	-	38 409 272	38 409 272	-	38 224 085	38 224 085
	154 220 988	96 321 972	250 542 960	107 287 894	94 738 302	202 026 196

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os títulos mantidos até o vencimento apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2010	2009
Activo corrente		
Até três meses	34 468 437	43 425 796
De três a seis meses	43 231 403	11 752 180
De seis meses a um ano	58 155 091	16 159 134
Activo não corrente		
De um a três anos	84 733 259	104 673 377
De três a cinco anos	11 318 475	8 024 567
Superior a cinco anos	18 636 295	17 991 142
	250 542 960	202 026 196

TÍTULOS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a composição dos títulos mantidos para negociação é apresentada como segue:

	2010	2009 (pro forma)
Títulos de dívida		
Bilhetes do Tesouro	8 921 366	-
Títulos de capital		
Acções - Visa Incl. – Class C (Série I)	22 651	27 162
	8 944 017	27 162

Em 31 de Dezembro de 2010, o Banco detém Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano (nível de risco A – Nulo), para transaccionar em mercado secundário com outros bancos ou com os seus clientes. Os Bilhetes do Tesouro estão registados pelo respectivo valor de aquisição, por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado, uma vez que não existe uma cotação em mercado activo com transacções regulares e as maturidades destes títulos são curtas (seis meses ou um ano).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a carteira de títulos de capital mantidos para negociação respeita a 3 474 acções Class C (Série I) da Visa Inc. Estes títulos são valorizados de acordo com a respectiva cotação em mercado activo.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as variações de valor destes títulos encontram-se registadas na rubrica de RESULTADOS DE NEGOCIAÇÕES E AJUSTES AO VALOR JUSTO da demonstração de resultados.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2009, os instrumentos financeiros derivados têm a seguinte composição:

	Valor nominal ¹		Valor de balanço	
	Euros	m. AKZ	Activo	Passivo
Mercado de balcão				
Instituições financeiras				
Especulação e arbitragem				
Forwards cambiais				
Banco BPI, S.A. (nota 19)	4 500 000	576 909	-	(2 808)
Outras instituições financeiras	14 000 000	1 794 828	2 526	(30 958)
	18 500 000	2 371 737	2 526	(33 766)

1) Considerando apenas valores activos.

Em 31 de Dezembro de 2010 o Banco não mantém operações de instrumentos financeiros derivados.

Durante o exercício de 2009, o Banco realizou *forwards* cambiais com clientes e com outras instituições financeiras. As operações registadas em balanço em 31 de Dezembro de 2009 tiveram vencimento durante o mês de Janeiro de 2010, e foram realizadas com outras instituições financeiras.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as variações de valor destes instrumentos financeiros derivados encontram-se registadas nas rubricas de PROVEITOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS e CUSTOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS da demonstração de resultados.

7. OPERAÇÕES CAMBIAIS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009 (pro forma)
Operações cambiais		
Proveitos por compra e venda de moedas estrangeiras a receber	1 435 543	3 059 445
Custos por compra e venda de moedas estrangeiras a pagar	(1 443 395)	(3 094 810)
	(7 852)	(35 365)

8. CRÉDITOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009 (pro forma)
Crédito interno		
Descobertos em depósitos à ordem		
Em moeda nacional	1 694 925	2 723 793
Em moeda estrangeira	1 778 149	66 894
Outros créditos		
Em moeda nacional	15 297 068	5 104 902
Em moeda estrangeira	67 120 581	61 563 770
Empréstimos		
Em moeda nacional	14 297 530	11 640 295
Em moeda estrangeira	44 275 415	78 844 443
	144 463 668	159 944 097
Crédito ao exterior	3 632 486	4 798
Total de crédito vincendo	148 096 154	159 948 895
Crédito e juros vencidos		
Capital e juros	6 153 025	4 093 497
Total de crédito concedido	154 249 179	164 042 392
Proveitos a receber de crédito concedido	1 315 436	792 553
	155 564 615	164 834 945
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9 651 421)	(8 966 622)
	145 913 194	155 868 323

Em 31 de Dezembro de 2010, o crédito concedido a clientes vencia juros à taxa média anual de 22.43% para o crédito concedido em moeda nacional e de 8.35% para o crédito concedido em moeda estrangeira, respectivamente (16.58% em moeda nacional e 7.46% em moeda estrangeira em 31 de Dezembro de 2009).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o prazo residual do crédito vincendo, incluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte estrutura:

	2010	2009
Até um ano	54 936 254	50 910 579
De um a três anos	33 793 660	47 636 926
De três a cinco anos	25 971 908	28 494 759
Mais de cinco anos	34 709 768	33 699 184
	149 411 590	160 741 448

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe do crédito, incluindo proveitos a receber, por moeda apresentava a seguinte estrutura:

	2010	2009
Dólares dos Estados Unidos	119 372 242	144 060 843
Kwanzas	34 802 043	18 338 208
Euros	1 371 411	2 404 234
Outras moedas	18 919	31 660
	155 564 615	164 834 945

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a carteira de crédito, excluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte estrutura, por tipo de tomador e modalidade operacional:

	2010			2009		
	Vivo	Vencido	Total	Vivo	Vencido	Total
Empresas						
Empréstimos	32 329 811	1 414 100	33 743 911	34 439 570	883 504	35 323 074
Financiamentos	67 995 621	3 739 479	71 735 100	70 670 962	2 475 597	73 146 559
	100 325 432	5 153 579	105 479 011	105 110 532	3 359 101	108 469 633
Particulares						
Empréstimos	25 115 357	887 604	26 002 961	30 485 972	623 961	31 109 933
Financiamentos	22 655 365	111 842	22 767 207	24 352 391	110 435	24 462 826
	47 770 722	999 446	48 770 168	54 838 363	734 396	55 572 759
Total	148 096 154	6 153 025	154 249 179	159 948 895	4 093 497	164 042 392

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a carteira de crédito, excluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte distribuição por indexante:

Ano	Taxa fixa	Taxa variável – Indexantes			Subtotal	Total
		Euribor 6M	Libor 3M	Libor 6M		
2010	126 571 810	12 854	1 876 021	25 788 494	27 677 369	154 249 179
2009	124 840 535	183 352	2 302 557	36 715 948	39 201 857	164 042 392

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a composição da carteira de crédito (excluindo crédito vencido), garantias e créditos documentários por sectores de actividade económica é a seguinte:

	2010				2009			
	Crédito vivo	Garantias e Créd. Document. (nota 17)	Total	%	Crédito vivo	Garantias e Créd. Document. (nota 17)	Total	%
Agricultura, Silvicultura e Pesca	5 796 021	5 316	5 801 337	3.38%	2 532 741	28 065	2 560 806	1.36%
Indústrias extractivas	1 784 372	35 047	1 819 419	1.06%	2 536 540	69 432	2 605 972	1.39%
Indústrias transformadoras	7 638 782	4 052 737	11 691 519	6.81%	8 049 046	6 191 457	14 240 503	7.58%
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	404 526	123 412	527 938	0.31%	445 015	144 480	589 495	0.31%
Construção	17 060 176	8 524 747	25 584 923	14.89%	24 758 031	11 360 198	36 118 229	19.22%
Comércio por grosso e retalho	28 229 665	2 671 113	30 900 778	17.99%	33 700 207	3 825 137	37 525 344	19.97%
Alojamento e restauração	933	-	933	0.00%	-	-	-	0.00%
Transportes, armazenagem e comunicações	8 566 819	4 295 531	12 862 350	7.49%	12 766 289	4 086 558	16 852 847	8.97%
Bancos e Seguros	603 494	2 068 029	2 671 523	1.56%	455 045	115 252	570 297	0.30%
Outras empresas de serviços	10 731 523	711 582	11 443 105	6.66%	16 313 399	1 443 903	17 757 302	9.45%
Outros sectores	10 927 190	1 201 387	12 128 577	7.06%	8 447 795	693 579	9 141 374	4.86%
Particulares	56 352 653	9 025	56 361 678	32.81%	49 944 787	7 695	49 952 482	26.58%
Total	148 096 154	23 697 926	171 794 080	100.00%	159 948 895	27 965 756	187 914 651	100.00%

Apresenta-se de seguida a metodologia de apuramento da provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, nos termos do normativo aplicável na respectiva data de referência (nota 2.3 d):

	2010				
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Taxa de provisão	Provisão
Classe A	9 789 614	1 443	9 791 057	0%	-
Classe B	426 372	1 356	427 728	1%	4 277
Classe C	129 708 034	448 259	130 156 293	3%	3 904 498
Classe D	1 368 474	231 827	1 600 301	10%	160 030
Classe E	2 889 501	1 569 295	4 458 796	20%	891 759
Classe F	3 313 923	2 934 371	6 248 294	50%	3 124 147
Classe G	600 236	966 474	1 566 710	100%	1 566 710
	148 096 154	6 153 025	154 249 179		9 651 421

	2009				
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Taxa de provisão	Provisão
Classe A	3 565 996	2 370	3 568 366	0%	-
Classe B	208 443	1 324	209 767	1%	2 098
Classe C	150 773 620	823 273	151 596 893	3%	4 547 590
Classe D	727 987	180 337	908 324	10%	90 832
Classe E	988 639	492 740	1 481 379	20%	296 276
Classe F	2 732 983	1 762 691	4 495 674	50%	2 247 837
Classe G	951 227	830 762	1 781 989	100%	1 781 989
	159 948 895	4 093 497	164 042 392		8 966 622

O movimento nas provisões para créditos de liquidação duvidosa nos exercícios de 2010 e 2009 é apresentado na nota 15.

O movimento na matriz de migração do risco dos tomadores de crédito entre 31 de Dezembro de 2009 e 2010 é apresentado como segue:

Nível de Risco	Dez. 10									Total	Distribuição da carteira em 31-12-2009	
	A	B	C	D	E	F	G	Abatidos ao activo	Liquidações / amortizações			
A	33.02%	5.46%	12.47%	0.00%	0.00%	0.00%	0.01%	0.00%	49.04%	2.18%	3 568 366	
B	51.75%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	1.07%	0.00%	47.18%	0.13%	209 767	
C	0.23%	0.00%	67.88%	0.94%	2.07%	1.13%	0.32%	0.34%	27.09%	92.40%	151 596 893	
Dez. 09	D	0.00%	0.00%	14.65%	2.99%	3.09%	22.25%	23.16%	9.36%	24.50%	0.55%	908 324
E	0.00%	0.00%	9.89%	0.77%	2.83%	9.90%	19.22%	23.07%	34.32%	0.90%	1 481 379	
F	0.00%	0.00%	0.08%	0.32%	11.18%	67.78%	3.06%	15.25%	2.33%	2.74%	4 495 674	
G	0.00%	0.00%	0.60%	0.01%	4.60%	31.39%	18.09%	37.32%	7.99%	1.09%	1 781 989	
Total	0.99%	0.12%	63.18%	0.90%	2.31%	3.46%	0.88%	1.40%	26.77%	100.00%		
Distribuição da carteira de 31-12-09 em 31-12-10												
	1 626 672	194 474	103 646 098	1 472 274	3 794 859	5 668 324	1 436 091	2 289 004	43 914 594		164 042 392	

A análise da matriz de migração mostra que do total dos créditos em 31 de Dezembro de 2009, no montante de 164 042 392 m. AKZ, 65.54% não sofreram mudança de nível. As movimentações entre os níveis de risco indicam também que 1.17% dos créditos diminuíram de nível de risco, 5.12% migraram para níveis mais arriscados e 1.40% foram abatidos ao activo (transferências para prejuízo).

Mantidos no nível		Transitaram para outros níveis			
Em dívida	Liquidações / amortizações	Mais gravosos	Menos gravosos	Abatidos ao activo	Total
65.54%	26.77%	5.12%	1.17%	1.40%	100.00%

Os créditos classificados nos níveis E, F e G, que representam 4.73% do total dos créditos em 31 de Dezembro de 2009, foram os que mais se deterioraram no período em termos relativos, com migração dos seus montantes iniciais para níveis de maior risco, incluindo abates ao activo, de 52.19%, 18.31% e 37.32%, respectivamente. Os abates de créditos ao activo ocorreram

essencialmente nos níveis E, F e G (23.07%, 15.25% e 37.32%, respectivamente, dos saldos iniciais destas classes em 31 de Dezembro de 2009).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a distribuição dos créditos por antiguidade de atraso apresenta o seguinte detalhe:

Classe de risco	2010				2009			
	Sem atraso	Atraso igual ou inferior a 60 dias	Atraso superior a 60 dias	Total	Sem atraso	Atraso igual ou inferior a 60 dias	Atraso superior a 60 dias	Total
A	9 679 603	111 392	62	9 791 057	2 958 190	327 730	282 446	3 568 366
B	414 768	6 355	6 605	427 728	147 582	28 750	33 435	209 767
C	118 880 807	8 503 974	2 771 512	130 156 293	109 854 797	26 484 610	15 257 486	151 596 893
D	1 028 297	59 976	512 028	1 600 301	137 243	83 195	687 886	908 324
E	558 328	180 517	3 719 951	4 458 796	195 336	62 519	1 223 524	1 481 379
F	990 804	3 581	5 253 909	6 248 294	973 377	139 032	3 383 265	4 495 674
G	66 603	53 194	1 446 913	1 566 710	12 283	458 526	1 311 180	1 781 989
	131 619 210	8 918 989	13 710 980	154 249 179	114 278 808	27 584 362	22 179 222	164 042 392

Foram consideradas como operações de crédito renegociado as operações cujas condições e garantias foram renegociadas em virtude da degradação do risco de crédito ou de incumprimento.

No contínuo desenvolvimento dos sistemas de informação e da análise de risco de crédito têm vindo a ser identificadas as operações de crédito renegociadas. Até ao momento, foram identificados os seguintes clientes com operações renegociadas, com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

	2010				
	Crédito			Provisões	Saldo líquido
	Vivo	Vencido	Total		
Empresas	12 686 054	1 117 793	13 803 847	(1 343 715)	12 460 132
Particulares	313 775	46 803	360 578	(47 263)	313 315
	12 999 829	1 164 596	14 164 425	(1 390 978)	12 773 447

	2009				
	Crédito			Provisões	Saldo líquido
	Vivo	Vencido	Total		
Empresas	14 640 097	355 234	14 995 331	(716 178)	14 279 153
Particulares	151 446	38 192	189 638	(51 587)	138 051
	14 791 543	393 426	15 184 969	(767 765)	14 417 204

Nota:

– Os montantes apresentados em 2009 são referentes apenas a clientes com operações reestruturadas no exercício de 2009.

– Os montantes apresentados em 2010 são referentes a clientes com operações de crédito reestruturadas nos exercícios de 2010 e / ou 2009.

Nos exercícios de 2010 e 2009 o Banco procedeu ao abate de créditos ao activo (*write-offs*) no montante de 2 525 881 m. AKZ e 1 289 782 m. AKZ, respectivamente (nota 15).

Nestes exercícios, verificaram-se as seguintes recuperações de crédito e juros anteriormente anulados ou abatidos ao activo:

Recuperações (nota 28)	2010	2009
Capital	334 985	329 690
Juro	281 181	188 173
	616 166	517 863

9. OUTROS VALORES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009 (pro forma)
Outros Valores de Natureza Cível		
Devedores diversos		
Sector público administrativo	415 803	369 145
Sector privado – empresas	40 079	33 220
Sector privado – particulares	23 820	42 512
Sector privado – trabalhadores	6 984	6 142
Outros	22 434	21 840
	509 120	472 859
Outros Valores de Natureza Administrativa e de Comercialização		
Despesas antecipadas		
Rendas e alugueres	176 210	101 772
Seguros	5 007	27 730
Outras	651	-
	181 868	129 502
Material de expediente	70 330	33 007
Outros adiantamentos		
Falhas de caixa	46 968	38 997
Operações activas a regularizar	1 074 516	620 340
Outras	25 450	32 710
	1 146 934	692 047
	1 908 252	1 327 415

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo da rubrica OUTROS ADIANTAMENTOS - OPERAÇÕES ACTIVAS A REGULARIZAR inclui um montante de 938 206 m. AKZ relacionado com um processo de fraude em créditos documentários à importação ocorrido em 2010 e para o qual o Banco tem constituídas provisões para fazer face aos custos que pode vir a ter de suportar no futuro relacionados com este processo.

Em 31 de Dezembro de 2009, o saldo da rubrica OUTROS ADIANTAMENTOS – OPERAÇÕES ACTIVAS A REGULARIZAR incluía um montante de 454 849 m. AKZ relacionado com movimentos efectuados por clientes com os cartões Mwangolé Classic e Mwangolé Gold em Kwanzas, que foram reflectidos na conta de depósitos à ordem do correspondente em Janeiro de 2010.

10. IMOBILIZAÇÕES

IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010				
	País	Ano de aquisição	Número de acções	% de participação	Custo aquisição
Participações em coligadas e equiparadas					
SOFHA – Sociedade de Fomento Habitacional	Angola	2008	n.a	50%	375
Participações em outras sociedades					
EMIS – Empresa Interbancária de Serviços	Angola	2001	3 360	2.88%	
Participação no capital					16 491
Prestações acessórias					34 106
Suprimentos					10 376
Juros suprimentos e prestações acessórias					1 231
					62 204
Bolsa de Valores e Derivativos de Angola	Angola	2006	3 000	2%	27 793
IMC – Instituto do Mercado de Capitais	Angola	2004	400	2%	337
Provisões (nota 15)					(9 594)
Subtotal participações em outras sociedades					80 740
Total imobilizações financeiras					81 115
2009 (pro forma)					
	País	Ano de aquisição	Número de acções	% de participação	Custo aquisição
Participações em coligadas e equiparadas					
SOFHA – Sociedade de Fomento Habitacional	Angola	2008	n.a	50%	375
Participações em outras sociedades					
EMIS – Empresa Interbancária de Serviços	Angola	2001	3 360	3.06%	
Participação no capital					6 258
Prestações acessórias					22 960
Suprimentos					10 012
					39 230
Bolsa de Valores e Derivativos de Angola	Angola	2006	3 000	2%	26 820
IMC – Instituto do Mercado de Capitais	Angola	2004	400	2%	337
Provisões (nota 15)					(9 523)
Subtotal participações em outras sociedades					56 864
Total imobilizações financeiras					57 239

A participação na SOFHA – Sociedade de Fomento Habitacional encontra-se valorizada pelo respectivo ao custo de aquisição, pelo facto de ainda não ter iniciado a sua actividade, não existindo por isso informação financeira sobre a mesma.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o BFA detém uma participação de 2.88% e 3.06%, respectivamente, no capital da EMIS – Empresa Interbancária de Serviços, S.A.R.L. (EMIS), tendo igualmente prestado suprimentos a esta entidade durante os exercícios de 2004 e 2003, os quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. A EMIS foi constituída em Angola com a função de gestão dos meios electrónicos de pagamentos e serviços complementares.

A participação do Banco na EMIS (incluindo prestações acessórias e suprimentos) encontra-se valorizada pelo custo de aquisição deduzido da provisão para perdas por imparidade. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Banco tem constituída uma provisão para a participação na EMIS no valor de 9 594 m. AKZ e 9 523 m. AKZ, respectivamente.

Durante o exercício de 2007, o Banco realizou prestações acessórias de USD 250 500, conforme decisão da Assembleia Geral da EMIS de 16 de Novembro de 2007, as quais a partir de 1 de Janeiro de 2008 vencem juros semestralmente à taxa Libor em vigor acrescida de um *spread* de 3%, não tendo prazo de reembolso definido.

Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da EMIS realizada em 16 de Janeiro de 2009, foi aprovado um aumento de capital no valor de USD 3 526 500 a realizar pelos accionistas, em proporção da participação detida, até 16 de Dezembro de 2010. Durante o exercício de 2010, o Banco efectuou o pagamento no valor total de USD 108 000.

No exercício de 2010, conforme decisão na Assembleia Geral da EMIS de 16 de Julho de 2010 foi deliberado o reforço de prestações acessórias no montante de USD 2 000 000, cabendo ao BFA o montante de USD 117 467. De acordo com a mesma decisão, estas prestações acessórias não são remuneradas.

As participações na Bolsa de Valores e Derivativos de Angola e Instituto do Mercado de Capitais encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, reflectindo a inexistência de valores de mercado e o facto de ainda não terem iniciado a sua actividade.

Durante os exercícios de 2010 e 2009, estas sociedades não distribuíram dividendos.

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

Estas rubricas apresentam o seguinte movimento durante os exercícios de 2010 e 2009:

	2010				
	Saldos em 31.12.2009			Aumentos	Amortizações do exercício
	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido		
Imobilizações corpóreas					
Imóveis de uso	12 606 446	(3 220 962)	9 385 484	382 416	(585 670)
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	4 617 342	(2 351 380)	2 265 962	1 061 897	(727 792)
Imobilizações em curso	1 199 062	-	1 199 062	1 256 393	-
Outras imobilizações corpóreas					
	18 422 850	(5 572 342)	12 850 508	2 700 706	(1 313 462)
Imobilizações incorpóreas					
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	173 529	(128 013)	45 516	51 139	(30 046)
Gastos de organização de expansão	101 163	(79 329)	21 834	408	(12 565)
Trespases	93 923	(89 166)	4 757	-	(4 758)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	-
Gastos com desenvolvimento	-	-	-	-	-
Outras imobilizações incorpóreas	29	(29)	-	-	-
	368 644	(296 537)	72 107	51 547	(47 369)
	18 791 494	(5 868 879)	12 922 615	2 752 253	(1 360 831)

	2009 (pro forma)				
	Saldos em 31.12.2008			Aumentos	Amortizações do exercício
	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido		
Imobilizações corpóreas					
Imóveis de uso	9 531 243	(2 446 689)	7 084 554	2 568 597	(774 274)
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	3 524 249	(1 759 048)	1 765 201	828 921	(625 356)
Imobilizações em curso	1 194 741	-	1 194 741	808 754	-
	14 250 233	(4 205 737)	10 044 496	4 206 272	(1 399 630)
Imobilizações incorpóreas					
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	196 022	(96 982)	99 040	46 945	(32 777)
Gastos de organização de expansão	89 895	(60 637)	29 258	11 268	(18 692)
Trespases	93 923	(83 229)	10 694	-	(5 937)
Outras imobilizações incorpóreas	29	(29)	-	-	-
	379 869	(240 877)	138 992	58 213	(57 406)
	14 630 102	(4 446 614)	10 183 488	4 264 485	(1 457 036)

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de imobilizações em curso corresponde, essencialmente, à aquisição do espaço e a pagamentos a fornecedores pelas obras que estavam a ser realizadas em 29 novas agências, e cuja inauguração se prevê para 2011 (24 novas agências em 31 de Dezembro de 2009).

2010				
Transferências	Abates e regularizações	Saldos em 31.12.2010		
		Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
1 048 936	-	14 037 798	(3 806 632)	10 231 166
59 116	(5 556)	5 714 388	(3 060 761)	2 653 627
(1 108 052)	-	1 347 403	-	1 347 403
-	(5 556)	21 099 589	(6 867 393)	14 232 196
-	(1)	224 668	(158 060)	66 608
-	1	101 571	(91 893)	9 678
-	1	93 923	(93 923)	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	29	(29)	-
-	1	420 191	(343 905)	76 286
-	(5 555)	21 519 780	(7 211 298)	14 308 482

2009 (pro forma)				
Transferências	Abates e regularizações	Saldos em 31.12.2009		
		Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
506 606	1	12 606 446	(3 220 962)	9 385 484
297 827	(631)	4 617 342	(2 351 380)	2 265 962
(804 433)	-	1 199 062	-	1 199 062
-	(630)	18 422 850	(5 572 342)	12 850 508
-	(67 692)	173 529	(128 013)	45 516
-	-	101 163	(79 329)	21 834
-	-	93 923	(89 166)	4 757
-	-	29	(29)	-
-	(67 692)	368 644	(296 537)	72 107
-	(68 322)	18 791 494	(5 868 879)	12 922 615

11. DEPÓSITOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009 (pro forma)
Recursos de Instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	247 190	1 345 180
Depósitos à ordem de residentes		
Em moeda nacional	103 790 900	87 610 873
Em moeda estrangeira	140 514 885	147 453 651
	244 305 785	235 064 524
Depósitos à ordem de não residentes		
Em moeda nacional	695 942	304 477
Em moeda estrangeira	1 367 376	1 467 944
	2 063 318	1 772 421
Juro de depósitos à ordem	2 874	-
Total de depósitos à ordem	246 619 167	238 182 125
Depósitos a prazo de residentes		
Em moeda nacional	68 836 503	42 842 699
Em moeda estrangeira	197 196 356	172 535 101
	266 032 859	215 377 800
Depósitos a prazo de não residentes	5 922	50 893
Juros de depósitos a prazo	3 028 082	1 774 157
Total de depósitos a prazo	269 066 863	217 202 850
Total de depósitos	515 686 030	455 384 975

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo da rubrica RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO ESTRANGEIRO – DEPÓSITOS À ORDEM corresponde a descobertos contabilísticos nas contas de depósitos à ordem do Banco domiciliadas em instituições de crédito, os quais são reclassificados para o passivo para efeitos de apresentação do balanço patrimonial.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura, de acordo com o prazo residual de vencimento das operações:

	2010	2009
Até três meses	186 812 588	164 814 951
De 3 a 6 meses	46 318 104	24 293 034
De 6 meses a 1 ano	35 895 876	26 742 823
Mais um ano	40 295	1 352 042
	269 066 863	217 202 850

Em 31 de Dezembro de 2010, os depósitos a prazo em moeda nacional e estrangeira venciam juros às taxas médias anuais de 12.85% e 4.63%, respectivamente (11.27% e 3.99%, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2009).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os depósitos à ordem não são remunerados, com excepção de situações específicas de depósitos à ordem denominados em moeda estrangeira, definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2010, os depósitos à ordem e a prazo de residentes apresentavam a seguinte estrutura por tipologia de cliente:

Depósitos à ordem	
Sector público administrativo	7 159 383
Sector público empresarial	3 238 145
Empresas	140 780 915
Particulares	93 127 342
	244 305 785
Depósitos a prazo	
Sector público administrativo	290 154
Sector público empresarial	1 789 072
Empresas	117 723 932
Particulares	146 229 701
	266 032 859

12. CAPTAÇÕES PARA LIQUIDEZ

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009 (pro forma)
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro		
Depósitos a prazo de instituições de crédito no estrangeiro (USD)	8 708 442	4 201 706
Juros	58 713	52 892
	8 767 155	4 254 598
Operações de venda de títulos a terceiros com acordo de recompra	-	5 183
	8 767 155	4 259 781

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os depósitos a prazo venciam juros à taxa média de 3.2% e 5.4%, respectivamente.

	2010	2009
De três meses a um ano	8 708 442	4 201 706

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os depósitos a prazo venciam juros à taxa média de 3.2% e 5.4%, respectivamente.

13. OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009 (pro forma)
Recursos de outras entidades		
Cheques visados	1 398 998	3 432 638
Recursos vinculados a cartas de crédito	267 061	2 156 053
Compensação de cheques e outros papéis	7 020	1 364
Outros	21 300	5 880
	1 694 379	5 595 935

A rubrica RECURSOS VINCULADOS A CARTAS DE CRÉDITO refere-se aos montantes depositados por clientes que se encontram cativos para liquidação de operações de importação, para efeitos de abertura dos respectivos créditos documentários.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009 (pro forma)
Obrigações de natureza fiscal		
Encargos fiscais a pagar – próprios		
Imposto sobre o rendimento a liquidar (nota 2.3 i))	-	2 409 264
Sobre rendimentos de trabalho dependente	36 065	22 491
Tributação relativa a remunerações	46 193	35 158
	82 258	2 466 913
Encargos fiscais a pagar – retidos de terceiros		
Sobre o rendimento	647 632	-
Outros	50 814	13 359
	698 446	13 359
	780 704	2 480 272
Obrigações de natureza cível	5 224	1 176
Obrigações de natureza administrativa e de comercialização		
Pessoal – salários e outras remunerações		
Férias e subsídio de férias	628 436	548 197
Prémio de desempenho (nota 24)	-	211 924
Outros custos com o pessoal	130 367	71 480
	758 803	831 601
Outros custos administrativos e de comercialização a pagar		
Operações passivas a regularizar	837 015	172 762
Mensualizações	452 654	466 167
Movimentos efectuados em ATM's - a regularizar	298 071	294 021
Movimentos Western Union	221 715	181 574
Outros	55 389	746
	1 864 844	1 115 270
	2 623 647	1 946 871
	3 409 575	4 428 319

O movimento na rubrica de IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO A LIQUIDAR durante os exercícios de 2009 e 2010 pode ser descrito como segue:

Saldo em 31 de Dezembro de 2008	1 972 871
Entregas por conta e pagamento final do Imposto Industrial do exercício de 2008, efectuadas em 2009	(1 972 871)
Imposto Industrial do exercício de 2009 (nota 18)	2 409 264
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	2 409 264
Entregas por conta e pagamento final do Imposto Industrial do exercício de 2009, efectuadas em 2010	(1 479 653)
Excesso de estimativa de imposto (nota 18)	(929 611)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	-

15. PROVISÕES PARA RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS

O movimento nas provisões durante os exercícios findos em 31. de Dezembro de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	2010						Saldos em 31-12-2010
	Saldos em 31-12-2009		Aumentos		Diminuições		
	Dotações	Custos com pessoal (nota 24)	Reposições e anulações	Custos com pessoal (nota 24)	Utilizações	Diferenças de câmbio e outros	
De natureza social ou estatutária	1 832 931	-	-	-	(85 357)	66 580	1 814 154
De natureza administrativa e de comercialização	570 927	821 865	-	-	(31 341)	22 955	1 384 406
Prestação de garantias	941 280	-	-	-	-	59 640	668 635
Com fundos de pensões de reforma e de sobrevivência patrocinados	68 834	-	15 848	-	-	2 677	87 359
Plano complementar de pensões	1 365 524	-	370 635	-	-	150 694	1 886 853
	4 779 496	821 865	386 483	-	(116 698)	302 546	5 841 407
Imobilizações financeiras (nota 10)	9 523	71	-	-	-	-	9 594
	4 789 019	821 936	386 483	-	(116 698)	302 546	5 851 001
Crédito de liquidação duvidosa (nota 8)	8 966 622	3 594 158	-	(1 009 733)	(2 525 881)	293 970	9 651 421
	13 755 641	4 416 094	386 483	(1 009 733)	(2 642 579)	596 516	15 502 422

	2009						Saldos em 31-12-2009
	Saldos em 31-12-2008		Aumentos		Diminuições		
	Adopção do CONTIF	Saldo em 1-1-2009	Dotações	Custos com pessoal (nota 24)	Reposições e anulações	Custos com pessoal (nota 24)	
Riscos diversos	1 199 767	(1 199 767)	-	-	-	-	-
De natureza social ou estatutária	-	743 808	893 398	-	-	(47 790)	243 515
De natureza administrativa e de comercialização	-	455 959	109 609	-	-	(51 747)	570 927
Prestação de garantias	790 614	-	790 614	-	-	-	1 581 228
Com fundos de pensões de reforma e de sobrevivência patrocinados	44 740	-	44 740	-	-	-	89 484
Plano complementar de pensões	964 719	-	964 719	-	288 067	(114 559)	1 138 987
	2 999 840	- 2 999 840	1 003 007	302 318	(114 559)	(99 537)	4 779 496
Imobilizações financeiras (nota 10)	3 730	-	3 730	-	-	-	3 730
	3 003 570	- 3 003 570	1 008 800	302 318	(114 559)	(99 537)	4 789 019
Crédito de liquidação duvidosa (nota 8)	5 355 482	-	5 355 482	3 980 844	-	(1 289 782)	8 966 622
	8 359 052	- 8 359 052	4 989 644	302 318	(384 548)	(1 389 319)	13 755 641

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica PROVISÕES DE NATUREZA SOCIAL OU ESTATUTÁRIA refere-se ao Fundo Social, que tem por objectivo apoiar financeiramente iniciativas nos domínios da educação, saúde e solidariedade social. Este Fundo foi constituído mensalmente através da dotação de 5% do resultado líquido do exercício anterior

apurado em Dólares dos Estados Unidos, tendo sido decidido que teria um período de cinco anos. Esta provisão foi constituída entre o exercício de 2005 e o exercício de 2009, inclusive. O movimento ocorrido no Fundo Social ao longo de 2010 e 2009 foi o seguinte (montantes expressos em Dólares dos Estados Unidos):

	2010	2009
Saldo no início do período	20 503 046	9 895 139
Contribuições	-	11 225 129
Utilizações	(920 844)	(617 222)
Saldo no final do período	19 582 202	20 503 046
Contravalor em milhares de Kuanzas	1 814 154	1 832 931

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica PROVISÕES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA E DE COMERCIALIZAÇÃO refere-se essencialmente a provisões para fazer face a fraudes, processos judiciais em curso e outras responsabilidades, correspondendo à melhor estimativa dos custos que o Banco irá suportar no futuro com estas responsabilidades.

praticado na data em que o trabalhador atinge a idade legal de reforma, pelo número de anos de antiguidade na mesma data. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual por peritos, utilizando o método “*Projected Unit Credit*” para as responsabilidades com serviços passados.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo da rubrica COMPENSAÇÃO POR REFORMA destina-se a cobrir as responsabilidades do Banco em matéria de “Compensação por reforma”, na sequência do disposto no *Artigo n.º 262* da Lei Geral do Trabalho. Nos termos da legislação em vigor, as responsabilidades em matéria de “Compensação por reforma” são determinadas multiplicando 25% do salário mensal de base

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica PLANO COMPLEMENTAR DE PENSÕES (Plano) refere-se às responsabilidades do Banco em matéria de Pensões de Reforma nos termos do plano de contribuições definidas implementado (nota 2.3 c)).

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento do Plano pode ser resumido como segue:

Saldo em 31 de Dezembro de 2008	964 719
Contribuição mensal	288 067
Ajustamento às responsabilidades por saídas de colaboradores	(114 559)
Rentabilidade das aplicações	79 279
Reavaliação cambial	144 512
Outras correcções	3 506
	227 297
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	1 365 524
Contribuição mensal	370 635
Rentabilidade das aplicações	119 039
Reavaliação cambial	31 655
	150 694
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	1 886 853

Em 31 de Dezembro de 2010 a rentabilidade das aplicações resulta essencialmente de depósitos a prazo em dólares dos Estados Unidos e em Kwanzas. Nesta data, os juros corridos destas aplicações ascendiam a 60 043 m. AKZ incluídos na rubrica RENTABILIDADE DAS APLICAÇÕES do movimento do Plano Complementar de Pensões no ano de 2010. Em 31 de Dezembro de 2009, os juros corridos das aplicações a prazo do Fundo

encontravam-se reflectidos na rubrica de DEPÓSITOS – JUROS DE DEPÓSITOS A PRAZO, ascendendo a 24 439 m. AKZ.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a reavaliação cambial resulta da conversão para Kwanzas das aplicações que são realizadas em Dólares dos Estados Unidos.

16. FUNDOS PRÓPRIOS

CAPITAL SOCIAL

O Banco foi constituído com um capital social de 1 305 561 m. AKZ (contravalor de 30 188 657 Euros à taxa de câmbio em vigor em 30 de Junho de 2002), representado por 1 305 561 acções nominativas de mil Kwanzas cada, tendo sido subscrito e realizado por incorporação da totalidade dos activos e passivos, incluindo os bens ou direitos imobiliários de qualquer natureza, assim como todos os direitos e obrigações da anterior Sucursal.

No final dos exercícios de 2004, 2003 e 2002, o Banco aumentou o seu capital em 537 672 m. AKZ, 1 224 333 m. AKZ e 454 430 m. AKZ, respectivamente, através da incorporação da reserva especial para manutenção dos fundos próprios, por forma

a manter o contravalor em Kwanzas da dotação inicial de capital em moeda estrangeira.

A partir do exercício de 2005 o Banco não procedeu à actualização do seu capital, em virtude de Angola ter deixado de ser considerada uma economia hiperinflacionária.

Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital social do Banco ascende a 3 521 996 m. AKZ.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

	2010		2009	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Banco BPI, S.A.	653 822	50.08%	653 822	50.08%
Unitel. S.A.	651 475	49.90%	651 475	49.90%
Outras entidades do Grupo BPI	264	0.02%	264	0.02%
	1 305 561	100.00%	1 305 561	100.00%

RESERVAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2010	2009 (pro forma)
Reserva de actualização monetária do capital social (nota 2.3 e))	450 717	450 717
Reservas e fundos		
Reserva legal	5 161 890	5 161 890
Outras reservas	26 276 988	19 316 843
	31 438 878	24 478 733
	31 889 595	24 929 450

Por Deliberação Unânime da Assembleia Geral de 28 de Abril de 2009 foi decidido distribuir aos accionistas dividendos no valor correspondente a 75% do resultado líquido obtido no ano anterior (12 635 493 m. AKZ), tendo sido aplicado o valor remanescente na rubrica de OUTRAS RESERVAS.

Por Deliberação Unânime da Assembleia Geral de 30 de Abril de 2010 foi decidido distribuir aos accionistas dividendos no valor correspondente a 65% do resultado líquido obtido no ano anterior (12 925 984 m. AKZ), tendo sido aplicado o valor o remanescente na rubrica de OUTRAS RESERVAS.

Nos termos da legislação vigente, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 20% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulado, quando esgotadas as demais reservas constituídas.

RESULTADOS POTENCIAIS

Os resultados potenciais correspondem aos resultados pendentes, mas de realização provável, líquidos dos encargos fiscais correspondentes, decorrentes de transações e de outros

eventos e circunstâncias que não transitam imediatamente pelo resultado do exercício quando reconhecidos pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os resultados potenciais correspondem à reserva de reavaliação de imobilizado.

Até 31 de Dezembro de 2007, inclusive, nos termos da legislação em vigor, o Banco procedeu à reavaliação do seu imobilizado corpóreo através da aplicação de coeficientes, que reflectiam a evolução mensal do câmbio oficial do Euro, aos saldos brutos do activo imobilizado corpóreo e respectivas amortizações acumuladas, expressos em Kwanzas nos registos contabilísticos do Banco no final do mês anterior. A partir do exercício de 2008, o Banco deixou de reavaliar o seu imobilizado (nota 2.3 f)).

As reservas de reavaliação só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

LUCRO E DIVIDENDO POR ACÇÃO

Nos exercícios de 2010 e 2009 o lucro por acção e o dividendo atribuído em cada exercício, relativo ao lucro do ano anterior, foram os seguintes:

	2009	2008
Lucro por acção	18.43	15.23
Dividendo por acção distribuído no exercício	9.90	9.6

17. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2010	2009 (pro forma)
Responsabilidades perante terceiros (nota 8)		
Garantias prestadas	17 247 147	15 957 625
Compromissos perante terceiros		
Créditos documentários abertos	6 450 779	12 008 131
	23 697 926	27 965 756
Responsabilidades por prestação de serviços		
Serviços prestados pela instituição		
Guarda de valores	2 763 507	6 586 420
Cobrança	155 832	2 438 912
	2 919 339	9 025 332

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica GUARDA DE VALORES refere-se, essencialmente, a títulos de clientes sob custódia do Banco.

18. IMPOSTOS

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos dos números 1 e 2 do *Artigo 72.º*, da *Lei n.º 18 / 92*, de 3 de Julho, sendo a taxa de imposto aplicável de 35%, na sequência da *Lei n.º 5 / 99*, de 6 de Agosto (notas 2.3 i)) e 14).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes daquela dotação, podem ser resumidos como se segue:

	2010	2009 (pro forma)
Impostos correntes sobre os lucros		
Do exercício	-	2 409 264
Correcção de exercícios anteriores	(929 611)	-
Total do imposto registado em resultados	(929 611)	2 409 264
Resultado antes de impostos	23 138 198	22 295 393
Carga fiscal	-4.02%	10.81%

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não foram registados activos ou passivos fiscais diferidos.

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a carga fiscal verificada nos exercícios de 2010 e 2009, bem como a reconciliação entre o custo / proveito de imposto e o produto do lucro contabilístico pela taxa nominal de imposto, pode ser analisada como se segue:

	2010		2009	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultados antes de impostos		23 138 198		22 295 393
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	35.0%	8 098 369	35.0%	7 803 388
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos da dívida pública	(25.7%)	(5 942 206)	(24.2%)	(5 394 124)
Utilização prejuízo fiscal reportável do exercício de 2009	(9.3%)	(2 156 163)	-	-
Excesso de estimativa de imposto		(929 611)	-	-
	(4.02%)	(929 611)	10.81%	2 409 264

Os proveitos dos títulos da dívida pública, obtidos em Obrigações do Tesouro e em Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano e enquadrados nos Decretos Regulamentares números 51 / 03 e 52 / 03, de 8 de Julho, gozam da isenção de todos os impostos. Tal facto é complementado pelo disposto na alínea c) do número 1 do Artigo 23.º do Código do Imposto Industrial, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos de quaisquer títulos da dívida pública, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, o Banco apurou inicialmente Imposto Industrial no valor de 2 409 264 m. AKZ, considerando como isentos de Imposto Industrial apenas parte dos rendimentos dos referidos títulos.

Decorrente do entendimento referido acima, o Banco apurou um prejuízo fiscal na Declaração de Rendimentos Modelo 1

referente ao exercício de 2009, no montante total de 13 985 712 m. AKZ. Neste sentido, relativamente ao valor de Imposto Industrial apurado no exercício de 2009, o Banco efectuou pagamentos a título de liquidação provisória no montante de 1 479 653 m. AKZ (nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2010), não tendo liquidado o montante remanescente de 929 611 m. AKZ. Este montante foi registado como proveito no exercício de 2010.

Na determinação do lucro tributável do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, todos os proveitos gerados pelos títulos da dívida pública, obtidos em Obrigações do Tesouro e em Bilhetes do Tesouro, no montante total de 16 977 733 m. AKZ, foram deduzidos ao resultado do exercício, para efeitos de apuramento do lucro tributável. Adicionalmente, foram utilizados 6 160 465 m. AKZ relativos ao reporte do prejuízo fiscal do exercício de 2009, pelo que, com referência a 31 de Dezembro de 2010, o

prejuízo fiscal de 2009 ainda não utilizado ascende a 7 825 248 m. AKZ. Este prejuízo fiscal pode ser utilizado até ao exercício de 2012. O Banco não reconheceu nas demonstrações financeiras os activos fiscais diferidos associados, dada a incerteza quanto à evolução futura do seu lucro tributável.

De referir que em Dezembro de 2010 o Banco solicitou ao Ministério das Finanças que o Imposto Industrial de 2009 liquidado no primeiro trimestre de 2010 (1 479 653 m. AKZ), bem como os impostos liquidados em excesso em anos anteriores (2005, 2006, 2007 e 2008, no montante total de 813 093 m. AKZ), e para os quais foram apresentadas

Declarações de Rendimentos Modelo 1 de Substituição, sejam reembolsados ou considerados como créditos de imposto, a utilizar em futuras entregas de imposto devidas pelo Banco.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2006 a 2010. O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

19. PARTES RELACIONADAS

De acordo com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 24, são consideradas entidades relacionadas aquelas em que o BFA exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira – Empresas associadas e de controlo conjunto e Fundos de Pensões – e as entidades que exercem uma influência

significativa sobre a gestão do Banco – Accionistas e Membros do Conselho de Administração do BFA.

Em 31 de Dezembro de 2010, os principais saldos e transacções mantidos pelo Banco com entidades relacionadas são os seguintes:

	Accionistas do BFA		Membros do Conselho de Administração do BFA	Total
	Grupo BPI	Grupo Unitel		
Disponibilidades				
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	2 579 829	-	-	2 579 829
Depósitos				
Descobertos em depósitos à ordem	(244 903)	-	-	(244 903)
Aplicações de liquidez				
Outros créditos sobre instituições de crédito	57 771 126	-	-	57 771 126
Crédito concedido	-	-	91 968	91 968
Depósitos de clientes				
Depósitos à ordem	-	(1 994 333)	(74 001)	(2 068 334)
Depósitos a prazo	-	(24 757 480)	(195 228)	(24 952 708)
Outros recursos	-	-	(271)	(271)
Juros e proveitos equiparados	137 233	n.d.	n.d.	137 233
Juros e custos equiparados	(208 068)	n.d.	n.d.	(208 068)
Comissões - custos	(153 370)	n.d.	n.d.	(153 370)
Créditos documentários	-	433 817	-	433 817
Garantias bancárias	35 846	-	-	35 846

n.d.: informação não disponível

Em 31 de Dezembro de 2009, os principais saldos e transacções mantidos pelo Banco com entidades relacionadas são os seguintes:

	Accionistas do BFA		Membros do Conselho de Administração do BFA	Total
	Grupo BPI	Grupo Uniel		
Disponibilidades				
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	2 919 619	-	-	2 919 619
Depósitos				
Descobertos em depósitos à ordem	(1 274 391)	-	-	(1 274 391)
Aplicações de liquidez				
Outros créditos sobre instituições de crédito	36 134 822	-	-	36 134 822
Instrumentos financeiros derivados	(2 808)	-	-	(2 808)
Crédito concedido	-	16	91 543	
Outros valores				
Contas de regularização do activo	4 055	-		
Depósitos de clientes				
Depósitos à ordem	-	(129 652)	(68 796)	(198 448)
Depósitos a prazo	-	(18 102 878)	(73 521)	(18 176 399)
Juros e proveitos equiparados	447 348	n.d.	n.d.	447 348
Comissões - custos	(160 253)	n.d.	n.d.	(160 253)
Créditos documentários	-	418 622	-	418 622
Garantias bancárias	34 591	-	-	34 591

n.d.: informação não disponível

A informação apresentada com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 não inclui os saldos e transacções com as Sociedades onde os membros do Conselho de Administração do BFA têm influência significativa.

A informação apresentada com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 não inclui ainda os custos e proveitos com o Grupo Uniel e com os Membros do Conselho de Administração do BFA.

20. BALANÇO POR MOEDA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os balanços por moeda apresentam a seguinte estrutura:

	2010		Total
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	
Disponibilidades	54 794 214	61 867 202	116 661 416
Aplicações de liquidez			
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	-	57 780 190	57 780 190
Títulos e valores mobiliários			
Mantidos para negociação	8 921 366	22 651	8 944 017
Mantidos até o vencimento	125 099 634	125 443 326	250 542 960
	134 021 000	125 465 977	259 486 977
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-
Operações cambiais	-	1 435 543	1 435 543
Créditos			
Créditos	34 802 043	120 762 572	155 564 615
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1 249 170)	(8 402 251)	(9 651 421)
	33 552 873	112 360 321	145 913 194
Outros valores	2 082 546	(174 294)	1 908 252
Imobilizações			
Imobilizações financeiras	712	80 403	81 115
Imobilizações corpóreas	14 232 196	-	14 232 196
Imobilizações incorpóreas	76 286	-	76 286
	14 309 194	80 403	14 389 597
Total do activo	238 759 827	358 815 342	597 575 169
Depósitos			
Depósitos à ordem	104 278 083	142 341 084	246 619 167
Depósitos a prazo	70 078 877	198 987 986	269 066 863
	174 356 960	341 329 070	515 686 030
Captações para liquidez			
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	-	8 767 155	8 767 155
Operações de venda de títulos de terceiros com acordo de recompra	-	-	-
	-	8 767 155	8 767 155
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-
Obrigações no sistema de pagamentos	2 343 633	(649 254)	1 694 379
Operações cambiais	-	1 443 395	1 443 395
Outras obrigações	1 846 968	1 562 607	3 409 575
Provisões para responsabilidades prováveis	1 178 245	4 663 162	5 841 407
Total do passivo	179 725 806	357 116 135	536 841 941
Activo líquido	59 034 021	1 699 207	60 733 228
Fundos próprios	60 733 228	-	60 733 228

	2009		Total
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	
Disponibilidades	65 015 446	50 276 156	115 291 602
Aplicações de liquidez			
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	-	36 585 962	36 585 962
Títulos e valores mobiliários			
Mantidos para negociação	-	27 162	27 162
Mantidos até o vencimento	75 459 508	126 566 688	202 026 196
	75 459 508	126 593 850	202 053 358
Instrumentos financeiros derivados	-	2 526	2 526
Operações cambiais	-	3 059 445	3 059 445
Créditos			
Créditos	18 338 208	146 496 737	164 834 945
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(703 595)	(8 263 027)	(8 966 622)
	17 634 613	138 233 710	155 868 323
Outros valores	1 351 182	(23 767)	1 327 415
Imobilizações			
Imobilizações financeiras	712	56 527	57 239
Imobilizações corpóreas	12 850 508	-	12 850 508
Imobilizações incorpóreas	72 107	-	72 107
	12 923 327	56 527	12 979 854
Total do activo	172 384 076	354 784 409	527 168 485
Depósitos			
Depósitos à ordem	87 915 350	150 266 775	238 182 125
Depósitos a prazo	43 378 515	173 824 335	217 202 850
	131 293 865	324 091 110	455 384 975
Captações para liquidez			
Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	-	4 254 598	4 254 598
Operações de venda de títulos de terceiros com acordo de recompra	5 183	-	5 183
	5 183	4 254 598	4 259 781
Instrumentos financeiros derivados	-	33 766	33 766
Obrigações no sistema de pagamentos	3 435 543	2 160 392	5 595 935
Operações cambiais	-	3 094 810	3 094 810
Outras obrigações	3 457 050	971 269	4 428 319
Provisões para responsabilidades prováveis	42 873	4 736 623	4 779 496
Total do passivo	138 234 514	339 342 568	477 577 082
Activo líquido	34 149 562	15 441 841	49 591 403
Fundos próprios	49 591 403	-	49 591 403

21. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2010	2009 (pro forma)
Proveitos de instrumentos financeiros activos		
De aplicações de liquidez		
Proveitos de operações no mercado monetário interfinanceiro		
Depósitos a prazo em instituições de crédito no estrangeiro	139 275	467 065
Depósitos a prazo em instituições de crédito no país	275 788	65 962
Outros	4 483	6 202
	419 546	539 229
De títulos e valores mobiliários		
De títulos mantidos para negociação		
Bilhetes do Tesouro	60 999	-
Títulos do Banco Central	62 270	-
De títulos mantidos até o vencimento		
Bilhetes do Tesouro	1 081 709	8 838 614
Obrigações do Tesouro em moeda nacional indexadas a moeda estrangeira e em moeda estrangeira	7 170 982	6 816 049
Obrigações do Tesouro indexadas ao Índice de Preços do Consumidor	4 147 530	1 433 903
Títulos do Banco Central	12 108 864	480 505
	24 632 354	17 569 071
De instrumentos financeiros derivados		
Em especulação e arbitragem	31 240	2 526
De créditos	16 393 003	11 224 892
	41 476 143	29 335 718
Custos de instrumentos financeiros passivos		
De depósitos		
De depósitos à ordem	213 237	109 715
De depósitos a prazo	15 817 190	5 929 514
	16 030 427	6 039 229
De captações para liquidez		
De operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	315 453	851 851
De operações de venda de títulos de terceiros com acordo de recompra	7 164	4 381 806
	322 617	5 233 657
De instrumentos financeiros derivados		
Em especulação e arbitragem	-	33 765
	16 353 044	11 306 651
Margem financeira	25 123 099	18 029 067

22. RESULTADOS DE OPERAÇÕES CAMBIAIS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009 (pro forma)
Varição cambial em activos e passivos denominados em moeda estrangeira	1 274 944	4 162 835
Operações de compra e venda de moeda estrangeira	7 037 573	9 634 439
	8 312 517	13 797 274

23. RESULTADOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009 (pro forma)
Proveitos de prestação de serviços		
Comissões sobre ordens de pagamento emitidas	1 272 956	1 233 329
Comissões sobre garantias e avales prestados	287 784	215 965
Comissão por créditos documentários de importação abertos	227 934	424 478
Outras comissões	1 110 169	965 893
	2 898 843	2 839 665
Custos de comissões e custódias		
Comissões	(588 095)	(616 416)
	2 310 748	2 223 249

24. PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009 (pro forma)
Membros dos Órgãos de Gestão e Fiscalização		
Remuneração mensal	120 903	93 783
Remunerações adicionais	101 821	97 891
Encargos sociais obrigatórios	9 161	6 938
Encargos sociais facultativos	599	896
	232 484	199 508
Empregados		
Remuneração mensal	3 589 956	2 806 932
Remunerações adicionais	1 351 740	1 128 129
Encargos sociais obrigatórios	314 351	239 945
Encargos sociais facultativos	201 739	176 923
	5 457 786	4 351 929
Encargos com planos de pensões (nota 15)	386 483	187 759
Outros	1 984	-
	6 078 737	4 739 196

A rubrica de REMUNERAÇÕES ADICIONAIS inclui 602 320 m. AKZ e 553 653 m. AKZ relativos às remunerações variáveis dos colaboradores, em resultado do seu desempenho nos exercícios de 2010 e 2009, respectivamente. No que se refere às

remunerações variáveis de 2009, em 31 de Dezembro de 2009, encontravam-se por liquidar 211 924 m. AKZ (nota 14). Em 31 de Dezembro de 2010, as remunerações variáveis relativas ao próprio exercício encontram-se totalmente liquidadas.

25. FORNECIMENTOS DE TERCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009 (pro forma)
Comunicações	462 418	361 980
Água e energia	261 243	156 208
Transportes, deslocações e alojamentos	595 908	511 588
Publicações, publicidade e propaganda	958 401	803 895
Segurança, conservação e reparação	567 214	415 087
Auditorias, consultorias e outros serviços técnicos especializados	1 650 727	1 329 638
Seguros	140 169	100 029
Alugueres	496 899	332 544
Materiais diversos	227 601	287 157
Outros fornecimentos de terceiros	124 706	96 118
	5 485 286	4 394 244

26. IMPOSTOS E TAXAS NÃO INCIDENTES SOBRE O RESULTADO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009 (pro forma)
Impostos aduaneiros	60 987	77 512
Outros impostos e taxas	9 458	29 802
	70 445	107 314

27. RECUPERAÇÃO DE CUSTOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica refere-se ao reembolso de despesas de comunicação e expedição suportadas originalmente pelo Banco, nomeadamente na realização de operações de ordens de pagamento.

28. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009 (pro forma)
Outros proveitos		
Despesas cobradas	2 673 246	2 622 238
Recuperação de crédito incobrável – capital e juro (nota 8)	616 166	517 863
Rendimentos de prestação de serviços	4 822	-
Outros proveitos	92 204	139 802
	3 386 438	3 279 903
Outros custos		
Quotizações e donativos	14 439	35 495
Outros custos	111 889	73 136
	126 328	108 631
	3 260 110	3 171 272

29. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009
Ganhos e perdas nas imobilizações		
Imobilizações corpóreas	238	(135)
Resultado na alienação de imobilizações		
Imobilizações corpóreas	1 425	1 395
Outros ganhos e perdas não operacionais		
Ajustes de exercícios anteriores		
Excesso na estimativa de gastos gerais administrativos	110 145	6 587
Itens pendentes nas reconciliações bancárias de depósitos à ordem com correspondentes	27 073	(167 164)
Juros anulados	(123 080)	(112 395)
Outros	(126 278)	(12 005)
	(112 140)	(284 977)
	(110 477)	(283 717)

30. GESTÃO DE RISCOS

CRÉDITO

De acordo com o Regulamento Geral de Crédito do BFA, a concessão de crédito no Banco assenta nos seguintes princípios basilares:

Formulação de propostas

As operações de crédito ou garantias sujeitas à decisão do BFA:

- Encontram-se adequadamente caracterizadas em Ficha Técnica, contendo todos os elementos essenciais e acessórios necessários à formalização da operação;
- Respeitam a ficha do produto respectivo;
- Estão acompanhadas de análise de risco de crédito devidamente fundamentada; e
- Contêm as assinaturas dos órgãos proponentes.

Análise de risco de crédito

Na análise de risco de crédito é considerada a exposição total do Banco ao cliente ou ao grupo em que o cliente se integra, nos termos da legislação aplicável em cada momento. Actualmente, tendo em consideração o disposto no *Aviso n.º 08 / 2007* do Banco Nacional de Angola:

- Para um só cliente, são consideradas todas as suas responsabilidades perante o Banco, em vigor ou potenciais, já contratadas ou comprometidas, por financiamentos e garantias (exposição total do Banco ao cliente);

- Para um grupo de clientes, é considerada a soma das responsabilidades perante o Banco de cada cliente que constitui o grupo (exposição total do Banco ao grupo); e
- A existência de garantias com risco Estado ou de liquidez imediata não tem impacto no cálculo do valor da Exposição Global.

Classificação de Risco

De acordo com a legislação em vigor, quando da concessão, as operações de crédito são classificadas com base nos seguintes critérios definidos pelo Banco:

- Créditos classificados na classe de Risco A sempre que garantidos por títulos e / ou aplicações financeiras iguais ou superiores ao valor da responsabilidade;
- Créditos classificados na classe de Risco B sempre que garantidos por colateral igual ou superior a 75% da responsabilidade; e
- Os restantes créditos são classificados na classe de Risco C.

O BFA não concede créditos com classificação de risco superior a C.

No crédito a particulares das classes de risco C ou B, o BFA exige mais do que um interveniente com rendimentos.

Associação de Garantias

Na concessão de crédito a particulares ou pequenas empresas com prazo superior a 36 meses, na ausência de aplicações

financeiras, regra geral o BFA obriga à apresentação de garantia real de bem imóvel.

As operações de crédito têm associadas garantias consideradas adequadas ao risco do mutuário, natureza e prazo da operação, as quais são devidamente fundamentadas em termos de suficiência e liquidez.

As garantias reais são avaliadas previamente à decisão de crédito. Excepções a esta regra (com decisões condicionadas a uma avaliação posterior) implicam que o desembolso só ocorrerá depois do Banco obter a avaliação da garantia.

Exclusões por Incidentes

O Banco não concede crédito a clientes que registem incidentes materiais nos últimos 12 meses que sejam do conhecimento do BFA, nem a outras empresas que façam parte de um grupo com clientes que estejam nessa situação. São considerados incidentes materiais:

- Atraso na realização de pagamentos de capital ou juros devidos a uma instituição financeira por período superior a 45 dias;
- Utilização irregular de meios de pagamento da responsabilidade dessa pessoa ou entidade; e
- Pendência de acções judiciais contra essa pessoa ou entidade que tenham potenciais efeitos adversos na respectiva situação económica ou financeira.

Excepções a estas regras só podem ser aprovadas ao nível da Comissão Executiva do Conselho de Administração ou ao nível do Conselho de Administração do BFA.

Reestruturações

Por princípio, o BFA só formaliza operações de reestruturação de créditos em curso caso se observe um dos seguintes critérios:

- São apresentadas novas garantias (mais líquidas e / ou mais valiosas) para a nova operação;
- É efectuada a prévia liquidação de Juros Remuneratórios e de Mora (no caso de operação em incumprimento);
- Ocorre liquidação parcial significativa do capital em dívida (regular e / ou irregular).

Excepcionalmente e caso não se verifique nenhum dos pressupostos descritos, o BFA admite formalizar a reestruturação

formal de dívidas de particulares, inferiores a 35 000 Dólares dos Estados Unidos, caso nos últimos 6 meses tenham ocorrido depósitos de valor mínimo igual ao montante da prestação prevista para a operação reestruturada.

Acompanhamento de crédito irregular

O crédito considerado irregular é acompanhado por uma equipa especializada, que tem por missão colaborar nas acções de recuperação de crédito, podendo assumir as negociações e propostas de reestruturação, sendo responsável pelo acompanhamento de processos sob a sua gestão.

As negociações para reestruturação obedecem aos princípios anteriormente referidos.

Esta equipa é responsável pela gestão e relação com o cliente, com o objectivo de recuperação do crédito, recorrendo à execução por via judicial caso necessário.

Provisões

O BFA tem em consideração os seguintes critérios para o cálculo de provisões para crédito:

- Antiguidade da operação;
- Antiguidade do incumprimento;
- Garantias associadas; e
- *Aviso 04 / 2009* do Banco Nacional de Angola.

As provisões para crédito e a classificação dos clientes nas classes de risco são objecto de revisão mensal. Na classificação dos clientes nas classes de risco, Banco tem em consideração a existência de operações com risco equiparado a Estado e aquelas em que estão a ser ultimadas negociações com vista à regularização do crédito vencido. Neste âmbito, adicionalmente é efectuada uma análise aos 50 grupos com maior incumprimento na Banca de Empresas, com atribuição de uma provisão económica sobre o risco de cada exposição.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de títulos do BFA respeita o princípio da elevada qualidade creditícia dos seus emitentes, sendo integralmente constituída por títulos emitidos pelo Estado Angolano e pelo Banco Nacional de Angola, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

O Banco gere os riscos de liquidez e de taxa de juro do seu Balanço de acordo com os princípios e limites estabelecidos no Manual de Limites e Procedimentos da Direcção Financeira e Internacional (DFI), o que se traduz numa selecção criteriosa dos títulos em carteira, nomeadamente quanto à maturidade e tipo de juro a receber (taxa fixa ou indexada).

O risco de taxa de juro é calculado considerando o somatório do impacto de uma variação paralela nas curvas de taxas de juro na valorização dos Activos e Passivos do Banco.

A aprovação do Manual de Limites e Procedimentos da Direcção Financeira e Internacional é da competência do Conselho de Administração do Banco. É da responsabilidade da DFI submeter anualmente à apreciação e deliberação do Conselho de Administração a revisão, se necessária, do Manual.

A carteira de títulos do Banco é repartida entre títulos denominados em moeda nacional e em moeda estrangeira, tendo em atenção a estrutura global do seu Balanço, evitando incorrer por esta via, em risco cambial.

PKF

Accountants &
business advisers

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Banco de Fomento Angola, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 597 575 169 milhares de kwanzas angolanos e um total de capital próprio de 60 733 228 milhares de kwanzas angolanos, incluindo um resultado líquido de 24 067 809 milhares de kwanzas angolanos), a Demonstração dos resultados e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto o referido exame incluiu:

- I. A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração utilizadas na sua preparação;
 - II. A apreciação sobre se são adequadas as política contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias
 - III. A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - IV. A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Página 2 de 2

Opinião

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco de Fomento Angola, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para o sector bancário (nota 2).

Ênfase

7. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, gostaríamos de chamar a atenção para o facto de em 2010 o Banco ter adoptado pela primeira vez os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Instituições Financeiras (CONTIF), tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2009. Consequentemente, a informação financeira de 2009, anteriormente apresentada de acordo com o Plano de Contas para as Instituições Financeiras (PCIF), foi expressa de acordo com o CONTIF para efeitos de comparabilidade (nota 2).

Luanda, 6 de Abril de 2011

PKF ANGOLA – Auditores e Consultores, S.A.
Representada por Henrique Manuel
Camões Serra

Relatório e parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

**Senhores Accionistas do
Banco de Fomento Angola, S.A.**

1. Nos termos da Lei e do mandato que nos foi conferido, em conformidade com o Artigo 22º dos Estatutos, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora por nós desenvolvida bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração do Banco de Fomento Angola, S.A. (Banco) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.
2. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade do Banco, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos também do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados.
3. Analisámos e concordámos com o conteúdo do Relatório dos Auditores emitido pela Sociedade PKF Angola – Auditores e Consultores, S.A.
4. No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, as Demonstrações de Resultados e de Origem e Aplicação de Fundos para o exercício findo naquela data, bem como os respectivos anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados.
5. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2010 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados, nele incluída.
6. Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de parecer que a Assembleia-geral:
 - A. Aprove o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010,
 - B. Aprove as Contas relativas a esse exercício, e
 - C. Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados.
7. Desejamos finalmente expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco, pela colaboração que nos foi prestada.

Luanda, 6 de Abril de 2011
O Conselho Fiscal

Amílcar Safeca
Presidente

Susana Trigo Cabral
Vogal

Henrique Camões Serra
Vogal



Anexos

Contactos do BFA

EDIFÍCIO SEDE



Rua Amílcar Cabral, 58
Maianga – Luanda
Telefone: (+244) 222 638 900
Website: www.bfa.ao
Homebanking: www.bfanet.ao;
www.bfanetempresas.ao

CENTROS DE INVESTIMENTO

SEDE
Rua Amílcar Cabral, 58
Luanda
Fax: (+244) 222 638 972

BAIXA
Rua Sequeira Lukoki com
Alfredo Trony
Ingombota – Luanda
Telefone(s): (+244) 222 336
285 / 337 030
Fax: (+244) 222 333 234

MAJOR KANHANGULO
Rua Major Kanhangulo 98/103
Ingombota – Luanda
Telefone(s): (+244) 222 394
456 / 251
Fax: (+244) 222 393 145

SERPA PINTO
Largo Serpa Pinto n.º 233, R/C
Ingombota – Luanda
Telefone(s): (+244) 222 392
094 / 393 051
Fax: (+244) 222 393 195

BENGUELA CASSANGE
Rua Comandante Cassange s/n
Benguela
Telefone(s): (+244) 272 230
190 / 193
Fax: (+244) 272 230 196

LOBITO CAPONTE
Gaveto da Rua 13 com AV.
Salvador Correia,
Zona Industrial da Canata R/C
(edifício da Agência Lobito –
Caponte)
Benguela
Telefone(s): (+244) 272 226
242 / 243
Fax: (+244) 272 226 239

CENTROS DE EMPRESAS

SEDE
Rua Amílcar Cabral, 58
Luanda
Telefone: (+244) 222 638 961
Fax: (+244) 222 638 938

CACUACO
Estrada Directa de Cacuoaco,
Largo da Igreja, s/n, Edifício
da Agência do Cacuoaco
Luanda
Telefone(s): (+244) 222 511
369 / 375 / 447
Fax: (+244) 222 511 413

COQUEIROS
Rua Francisco das
Necessidades Castelo Branco,
25 – Bairro dos Coqueiros
Luanda
Telefone(s): (+244) 222 336
593 / 186 / 335 171
Fax: (+244) 222 372 421

LARGO SERPA PINTO
Largo Serpa Pinto, n.º 233 R/C
Ingombota – Luanda
Telefone(s): (+244) 222 392
952 / 859
Fax: (+244) 222 392 734

MAJOR KANHANGULO
Rua Major Kanhangulo s/n
Ingombotas – Luanda
Telefone(s): (+244) 222 393
433 / 394 022
Fax: (+244) 222 393 839

MORRO BENTO
Rua 21 de Janeiro, Morro Bento
Luanda
Telefone(s): (+244) 222 333
451 / 336 786 / 336 802
Fax: (+244) 222 391 507

SANTA BÁRBARA
Av.ª Marginal 2, s/n
Luanda
Telefone: (+244) 222 696 419
Fax: (+244) 222 696 420

VIANA POLO INDUSTRIAL
Estrada de Catete – Polo
Industrial KM 23, s/n
Luanda
Telefone: (+244) 222 696 487
Fax: (+244) 222 686 488

VIANA ESTALAGEM
Estalagem do Leão Estrada
Principal de Viana
Luanda
Telefone(s): (+244) 222 291
093 / 723
Fax: (+244) 222 291 083

**CABINDA – DEOLINDA
RODRIGUES**
Bairro Deolinda Rodrigues,
Rua Comendador Henriques
Serrano, s/n
Cabinda
Telefone(s): (+244) 231 220
381 / 309 / 823
Fax: (+244) 231 220 382

BENGUELA CASSANGE
Rua comandante Cassange s/n
Benguela
Telefone(s): (+244) 272 236
604 / 605
Fax: (+244) 272 236 606

LOBITO CAPONTE
Gaveto da Rua 13 com
Avenida Salvador Correia, Zona
Industrial da Canata, 1.º andar
Benguela
Telefone(s): (+244) 271 226
240 / 1
Fax: (+244) 272 226 238

LUBANGO
Rua Pinheiro Chagas, n.º 117
Huíla
Telefone(s): (+244) 261 224
287 / 225 689
Fax: (+244) 261 224 010

